



João Pedro Marceneiro Gaspar

OS DESAFIOS DA AUTONOMIZAÇÃO: ESTUDO COMPREENSIVO DOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO PARA DIFERENTES CONTEXTOS DE VIDA, NA PERSPECTIVA DE ADULTOS E JOVENS ADULTOS EX-INSTITUCIONALIZADOS

Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação orientada pelo Professor Luís Alcoforado e pelo Professor Eduardo Santos, apresentada à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

Fevereiro de 2014



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição
para diferentes contextos de vida, na perspectiva de Adultos e Jovens Adultos ex-
institucionalizados

Empowerment challenges: Understanding the transition processes to different
life contexts from the perspective of ex-institutionalized Young Adults and
Adults

Orientação: Doutor Luís Alcoforado

e

Doutor Eduardo Santos

Domínio Científico: Psicologia da Educação

Imagem da capa: desenho a lápis, da representação das vivências de uma jovem
institucionalizada

Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

2014

«Hoje é dia de ser bom.

É dia de passar a mão pelo rosto das crianças,

(...)

É dia de pensar nos outros – coitadinhos - nos que padecem,

de lhes darmos coragem para poderem continuar a aceitar a sua miséria...»

António Gedeão

(Excerto de “Dia de Natal” in "Máquina de Fogo", 1961; "Poesias Completas", 1968)

Resumo

Em Portugal, algumas crianças e jovens em risco, referenciadas pelas comissões de proteção, podem ser encaminhadas para acolhimento. Na esmagadora maioria dos casos, trata-se de uma institucionalização, em que os menores são deixados aos cuidados de Lares de Infância e Juventude ou Centros de Acolhimento Temporário. Nos últimos anos o número de crianças e jovens nesta situação ronda os nove mil, sendo que mais de 90% regressa ao meio natural de vida.

Procura-se neste estudo aferir os contornos da condição das crianças e jovens em situação de acolhimento institucional, construindo uma caracterização detalhada dessa população, bem como da sua distribuição pelas várias respostas sociais de intervenção, nos últimos anos em Portugal. Nele discute-se o levantamento da realidade do país, comparativos internacionais e também a evolução da legislação a partir de uma perspetiva histórica. Numa vertente compreensiva, promove com particular incidência a análise a dois Lares de Infância e Juventude da região Centro de Portugal, procurando caracterizá-los, compreendendo a sua origem, organização, financiamento e outros aspetos relevantes para o seu funcionamento.

A investigação centra-se nas transições para os contextos de vida (social, profissional, familiar) de adultos e jovens adultos que viveram um longo período de tempo em casas de acolhimento para crianças e jovens em risco, de acordo com as suas perspetivas. Pretende-se assim compreender a perceção que os ex-acolhidos têm da relação entre o apoio e a formação que lhes foi proporcionada enquanto institucionalizados e o eventual contributo dessas competências na sua posterior integração, dando seguimento ao processo de autonomização.

A estrutura pretende articular a teoria ecológica do desenvolvimento humano de Brofenbrenner com modelos de transições (com especial incidência em Schlossberg), majorando a influência das vinculações criadas por crianças e jovens institucionalizados com cuidadores e entre os pares. Procura-se aferir a importância que os vínculos desenvolvidos

antes, durante o período de institucionalização e após este, tiveram enquanto interações seguras - com base na sua percepção dos momentos de vida mais marcantes -, e da importância daqueles para aumentar a resiliência e competir para a sua integração social.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho teve por base uma metodologia qualitativa, baseada, predominantemente, em entrevistas semiestruturadas, aprofundadas de forma a proporcionarem descrições detalhadas das diferentes experiências pessoais e sociais, a ex-acolhidos de duas instituições da região Centro.

Para uma visão mais abrangente entendeu-se que seria oportuno ter uma leitura dos principais resultados obtidos, por parte de profissionais envolvidos na problemática das crianças e jovens em risco - nomeadamente as acolhidas institucionalmente. Para esse efeito, recolheram-se opiniões individuais de doze técnicos operacionais de diversas entidades envolvidas na temática em análise. Procurou-se alargar o leque dos *players* envolvidos, abrangendo uma dezena de entidades - tuteladas por quatro Ministérios - e profissões muito díspares, tentando que as opiniões emanadas espelhassem reflexões pessoais, fugindo à vinculação da entidade à qual pertencem, antes defendendo o ponto de vista de quem está no terreno e tem uma visão muito próxima das problemáticas em análise.

Dos resultados obtidos da amostra utilizada, entre adultos e jovens adultos envolvidos, infere-se haver impreparação e falta de dedicação por parte de grande parte dos cuidadores, sendo esse um fator determinante no processo de preparação para a autonomização.

Das conclusões alcançadas surge a ideia da urgência em implementar programas de formação aos cuidadores (funcionários, técnicos e diretores), que visem assegurar uma promoção da qualidade do acolhimento e do desenvolvimento de competências nos menores, essenciais para uma autonomização que se traduza numa transição favorável.

Entende-se, ainda, que para minimizar o impacto da institucionalização, são necessárias políticas convergentes e que abranjam diversos setores governamentais, diminuindo a desresponsabilização social.

Abstract

In Portugal, some children and young people at risk, referenced by the Protection Committees, can be sent to host. In the overwhelming majority of cases, we are talking about institutionalization, in which minors are left to Care Homes for Children and Youth or Temporary Shelters. In recent years the number of children and youngsters approaches nine thousand and more than 90% eventually return to their original way of life.

This study is aimed at assessing the shapes of the condition of children and youngsters in institutional care, providing a detailed characterization of this population and its distribution among the different interventional social responses, in recent years in Portugal. In it we discuss the analysis of the reality of the country, international comparisons and also the evolution of legislation from a historical perspective. In a comprehensive approach, the focus of analysis relies on two Homes for Children and Youth located in the central region of Portugal, seeking to characterize and understand their origin, organization, financing and other aspects relevant to its functioning.

The research focuses on the transitions of adults and young adults who have lived a long time in foster homes for children and youngsters at risk to life contexts (social, work, family), according to their perspectives. The aim is to understand the perception that the former institutionalized children and youngsters have on the relationship between the support and training that was provided to them and the possible contribution of such acquired skills and knowledge in their subsequent integration, as an extension of the process of empowerment.

The framework articulates the ecological theory of human development of Bronfenbrenner with models of transition (with special focus on Schlossberg), subsequently adding the influence of the bindings created by children and young people with their caretakers and with the institutionalized peers. It aims to assess the importance of the ties developed before, during and after the period of institutionalization, as safe interactions - based on their

perception of the most memorable moments of life - and the importance of those to increase resilience and concur for their social integration.

To achieve these objectives, this study was based on a qualitative methodology based predominantly in in depth semi-structured interviews, in order to provide detailed descriptions of the various personal and social experiences, applied to former institutionalized children and youngsters of two institutions of the Centre region.

For a more comprehensive approach of the theme it was understood that it would be appropriate to have an analysis of the main results made by professionals involved directly in the problematic of children and youth at risk - especially those admitted institutionally. For this purpose, there were collected individual opinions of twelve technicians of various entities involved in the thematic of child protection. In order to expand the range of players involved, there were included a dozen entities - overseen by four ministries - and very different professions, trying that issued opinions reflected personal thoughts, making an effort to minimize the link to the entity to which they belong but instead defending the view of who works on the field and has a very close view of the issues under review.

The results indicate that the sample of adults and young adults involved understand there was lack of professional skills and dedication from most caregivers, making this a decisive factor in the process of preparation for independence.

Of the conclusions arises the urgency of implementing training programs to caregivers (employees, managers and directors) aimed at ensuring the promotion of quality of care and the development of skills in the minors, essential to support a favourable transition to self-determination.

It is further understood that to minimize the impact of institutionalization convergent policies covering various government agencies are necessary, thus reducing social irresponsibility.

Agradecimentos

Quando elencamos as pessoas que de alguma forma contribuíram para um trabalho de vários anos, temos alguma dificuldade em priorizar as ajudas/apoios que tivemos. Contudo, certamente compreenderão que até por uma questão genética - a minha perseverança que pode bem ser mesclada com teimosia - os meus pais estão naturalmente no topo. À memória do meu pai... um brinde de saudade e agradecimento pelo exemplo na busca incessante de conhecimento! À minha mãe...um beijo tão grande (caso fosse possível), como o amor incondicional que me demonstra a cada dia e a disponibilidade a toda a prova.

À minha família mais próxima - esposa e filho, não fica apenas um agradecimento pela compreensão, mas um pedido de desculpa por um ou outro episódio de maior irritabilidade e pela falta de disponibilidade que o tempo dedicado a esta causa (entendo-a como tal) me levou a despendar. Filhote: agora já posso jogar 3 jogos de xadrez em vez de 1 e ouvir com mais atenção aqueles pormenores deliciosos sobre as tuas aventuras na escola e no futebol. Só não prometo memorizar os nomes esquisitos das personagens do “Diário de um banana” ☺.

O estímulo constante e a amizade transformaram os meus orientadores em catalisadores imprescindíveis para o desenrolar deste trabalho e para incrementar a autoconfiança tão necessária. Aos doutores Luís Alcoforado e Eduardo Santos, um abraço de apreço e agradecimento pelos conhecimentos partilhados e pela caminhada percorrida.

Às entidades e principalmente aos profissionais envolvidos, o meu agradecimento pela colaboração empenhada e genuína.

Mas se a aprendizagem ocorre ao longo da vida, todos os meus mestres (professores, colegas, amigos) merecem também uma palavra de gratidão, pois certamente foi graças a cada um deles - e foram tantos... - que fui tirocinando numa perpétua inquietação, incapaz de me deixar conformado.

Naquelas situações onde o trabalho não fluía porque faltava um pormenor que impedia ou podia atrasar vários dias, contei com a preciosa ajuda de algumas pessoas próximas. Fica um agradecimento merecido aos professores Antónia, Elisabete e Gil, bem como aos meus sobrinhos “Titocas” e Pedro.

Na vida cruzamo-nos fortuitamente com pessoas com as quais temos mais em comum do que imaginamos e o doutor Ricardo Pocinho com a sua camaradagem e incentivo, conseguiu ser um porto de abrigo e confidente como poucos, em parte por ter um percurso semelhante. Aquele abraço!

Ainda no mesmo registo de casualidade, fui bafejado pela sorte ao encontrar uma amiga que além de alargar os meus horizontes, mostrou que aguardar passiva e bovinamente pela dissolução voluntária dos obstáculos, não costuma ser grande ideia. Aqui da “terrinha”, segue um beijinho transatlântico para a doutora Junia de Vilhena ☺.

Jamais poderia terminar sem me dirigir aos que verdadeiramente me animam a continuar esta porfia pelo conhecimento e por formas de compreender para ajudar. Refiro-me naturalmente às largas dezenas de crianças e jovens (hoje, muitos deles já adultos), que de alguma forma permitiram que entrasse nas suas vidas e durante cerca de 15 anos os fosse acompanhando nas suas vitórias e nos seus contratempos. Entendo que a vida tem caprichos sublimes e o nascimento é desde logo de uma importância tremenda. Por isso, o que vos torna tão especiais é a forma como sorriem perante o infortúnio, ultrapassam os limites sociais e sobretudo, a capacidade de procurar a felicidade e amar com humanismo invejável. Força e muito obrigado “meus” meninos!!!

Índice

Resumo	5
Abstract	9
Agradecimentos	11
Introdução	15
Capítulo I - Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas.....	39
Capítulo II - Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude.....	63
Capítulo III - Desafios da autonomização: estudo das transições, segundo jovens adultos ex-institucionalizados.....	97
Capítulo IV - Vinculação e autonomização em Lares de Infância e Juventude: as opiniões dos Técnicos sobre a percepção de adultos ex-institucionalizados.....	131
Discussão geral.....	173
Formulações conclusivas e prospetivas.....	187
Anexos.....	195

Introdução

«Nunca irei permitir que o meu filho passe pelo mesmo que eu passei! Enquanto tiver forças, lutarei para que nunca tenha de viver numa Instituição. (...) Posso não ter aprendido como se faz, mas sei muito bem como não se deve fazer, por isso vou agarrar-me a tudo o que me possa ajudar a criar o meu filho junto de mim.» (Int. 4)

O presente trabalho visa analisar a problemática do acolhimento institucional de crianças e jovens retirados à família, na maioria dos casos, para desta ser protegida. Considera-se questão central identificar a existência de “padrões” que levaram ao sucesso ou ao fracasso, boas práticas e erros a evitar, acontecimentos marcantes que desencadearam angústias, frustrações, mas também vinculações e filiações que motivaram transições positivas e autonomizações bem sucedidas. Com base nas perspetivas dos intervenientes - jovens adultos ex-institucionalizados - procura-se aferir a importância que os vínculos desenvolvidos antes, durante o período de institucionalização e após esta, tiveram enquanto interações seguras, na perspetiva da teoria ecológica do desenvolvimento humano, percebendo como o acolhimento pode ser um fator positivo ou negativo nas mudanças que já vivenciaram e na preparação para a vida adulta - autonomização.

A alegoria utilizada por Martins (2004), com base na história “Hansel e Gretel e a casinha de chocolate”, recolhida e divulgada pelos irmãos Grimm, tendo por base as vivências duras da Idade Média, constitui uma excelente escolha para a compreensão do fenómeno da institucionalização. Trata-se de uma família muito pobre que decide abandonar os seus filhos numa floresta (a fome e a constante escassez de comida, levavam a que o homicídio infantil

fosse uma prática comum na Idade Média). Os irmãos Hansel e Gretel, tendo conhecimento do plano, levam consigo pão para que ao deixar cair migalhas, descobrissem o caminho de volta. Assim, ao serem abandonados e graças às migalhas que foram deitando ao chão, encontram o caminho e voltam de novo a casa. Mas as condições de vida não melhoraram e os progenitores voltaram a levá-los para o interior da floresta. Desta vez o estratagema das migalhas não resultou, pois umas aves que por ali voavam, resolveram comer os restos de pão. As crianças esperaram em vão pelos pais, mas tinham mesmo sido abandonados.

Numa tentativa de encontrar o caminho de volta, as crianças andaram muito, perdendo-se cada vez mais, até que chegaram a uma casinha toda feita com chocolate, biscoitos e doces. Famintos, desataram a correr em direção à casa e começaram a comer pequenos pedaços de chocolate e guloseimas que iam retirando das paredes daquela. De repente, apareceu uma velhinha que ao vê-los esfomeados, convidou-os a entrar em casa, dizendo que lá dentro havia muito mais para eles comerem. Mas, com o passar do tempo, aperceberam-se que a velhinha afinal era uma bruxa má, que os deixou alimentar-se apenas para os comer mais gordinhos.

As crianças, apercebendo-se das intenções da bruxa, não só conseguiram fugir, como trouxeram um tesouro que descobriram na casa de chocolate. Acabaram por encontrar o caminho para casa, e agora na posse do tesouro, viveram felizes para sempre, junto dos seus pais.

Neste conto temos o paradoxo dos maus-tratos ocorrerem em pleno contexto familiar, o abandono/rejeição repetida, a vontade férrea das crianças voltarem a casa, mesmo tendo lá sido rejeitadas, a ambivalência da casinha de chocolate e da velhinha - aparentemente substituto ideal da casa dos pais, mas com falácias que podiam ser ainda mais maltratantes, pois os riscos que lá corriam eram bem maiores dos que haviam corrido antes. O esforço das crianças para saírem da casinha de chocolate e o tesouro encontrado (ou procurado) na tal casa, acabou por ser chave para a felicidade e harmonia não só das crianças, mas no fundo, de toda a família.

A vivência na casinha de chocolate, os percursos até ela e depois de lá saírem, podem ser vistos como etapas de desenvolvimento de competências e autonomia, em transições sucessivas rumo à integração. Mas para isso, e se a parte final da história de Hansel e Gretel desse mais ênfase aos perigos do regresso definitivo a casa, certamente “os três porquinhos e o lobo mau”, seriam a metáfora seguinte. Faltaria portanto para esta história ter um final feliz, alguém prudente e capaz, que os ajudasse a construir um abrigo forte que os protegesse dos “lobos maus”, e no fundo, as salvasse do seu destino cruel. Compete às instituições serem o garante dessa preparação e assegurarem que só serão “lançados na floresta”, se e quando souberem encontrar o seu rumo e criar os seus abrigos, de preferência, com a ajuda de uma rede social de apoio, que pode bem ter familiares, amigos e “fadas madrinhas” que ainda restem da casinha de chocolate.

A ideia de abordar os desafios da autonomização através de um estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados, embora não seja propriamente o mito de Sísifo, onde o homem procura sentido e clareza num mundo ininteligível, nasceu há cerca de uma década, quando já trabalhava há alguns anos em casas de acolhimento. Até porque, e a experiência mo diz, estes são os espinhosos mas nobres caminhos, por vezes autênticas veredas de sertão, ao contrário do árduo trabalho de Sísifo, nada têm de fútil. A continuidade e prolongamento temporal do acompanhamento a crianças, jovens e jovens adultos com experiência de institucionalização foi consolidando a necessidade de compreender o que se encontra documentado e metodizar perceções absorvidas ao longo de vários anos. Não bastava inferir com base em episódios relatados e vivenciados por indivíduos atualmente com idades compreendidas entre os 20 e os 30 anos, mas que segui desde os seus longos períodos de acolhimento institucional - na época crianças e jovens em risco - era necessário o rigor científico, a abrangência e a distanciação. Embora levando em consideração o que (Alarcão,

2000, p.473) esclarece “o que sabemos depende de como o sabemos” e que a investigação científica requer objetividade, não seria justo para um processo assumidamente longo, e embora em estado de maturação, sempre incompleto, descontextualizar a sua génese.

Enquanto docente em diversas escolas do ensino básico e secundário desde 1994, era notória a existência de menores institucionalizados e dos cambiantes inerentes, mas só o contacto com a realidade vivenciada em Lares de Infância e Juventude e em Centros de Acolhimento Temporário - por aí exercer funções durante mais de uma década - acabou por ser o catalisador para abraçar esta pesquisa. Naturalmente que esta experiência me levou amiúde a frequentar e articular com Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, Centros Educativos, Centros de Alojamento Temporário e mesmo espaços noturnos frequentados por “sem-abrigo”. Destas interações terão surgido as inquietações relacionadas com as crianças e jovens institucionalizados, centrando nos pontos comuns e nas diferenças, os percursos de vida “escolhidos” por tantos homens e mulheres que um dia viveram longos períodos em espaços concebidos para receberem aqueles cuja família, mesmo a mais alargada, não soube ou quis cuidar.

A reflexão sobre as transições vividas por quem numa determinada altura da vida deixou a família e foi colocado numa instituição, saindo de lá uns anos mais tarde, tantas vezes sem um processo de autonomização que capacitasse para uma vida em emancipação, motivaram dúvidas que foram assumindo formato de questões concretas e passíveis de serem investigadas cientificamente.

Os maus-tratos sofridos pelas crianças são um dos assuntos mais abordados na problemática dos menores em risco. A institucionalização surge como uma consequência bastante generalizada e aceite sem contestação mediática. No entanto, as ocorrências registadas durante o período de acolhimento são bastas vezes alvo de divulgação, normalmente associadas aos comportamentos menos nobres por parte de cuidadores, quer de

forma ativa ou por incúria. A fase final da institucionalização e o pós-acolhimento não costuma ser divulgada, em parte, por se partir do princípio que já não se trata de menores, mas sim de adultos, embora em muitos casos, sejam apenas meninos com 18 anos de impreparação e com uma rede social e familiar fragilizada pelo longo período de vivência numa resposta social, que nem sempre lhes franqueia as portas enquanto porto de abrigo.

A multiplicidade de condições vivenciadas pelas chamadas crianças em risco e as diversas respostas sociais “à sua disposição”, impunham um estudo abrangente que levasse em consideração o seu superior interesse, tão propalado, mesmo quando se entende que passa por afastá-las do seu meio natural, onde foram negligenciadas, mas, ainda que a espaços, amadas como só os progenitores têm capacidade para fazer.

Os sentimentos contraditórios sobre uma família biológica que não soube proporcionar-lhes a segurança que precisavam e mereciam, mas que jamais deixará de ser um marco na sua vida enquanto adultos, estarão presentes na própria construção da personalidade, em angústias e pensamentos que concorrem para comportamentos tantas vezes tidos como inexplicáveis.

Não são raros os casos em que, mesmo após abandono, a esperança de voltar a encontrar uma mãe alcoólica ou um pai preso por homicídio, está presente no horizonte de crianças e jovens que não conhecendo por dentro outra realidade, vivem a nostalgia mesmo dos períodos mais conturbados, pois sentem que agora, mais maduros e experientes, poderiam ter constituído eles o fator de união necessário ao funcionamento de uma família, por muito desestruturada que nos possa parecer enquanto desapegados observadores externos.

A fantasia e imaginação ajudam a adensar um sentimento de impotência que se mescla com alguma frustração e culpa, concorrendo para que a nova casa - instituição - não seja aceite em toda a plenitude, levando a situações de revolta. (Alberto, 2003, p.242) relata

que "Cada Instituição é uma casa de *faz-de-conta*, é uma família de *faz-de-conta*, para crianças e adolescentes que continuam a sentir um profundo vazio de uma casa *de verdade*, com uma família *de verdade*, como têm os outros meninos e meninas."

No sentido oposto, a casa que os acolheu durante anos a fio, continua a ser vista como o seu refúgio e a ser procurada quando alguma necessidade aperta. Assim esta esteja disponível para receber a visita, por vezes desinteressada, mas tantas outras à espera que a oferta de almoço ou lanche aconteça. No fundo, como será de esperar sempre que vamos a casa dos nossos pais, mesmo depois de já lá não vivermos há alguns anos.

Criadas as bases para contribuir para uma problemática interdisciplinar que é transversal a vários países e tem em Portugal já vários anos de percurso, importava refletir sobre a influência da vivência institucional no desenrolar da vida adulta destes jovens, bem como da forma como organizam o seu percurso de vida. Identificar relações entre os momentos mais marcantes e as suas condições de vida atuais, partindo das complexas realidades que compuseram a sua infância, foi um intento para o qual muito contribuiu o acompanhamento duradouro, mesmo após a saída da instituição, de muitos jovens adultos. Apesar de viverem, em muitos casos, longe da região onde as instituições os acolheram, e muitas vezes fora do nosso país, vão mantendo contacto amiúde e partilhando acontecimentos como o nascimento de filhos, situações de novo emprego e desemprego, ou mesmo mudança de local de residência ou de companheiro/a e namorado/a, entre outros "estados de alma" que entendem divulgar, por vezes solicitando ajuda ou apenas numa atitude de exteriorização.

Deste modo, com base em aproximadamente uma centena de jovens adultos que viveram uma parte substancial da sua menoridade em instituições de acolhimento, foram selecionados, de modo aleatório, vinte e seis, embora apenas se tenham validado vinte e quatro - para participarem neste estudo. A seleção foi feita, dependendo, essencialmente, da disponibilidade de cada indivíduo, embora para valorizar a fidelidade e a validade do estudo,

se procurasse assegurar que seria atingida a saturação dos dados, seguindo o propósito de (Rousseau & Saillant, 2003, p.256), que referem “o momento da colheita de dados a partir do qual o investigador não aprende nada de novo dos participantes ou das situações observadas”.

Tal como em outros países da OCDE, a problemática das crianças e jovens em risco tem sido alvo de vasta investigação e consequente publicação. De referir que países como os Estados Unidos ou a Inglaterra, sofreram mesmo alterações nesta área, optando por modalidades de acolhimento de forma substancialmente diferente dos países do Sul da Europa – Portugal, Espanha ou Grécia, onde este é sobretudo institucional.

Ainda que por cá não haja muitos estudos que se centrem na autonomização, com base nas perceções dos jovens adultos ex-institucionalizados, em Portugal realizaram-se, nos últimos anos, diversos trabalhos recorrendo a métodos qualitativos. Destacam-se Martins, 2004; Gomes, M. (Coord); 2005, Alves, 2007; Quintãs, 2009; Lima, 2010; Pacheco, 2010 e Santos, 2010, por de alguma forma irem de encontro ao que aqui se procurava, dando sentido ao pensamento que tem a investigação científica como uma corrida de estafeta, onde cada um se baseia no que já existe, percorre um caminho, abrindo perspectivas para que vindouros possam também eles usufruir do que foi investigado e prosseguir no sentido de aprofundar, corroborar ou divergir dos resultados ora obtidos.

Julgo ser consensual ao indicar que esta temática requer variadas abordagens e que este tipo de trabalhos ajudam a compreender diversos aspetos que não se podem dissociar no todo que representa a problemática dos menores em risco, com particular enfoque no acolhimento institucional, no seu funcionamento e na sua relevância para a vida futura de quem passa longos períodos em casas de acolhimento e, numa visão a médio/longo prazo, dos seus eventuais descendentes.

Relativamente ao estímulo gradual da autonomia, não é fácil encontrar trabalhos que tenham sido colocados em prática em Portugal, embora cada vez mais haja instituições que disponibilizam apartamentos de autonomização para esse efeito. Verifica-se uma quase ausência de programas nos Lares de Infância e Juventude e nos Centros de Acolhimento Temporário que criem condições para os acolhidos mais velhos irem no dia a dia lidando com situações quotidianas, como fazer compras de bens alimentares ou resolver assuntos burocráticos em entidades como instituições bancárias, segurança social, finanças ou instituto de emprego e formação profissional. Alguns passos vão sendo dados, desde logo com tarefas como lavagem e tratamento da roupa ou limpeza do quarto, que já se vai praticando amiúde. Aprender a cozinhar as suas refeições, vai acontecendo, embora a espaços, em parte pela carência, na maioria das instituições, de cozinhas equipadas com fogões domésticos e de condições para que ocorra uma aprendizagem informal e contínua. Vai-se privilegiando a colaboração na preparação de refeições ao fim de semana, talvez por haver menor probabilidade de inspeções por parte da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica, mas normalmente com tarefas concretas - necessárias, mas em relação ao objetivo principal, um tanto “menores” - como descascar batatas ou picar cebola, e quase sempre em quantidades para grandes grupos, quando a preparação devia incidir em cozinhar para uma ou duas pessoas e fazê-lo de forma a conseguirem preparar uma refeição completa.

A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo - Lei 147/99 de 1 de setembro - esclarece no Artigo 45º - Apoio para a autonomia de vida, que: “1 - A medida de apoio para a autonomia de vida consiste em proporcionar diretamente ao jovem com idade superior a 15 anos apoio económico e acompanhamento psicopedagógico e social, nomeadamente através do acesso a programas de formação, visando proporcionar-lhe condições que o habilitem e lhe permitam viver por si só e adquirir progressivamente autonomia de vida.” No entanto,

ainda não são amplamente aplicadas medidas neste sentido, dadas as dificuldades inerentes a cada instituição e à falta de organização metódica de procedimentos a adotar.

Os dados dos Planos de Intervenção Imediata, da autoria do Instituto da Segurança Social, mostram que o regresso ao meio natural de vida é o principal destino dos menores acolhidos institucionalmente. No entanto, muitos deles não voltam às famílias de origem, necessitando, por isso, ainda mais de preparação para uma vida independente.

A idade limite para a saída destas casas de acolhimento é outra situação merecedora de reflexão, pois a Lei 147/99 acima citada, indica os 18 anos como limite para a intervenção institucional, ao defender a possibilidade de a maioridade constituir o término desse apoio. No entanto, prevê ainda que se o jovem requerer o prolongamento da medida por mais três anos - até aos 21 - a instituição poderá articular a sua manutenção por mais esse período. Acontece que a população acolhida tem uma percentagem não menosprezável de jovens cuja idade cronológica não corresponde à idade mental, constituindo-se assim um problema suplementar. O comprometimento cognitivo ou doença mental nem sempre são devidamente levados em conta pelas instituições, não se encontrando, em casos tais, os jovens adaptados à plenitude de uma vida social, nem tão pouco preparados para habitarem sozinhos um quarto arrendado, no fundo, uma numa vida independente e solitária. Daí a importância de ir observando comportamentos, de forma a ultrapassar os obstáculos patenteados por quem se prepara para uma transição que se quer capaz de fortalecer a autoestima e o autoconceito para uma nova e duradoura fase de uma vida com atribulações.

A preparação poderá incrementar uma segurança fundamental para o sucesso na vida em autonomização, tendo por suporte os vínculos estabelecidos anteriormente, mas cortar com aqueles que os jovens adultos consideram figuras de referência na formação da sua personalidade e não querem ver “apagados” do seu futuro próximo ou mesmo remoto, não será por certo aconselhável.

Com base numa perspectiva de vinculação (Bowlby, 1969) em que todas as pessoas criam importantes referenciais humanos de comportamento, normalmente usando os exemplos das pessoas que lhes estão mais próximas - sendo estes referenciais humanos que nos passam as noções de bem e mal, correto e incorreto e todas as outras noções relacionadas com ações comportamentais - o processo de institucionalização é geralmente acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão. A perda traduz-se na noção de quebra nos laços afetivos que se avista temerosa por parte dos jovens (Strecht, 1998). Embora, em alguns casos, a instituição represente o ambiente de maior impacto nas suas vidas, Arpini (2003) chega a destacar estudos com adolescentes institucionalizados, cujos relatos de vivência institucional descrevem o melhor período das suas vidas, sendo um meio privilegiado para o estabelecimento de laços afetivos que se mantiveram mesmo longo tempo após deixar a instituição.

Existirá alguém capaz de facilitar a reorganização da vinculação nestes jovens?

As ligações de proximidade e afeto podem ser proporcionadas pelos funcionários da instituição (*staff*) onde o jovem vive, e as relações estabelecidas nesse contexto podem alcançar a satisfação em muitas das dimensões vinculativas necessárias, conferindo ao jovem uma maior sensação de confiança. O estudo “Percurso de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude”, realizado pelo Centro de Estudos Territoriais do ISCTE - IUL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa), assume particular relevância nesta questão.

A relação criada com o *staff* desempenha um papel central na vida destas crianças e adolescentes, já que esses adultos assumem verdadeiros papéis no sentido de os orientar, proteger e acarinhar, constituindo inclusivamente as suas referências. Hawkins-Rodgers (2007) apresenta um programa de reorganização do comportamento vincutivo e da construção do processo resiliente em adolescentes institucionalizados, tendo como base a

intervenção realizada pelos mentores e funcionários das instituições, em que a relação com o *staff* representaria um esforço com vista a um maior ajustamento na vida dos adolescentes.

Se este processo for bem-sucedido, a criança poderá ter um percurso sócio-escolar equilibrado, construído numa boa integração social, com aumento da autoestima, e melhor capacidade de lidar com a rejeição. Mormente em jovens ex-institucionalizados, a perda de uma dessas referências pode desencadear um processo que conduza a uma diminuição da resiliência.

O investimento por parte dos cuidadores, nas crianças e jovens institucionalizados, é então fundamental e tenderá a refletir-se no seu bem-estar atual bem como na futura integração na sociedade, sendo urgente investir no acompanhamento e também no “desmame” dos jovens na desinstitucionalização. Idália Moniz afirmou em 2010, quando era Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, que “quem viveu dez anos num lar nunca teve de decidir nada, teve sempre alguém que decidiu por ele. A maioria não tem autonomia financeira, não sabe sequer fazer uma sopa e não tem quaisquer competências de gestão e de decisão”.

Torna-se, por isso mesmo, muito importante estudar estes processos de desinstitucionalização. Baseando-nos em metodologias qualitativas, procurámos analisar, de forma circunstanciada, a maneira como os/as jovens vivenciam as experiências de saída das instituições que os/as acolheram durante períodos longos e significativos da sua formação como pessoas e cidadãos/ãs. Procuraram-se algumas evidências que permitissem (re)elaborar e questionar criticamente os *insights* e as ideias desenvolvidas pelo investigador e/ou pelos participantes, procurando uma descrição e uma compreensão interpretativa dos processos de transição, através de uma recolha e análise sistemática de dados provenientes de enunciados dos atores intervenientes, por “integrarem acontecimentos, eventos implícitos e verbalizados: perceções, representações, opiniões, discursos, gestos, práticas, experiências”, Lessard *et al* (1996), privilegiando uma visão holística desta problemática.

Colocámo-nos o desafio de desenvolver uma análise sobre os processos do acolhimento institucional de menores em Portugal e da saída dessas instituições - com especial enfoque em dois Lares de Infância e Juventude - baseando-nos nas seguintes questões orientadoras:

- Que factores mais contribuíram para uma integração bem sucedida, na perspectiva de ex-acolhidos em lares institucionais;
- Na perspectiva de adultos e jovens adultos, ex-institucionalizados, qual a importância ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas da fase de acolhimento;
- Qual a relevância dos vínculos estabelecidos na fase de acolhimento, para uma autonomização de sucesso em diferentes contextos.

Embora a metodologia utilizada e os procedimentos usados para atingir os objetivos propostos, se encontrem explicitados, com especial incidência, no Capítulo I, sublinha-se que a análise documental e o recurso a entrevistas biográficas se constituíram como os principais métodos de recolha de dados. A opção por estudos (auto)biográficos prendeu-se com o facto de se considerar que estes ambicionam captar a interpretação que os intervenientes fazem do seu percurso de vida, nas mais diversas conjunturas.

Embora se possam apontar desvantagens como a componente afetiva, a subjetividade, a reatividade ou mesmo a fidelidade da memória dos participantes, os métodos biográficos asseguram capacidades heurísticas que aliadas a outras características como a traduzida por (Correia, 1996, p.25) “narrar não é descrever: é reescrever(...)”, lhe conferem vantagens recorrentemente assinaladas.

No caso concreto de crianças e jovens institucionalizados, as entrevistas biográficas tornam-se basilares para a compreensão de identidades e perspetivas de interação com o

mundo. Amado, J. & Ferreira, S. (2013) consideram ser o modo de iluminar determinados processos do desenvolvimento psicológico e social, que dificilmente sairiam da penumbra com recurso a outras estratégias.

As tentativas de tirar da sombra fragmentos sofredores da sociedade, encontram um exemplo em Mercedes Sosa (1935 - 2009) cantora argentina - das mais famosas na América Latina - ficou conhecida como «*a voz dos "sem voz"*», por ecoar nas suas canções as raízes africanas, cubanas, andinas e espanholas, marcadas por uma ideologia de combate às desigualdades sociais do seu povo. Sem tal pretensão, mas depois de ouvir tantas exteriorizações por parte de acolhidos, ex-institucionalizados, cuidadores - com diversos cargos e funções nos lares - e profissionais que lidam direta e indiretamente com estes menores, desenvolveu-se um sentimento de dever em aprofundar o conhecimento e divulgar as conclusões, em parte para não vilipendiar as expectativas daqueles que vivem ou viveram acolhidos. Trata-se também de um grito de alerta para lembrar que junto a nós, há crianças e jovens que necessitam de ser bem preparados para uma vida adulta e independente, cada vez mais carente de perseverança, formação e suporte social para ser amplamente vivenciada.

Por outro lado, a relevância de estudar esta problemática passa também pela prevalência elevada de menores em acolhimento institucional, que confere alguma representatividade à “*franja*” das crianças e jovens em risco. Também não é previsível que as respostas sociais possam ser alteradas no curto prazo, nem a própria conjuntura económica do país, deixa adivinhar que os principais motivos para a institucionalização de menores possam ser minimizados.

O funcionamento das instituições de acolhimento sorvem recursos dos contribuintes, e é por isso expectável que o tempo de permanência dos menores seja aproveitado para dotar de competências a vários níveis aqueles que, pelos menos aos seus olhos, veem a institucionalização como um último recurso. Também aqui se pode inferir a importância

deste estudo, ao tentar compreender o impacto na vida destes infantes, bem como o entendimento que têm e a análise que fazem desta tentativa de assegurar o seu superior interesse. Distinguir os meios - recursos humanos, organizacionais ou materiais - que as instituições colocam ao seu dispor e são mais apreciados por quem lá vive, dos que não vão ao encontro das suas necessidades, precisando por isso de sofrer intervenções de forma a melhorarem e poderem proporcionar um ambiente securizante e proporcionador de preparação para a vida adulta.

Estudos desta índole acabam ainda por contribuir para uma alteração na cognição que temos dos diversos intervenientes nesta problemática, não só as crianças e jovens, mas igualmente as famílias e as próprias instituições, podendo de certa maneira incrementar a tenacidade concedida a estas questões tanto pela sociedade em geral, como por esferas políticas, científicas ou técnicas, naturalmente alicerçadas no campo individual. Acabam por concorrer para que as crianças e jovens institucionalizados não sejam estigmatizados, mas se furtem a continuar a deter o “*estatuto de imaginário, de aparências ilusórias, por fim equivalentes a nada*” (Quintãs, 2009, p.4), por viverem num mundo distante só acedido a espaços - normalmente quando a comunicação social os “descobre” por razões nada dignificantes e que tantas vezes lhes relembra a sua condição fragilizada, mesmo perante os seus pares não acolhidos.

Importa desmistificar que não sendo desejável, a institucionalização é uma solução que acontecendo num lar de acolhimento funcional, pode mitigar o cariz negativo e até trazer benefícios, desde logo o corte com os maus tratos. A salutar convivência com pares, também eles vítimas e os vínculos que entre estes se podem estabelecer, são outro dos aspetos positivos.

Este trabalho de investigação encontra-se estruturado em 4 capítulos, em que o primeiro além da fundamentação e justificação epistemológica do estudo, visa apresentar uma descrição da metodologia utilizada no estudo, ilustrando uma articulação de técnicas e

procedimentos usados na análise dos desafios da autonomização de ex-institucionalizados e a sua integração em diferentes contextos de vida (social, profissional e familiar). Esta recorrerá a métodos qualitativos que permitam uma visão holística, recorrendo, nomeadamente, a entrevistas biográficas a adultos e a jovens adultos que viveram em instituições de acolhimento de crianças e jovens em risco.

Nele conclui-se da importância da adaptabilidade do investigador, para compreensões tão vastas como aferir a relação entre o apoio e a formação proporcionada enquanto institucionalizados e a sua posterior integração na sociedade, através de descrições autobiográficas.

O segundo capítulo é centrado na compreensão das respostas sociais proporcionadas a menores em risco, levando-se em consideração a evolução histórica do tratamento da problemática em estudo, com especial enfoque no acolhimento institucional de crianças e jovens, bem como no enquadramento legal em vigor a nível nacional e europeu/internacional. Na estabilização do quadro legal que suporta as institucionalizações, remete-se para uma síntese das referências teóricas e conceptuais, onde serão abordadas algumas publicações levadas a cabo em Portugal.

Neste capítulo é então organizado um comparativo relativamente a respostas a situações equivalentes, por parte de países vizinhos. Procurou-se também aferir os contornos da condição das crianças e jovens em situação de acolhimento nos últimos anos em Portugal, através dos dados disponibilizados por entidades com ligações governamentais, construindo uma caracterização detalhada da população referenciada e/ou acolhida, bem como da sua distribuição pelas várias valências sociais de intervenção. O artigo termina com a caracterização e compreensão das instituições intervenientes no trabalho, dando particular incidência à análise a dois Lares de Infância e Juventude da região Centro de Portugal, procurando compreender a sua origem, organização e outros aspetos relevantes para o seu funcionamento e respostas dadas aos acolhidos.

O terceiro capítulo incide principalmente nas entrevistas biográficas a adultos e jovens adultos que viveram longos períodos da sua menoridade em acolhimento institucional. Além da caracterização dos intervenientes no estudo, com particular destaque para o motivo do acolhimento e os períodos antes, durante e após a institucionalização, analisa o processo de desinstitucionalização, nomeadamente o momento da saída, os sentimentos gerados e o processo de autonomização pessoal, social e profissional.

Este capítulo centra-se então nas transições dos intervenientes no estudo e a sua estrutura pretende articular a teoria ecológica do desenvolvimento humano, de Brofenbrenner, com modelos de transições (com especial incidência em Schlossberg), majorando a influência das vinculações criadas por crianças e jovens institucionalizados com cuidadores e entre os pares. Visa igualmente fundamentar a metodologia utilizada, na recolha e validação das entrevistas biográficas, incidindo sobre a descrição de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados, das mudanças ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas, nomeadamente através da sua perceção dos momentos de vida mais marcantes, das afiliações estabelecidas e da sua importância para aumentar a resiliência e competir para a sua integração social.

Pretende deste modo compreender a perceção que os participantes no estudo têm da relação entre o apoio e a formação que lhes foi proporcionada enquanto institucionalizados e o eventual contributo desses adquiridos na sua posterior integração nos diferentes contextos de vida.

O quarto capítulo baseia-se no facto da institucionalização ser, em Portugal, o principal destino dos menores em risco, e surge no seguimento dos anteriores capítulos, ou seja, na tentativa de compreensão da autonomização de adultos e jovens adultos que viveram longos períodos em instituições de acolhimento, recorrendo para tal aos dados mais relevantes e/ou surpreendentes das entrevistas biográficas. Para a investigação, entendeu-se

então que algumas informações que ressaltaram das referidas entrevistas eram merecedores de uma reflexão transversal e aprofundada.

O procedimento escolhido para este fim foi a recolha de opiniões individuais de doze técnicos operacionais de diversas entidades envolvidas na problemática de crianças e jovens em risco, nomeadamente nos institucionalizados em Lares de Infância e Juventude. Procurou-se desta forma alargar o leque dos *players* envolvidos, abrangendo uma dezena de entidades - tuteladas por quatro Ministérios - e profissões muito díspares, tentando que de todas elas as opiniões emanadas espelhassem reflexões pessoais, fugindo à vinculação da entidade à qual pertencem, antes defendendo o ponto de vista de quem está no terreno e tem uma visão muito próxima das problemáticas em análise.

Foi deste modo dada oportunidade aos diversos atores neste complexo “puzzle” que representa as crianças e jovens em risco, com especial incidência no acolhimento institucional, para contactarem com algumas das principais exteriorizações dos primeiros interessados no sucesso das suas medidas e procedimentos - os próprios acolhidos. A surpresa demonstrada por alguns dos profissionais intervenientes contrastou com alguma previsibilidade de outros, no entanto, em comum, surge a ideia que para minimizar o impacto da institucionalização são necessárias políticas convergentes e que abranjam diversos setores governamentais, diminuindo a desresponsabilização social.

Para levar a cabo este trabalho, a observação diária, durante anos, em diversas instituições de acolhimento, bem como a partilha de angústias, dúvidas e opiniões com outros intervenientes nestas matérias, permitiu desenvolver constructos que ajudaram a levantar questões de investigação.

Como exemplo, o facto de muitas instituições proibirem um contacto mais próximo com os cuidadores. Não são raros os casos em que levar uma criança ou jovem acolhido a casa,

para comemorar um aniversário ou assistir a um jogo de futebol, é completamente vedado. Se por um lado se evitam situações duvidosas e eventuais problemas legais, ficam atingidas negativamente as hipóteses de uma convivência mais informal, mais próxima da que seria estabelecida numa família biológica, alargada ou de acolhimento.

O respeito que tantas vezes parece faltar no tratamento que alguns infantes têm com os cuidadores, seria maior se ambas as partes conseguissem, ainda que a espaços, ter a noção da pessoa humana para além do funcionário ou do “menino”. Para além de um sentimento de impotência, existe algum desencanto para com as regras institucionais, naturalmente sentido por quem, numa tentativa de proporcionar momentos de lazer em saudável harmonia, se vê privado de o fazer, como se recaísse uma certa suspeita, tida como de todo infundada, por quem apenas se disponibiliza a ajudar.

Em termos simplistas, a pessoa que cuida da nossa roupa durante anos ou nos faz as refeições diariamente não nos pode passar indiferente, pois se assim for, algo não estará bem com a formação cívica que os lares devem ministrar. Da mesma forma que há jovens que têm nos cuidadores verdadeiros amigos e confidentes, capazes de ajudar em situações complicadas - agora e no futuro - o porto seguro para um além que pode sempre ter dias tempestuosos, também há muitos que entendem tratar-se apenas e só de uma relação em que uns terão os deveres de limpar, cozinhar, conduzir ou lidar com a burocracia, enquanto outros - eles próprios - terão o direito à casa limpa, à roupa lavada, seca e dobrada, à semana ou a darem indicações para que horas querem a refeição nos dias em que o treino de futebol termina mais tarde.

São inúmeras as aprendizagens, e grande parte delas, sendo de carácter informal, necessitam de relações de proximidade entre quem transmite conhecimentos - cuidadores - e quem os recebe - crianças e jovens acolhidos. Daí a necessidade de formação para os primeiros e promoção de um ambiente propício a momentos onde possa reinar a boa disposição, no fundo, como no seio de qualquer família.

A capacidade que o ser humano tem de aprender através da observação, replicando comportamentos, pode ajudar a explicar a impreparação para situações como a paternidade. Com a ausência das figuras paternas, ou, nos casos mais graves, com os únicos exemplos constando de situações de abandono, negligência ou maus tratos, parece haver uma carência na aprendizagem da forma como lidar com situações de afeto, firmeza, educação, ou mesmo do amor incondicional que costuma caracterizar o sentimento entre os pais e os filhos.

O sábio povo costuma afirmar que “*ninguém dá aquilo que não tem*”, o que ajuda a legitimar a preocupação de alguns jovens adultos ex-acolhidos sobre o receio de não saberem ser progenitores competentes. Também aqui, o contacto mais informal com o meio de alguns cuidadores podia servir para, em contextos apropriados, perceberem comportamentos educacionais, que além de não estarem disponíveis nas redes sociais, não são facilmente transmissíveis entre pares, ou frequentemente observáveis num ambiente institucional.

Nas últimas décadas, Portugal tem assistido a uma “profissionalização” do sistema de acolhimento, notando-se nesse campo uma evolução bastante positiva. Um exemplo bem visível, encontramos-lo na redução nesse cariz, houve uma evolução positiva, também através da redução do número de acolhidos por instituição e na implementação de programas como o Plano DOM - Desafios, Oportunidades e Mudanças, o qual visou a implementação de medidas de qualificação da rede de Lares de Infância e Juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização, em tempo útil.

Mas a situação real ainda está longe da ideal, daí em 2012 o governo ter criado o Plano SERE +. Um plano (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), igualmente de âmbito nacional, cujo objetivo principal se aproxima do anterior - a implementação de medidas de especialização da rede de Lares de Infância e Juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, para

que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança, resultar a sua desinstitucionalização.

Mais recentemente, no início do ano letivo 2013/2014, avançou o Plano CASA que foi criado no âmbito do Programa de Emergência Social, para dar respostas específicas às problemáticas inerentes às crianças e jovens que se encontram em situação de acolhimento nas instituições da rede pública e solidária em Portugal. Teve como objetivo central o reforço do processo de formação escolar das crianças e jovens em acolhimento, colocando docentes nas instituições.

Trabalhar com crianças e jovens é uma riqueza ímpar, e fazê-lo com quem sofreu abandono e tem, normalmente, tantas carências afetivas, torna-se uma experiência rica ao ponto de quisermos sempre ir mais além, não só nos gestos, mas sobretudo no conhecimento aprofundado.

A tarefa não se configurava fácil, no entanto, entende-se que os objetivos de caracterizar o quadro legal europeu e português de institucionalização de crianças e jovens; compreender a organização, o acompanhamento e as atividades de educação e formação desenvolvidas em duas Instituições na região de Coimbra; descrever, na perspetiva de jovens e adultos, ex-institucionalizados, as transições ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas e compreender os fatores que contribuem para uma integração bem sucedida, na perspetiva de ex-utentes de lares de acolhimento, terão sido alcançados.

Este estudo levou à apresentação de conclusões e reflexão crítica sobre áreas de intervenção ao nível do acolhimento institucional inicial de crianças e jovens em risco, seu acompanhamento e autonomização, nomeadamente ao nível da humanização e do apoio à inclusão social.

Referências

- Alarcão, M. (2000). *(Des) Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Alberto, I. (2003). Como pássaros em gaiolas? Reflexões em torno da institucionalização de menores em risco. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Coords.), *Violência e Vítimas de crime, Vol.II: Crianças* (pp. 223-244). Coimbra: Quarteto Editora.
- Alves, S. (2007). *Filhos da Madrugada – Percursos de Adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Amado, J. & Ferreira, S. (2013). Estudos (auto)biográficos - Histórias de vida. In: Amado, J. (Coord.). *Manual de investigação qualitativa em educação* (pp.169-185). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Arpini, M. D. (2003). Pensando a perspetiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 23(1), (pp. 70-75).
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Vol. 1. Attachment*. 2. ed. New York: Basic Books.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances on the ecology of human development. In: Silbereisen, Rainer K.; Eyferth, Klaus; Rudinger, Georg. (Eds.). *Development as action in context: Problem behavior and normal youth development*. Berlin: Springer.
- Centro de Estudos Territoriais do ISCTE - IUL (Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto Universitário de Lisboa). (2010). *Percursos de vida dos jovens após a saída dos lares de infância e juventude*. Lisboa.
- Correia, J. (1996). Formação e trabalho: contributos para uma transformação dos modos de os pensar na sua articulação. In: Canário, R. (Org.). *Formação e Situações de Trabalho*. Porto: Porto Editora, (pp. 13-42).

- Gomes, M (Coord). (2005). Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude. Lisboa: Centro de Estudos Territoriais, Ed. ISCTE.
- Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, (pp. 1131-1141).
- Lessard-Hérbert, M.; Goyette, G. & Boutin, G. (1996). Investigação qualitativa: fundamentos e práticas. (Trad. portuguesa). Lisboa: Instituto Piaget.
- Lima, L. F. N. (2010). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados* – Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Martins, P. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco. Representações, Espaços e Modos*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho, Braga.
- Pacheco, P. (2010). *Lares de Infância e Juventude: contributos para um modelo de acolhimento e integração social*. Dissertação de Mestrado. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Quintãns, C. R. P. (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho, Braga.
- Rousseau, N.; Saillant, F. Abordagens de investigação qualitativa. In: Fortin, M. *O processo de investigação: da conceção à realização* (N. Salgueiro, Trad., 3.^a ed.). Loures: Lusociência, 2003.
- Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco – a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Strecht, P. (1998). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Documentos legislativos/normativos

Despacho n.º 8393/2007 – Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.

Despacho n.º 9016/2012 - Criação do Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS).

Lei n.º 147/99. Diário da República, 1ª Série-A, n.º 204 (01/09/1999) (pp. 6115-6132).

Capítulo I

Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados.

Breves notas metodológicas¹

¹ Artigo publicado na Revista Polêmica - ISSN 1676-0727

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma descrição da metodologia utilizada num estudo compreensivo das transições de adultos e jovens adultos que viveram um longo período de tempo em Lares de Infância e Juventude (LIJ) – casas de acolhimento para crianças e jovens em risco, de acordo com as suas perspetivas. Pretende-se ilustrar uma articulação de técnicas e procedimentos utilizados na análise dos desafios da autonomização de ex-institucionalizados e a sua integração em diferentes contextos de vida (social, profissional e familiar). No referido estudo, discute-se o levantamento da realidade do país – Portugal, comparativos internacionais e também a evolução da legislação a partir de uma perspetiva histórica. Conclui-se da importância da adaptabilidade do investigador, para compreensões tão vastas como aferir a relação entre o apoio e a formação proporcionada enquanto institucionalizados e a sua posterior integração na sociedade, através de descrições autobiográficas.

Palavras-Chave: Crianças e Jovens acolhidos; Autonomização; Transições; Metodologias

Abstract

The aim of this paper is to present a description of the methodology used in a comprehensive study of the transitions of adults and young adults who have lived a long time in Homes for Children and Youth - foster homes for children and youth at risk, according to their prospects. It is intended to illustrate an articulation of technics and procedures used in the analysis of the challenges of empowerment of ex-institutionalized and their integration in different contexts of life (social, professional and family). In this study, we discuss the surveying of the reality of the country - Portugal, international comparisons and also the evolution of legislation from a historical perspective. This underscores the importance of adaptability of the investigator to assess understandings as vast as the relationship between the support and training provided while institutionalized and their subsequent integration into society, through descriptions autobiographical.

Keywords: Children and Youth in Foster homes; Institutionalization; Transitions; Methodologies

Introdução

É comumente aceite que as franjas da sociedade são esquecidas no seu real conhecimento, passando à margem justamente por serem consideradas grupos pouco representativos. Mas não será a sociedade formada apenas por muitas “franjas”, sendo cada uma delas merecedora de análises consequentes que as possam tornar mais visíveis e menos vulneráveis? Em Portugal, de resto como na maior parte dos países desenvolvidos, são muitas as crianças e jovens negligenciadas e vítimas de maus tratos. Consideram-se “em risco”, mas a expressão pode camuflar situações já vivenciadas e algumas repetidamente. Do abandono à violência física e sexual, passando pela privação de liberdade e de educação/ensino, pode-se encontrar de tudo um pouco.

Para estes menores, embora erradamente, a institucionalização costuma ser vista como um último recurso, pois a ideia de separar um filho dos progenitores e depositar a criança num “orfanato” é por si só assustadora. No entanto, não sendo desejável, é uma solução que acontecendo num Lar de Acolhimento funcional, pode mitigar o cariz negativo e até trazer benefícios, desde logo o corte com os maus tratos e a conviência com pares, também eles vítimas e os vínculos que entre estes se podem estabelecer.

Trabalhar com infantes e jovens é uma riqueza ímpar e fazê-lo com quem sofreu abandono e tem tantas carências, torna-se uma experiência rica ao ponto de querermos sempre ir mais além, não só nos gestos, mas sobretudo no conhecimento aprofundado. É aqui que se levanta o problema da informação a recolher e como tratá-la, no fundo, a metodologia e/ou metodologias a aplicar num campo tão vasto e num objeto tão difuso.²

Analisar a problemática do acolhimento em instituições preparadas para esta população infantil e juvenil, que é retirada à família para desta ser protegida considera-se

² Este estudo faz parte do trabalho de Doutoramento em Psicologia da Educação, a decorrer na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra

questão central, com o intuito de identificar padrões que levaram ao sucesso ou ao fracasso, boas práticas e erros a evitar, acontecimentos marcantes que desencadearam angústias, frustrações, mas também vinculações e filiações que motivaram transições positivas e autonomizações de sucesso. Com base nas perspectivas dos intervenientes, procura-se aferir a determinância que as afiliações desenvolvidas antes e principalmente no período de institucionalização, tiveram enquanto interações seguras, na perspectiva da teoria ecológica do desenvolvimento humano, percebendo como a institucionalização pode ser um fator positivo ou negativo nas transições que já vivenciaram e na preparação para a vida adulta - autonomização.

Um pouco da história e do contexto

“Estranhos tempos quando ser jovem e ser vulnerável implica quase um pleonasma”

Vilhena *et al.*

O número de menores referenciados pelas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e mesmo o total de acolhidos, resulta num grupo razoável de população jovem portuguesa, não se vislumbrando num curto/médio prazo uma redução significativa, merecendo por isso uma atenção especial, reforçada em parte pela atual conjuntura económica europeia.

Em Portugal, o tratamento inadequado aos menores não é um problema recente, pois já nos séculos XVII e XVIII se verificava um grande número de crianças abandonadas, levando D. Maria I a implementar normativos legais que serviram de sustentação para a organização do acolhimento das crianças em instituições. Assim, também como sequência do terramoto de 1755, surge em 1780 a Casa Pia de Lisboa, provisoriamente instalada no Castelo de S. Jorge, recebia crianças órfãs e abandonadas, além de mendigos e prostitutas, em setores diferenciados.

Em 1911 o Estado formaliza a Lei da Infância e da Juventude, onde prevê intervenções de Instituições Particulares de Solidariedade Social e Centros de Acolhimento no sentido de encaminhar para lá menores negligenciados. Trata-se de uma Lei que considera as crianças e jovens até aos dezasseis anos, vítimas de maus-tratos e autoras de crimes, como merecedores da intervenção tutelar do Estado, promovendo a sua proteção e a prevenção da delinquência.

Em 2011 o número de crianças e jovens caracterizados pelas entidades competentes ascendia a 11.572, sendo que uma percentagem elevada (77%, correspondendo a 8.938 menores) estavam acolhidos³. Por outro lado, o número de acolhidos em Lares de Infância e Juventude (LIJ) ultrapassa claramente (65% do total de institucionalizados) os restantes menores em outras respostas sociais, como Centros de Acolhimento Temporário ou Acolhimento Familiar, pelo que fará sentido estudar a realidade mais abrangente desta problemática⁴. De resto, os LIJ procuram suprir as falhas no exercício da função parental das famílias de origem das crianças e jovens, proporcionando-se condições de vida semelhantes às que ocorrem em contexto familiar normativo, sendo a autonomização o destino mais recorrente, o que justifica uma sequência do estudo, com base no esquema conceptual exposto na Figura 1.

³ Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2011*.

⁴ Instituto de Segurança Social (2012). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2011*. Lisboa: ISS.

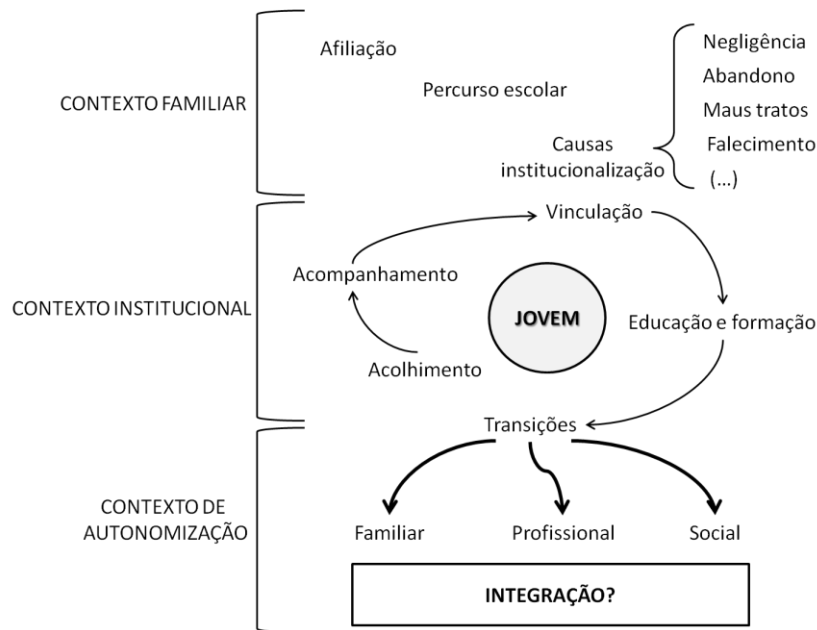


Figura 1 - Esquema conceitual do percurso de acolhimento

Os dois LIJ em estudo acolhem menores de ambos os sexos e operam em regime aberto, de acordo com as normas gerais de funcionamento constantes no regulamento interno de cada equipamento, ou de acordo com as deliberações das entidades oficiais com competência na matéria de infância e juventude. Cada Lar tem um quadro de funcionários que assegura o funcionamento dos serviços prestados, visando colmatar as necessidades educativas, de animação e ocupação de tempos livres, bem como as questões de natureza psicossocial. É constituído por técnicos de serviço social, psicólogos, professores, monitores e auxiliares de ação educativa, além de funcionários que asseguram a alimentação, higiene, transportes e área administrativa⁵.

Estas duas instituições pretendem assegurar os meios necessários ao desenvolvimento físico, psicológico, social, escolar e profissional de cada criança/jovem e a sua inserção na sociedade, com vista a satisfazer as suas necessidades básicas, promover a sua reintegração na família/comunidade e contribuir para a sua valorização pessoal, social e profissional. Um dos

⁵ Há uma tendência para prolongar a manutenção das mesmas pessoas nos cargos, sendo que a maioria dos funcionários já trabalha na instituição há mais de duas décadas, sendo esporádicas as alterações ao quadro de pessoal.

Lares foi fundado em 1973 tendo o outro aberto oito anos mais tarde. Ambos funcionam permanentemente, durante as 24 horas do dia, em todos os dias do ano. No entanto, durante o fim de semana e período noturno, onde a presença dos menores é mais constante, verifica-se uma quase ausência de professores, técnicos e encarregada geral, o que limita a oferta que vá além da alimentação e higiene.

Com o intuito de compreender as vicissitudes do processo de institucionalização e autonomização de crianças e jovens, tornou-se fundamental que o investigador conseguisse chegar ao âmago de alguns participantes, sem deixar de ter dados, embora mais superficiais, de uma amostra representativa, para que o resultado final pudesse espelhar o mais fielmente possível a ótica dos intervenientes no estudo. Apresenta-se então um recorte da pesquisa realizada com algumas dezenas de adultos e jovens adultos que durante longos anos viveram institucionalizados, para a qual foram delineados objetivos gerais⁶:

- Compreender a organização, o acompanhamento e as atividades de educação e formação proporcionadas por duas Instituições na região Centro de Portugal;

- Analisar fatores e processos que participam na construção das identidades e trajetórias dos jovens que viveram um contexto de institucionalização, assim como as suas representações e expectativas face ao seu projeto e percurso pessoal, relacional, educativo e profissional;

- Descrever, na perspetiva de adultos e jovens adultos, ex-institucionalizados, as transições ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas;

- Identificar potenciais fatores propiciadores de inclusão pessoal, social e profissional no processo de acolhimento e autonomização, partindo de uma análise compreensiva dos discursos e das trajetórias de jovens após a saída da instituição.

⁶ Este artigo remete para uma pesquisa mais ampla (Gaspar, J.; Santos, E. & Alcoforado, J. - Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados. Revista Educação e Pesquisa – No prelo).

No fundo, ressalta a importância de investigar boas práticas por parte dos cuidadores e das Instituições de acolhimento, capazes de promover transições favoráveis ao longo da vida dos menores em risco, bem como o seu inverso. Para atingir os objetivos propostos, este trabalho tem por base uma metodologia qualitativa, baseada predominantemente em entrevistas aprofundadas, proporcionadoras de descrições detalhadas das diferentes experiências pessoais e sociais a ex-acolhidos de dois LIJ. Pretende-se, no desenrolar de todo o trabalho⁷, compreender a perceção que os ex-institucionalizados têm da relação entre o apoio e a formação que lhes foi proporcionada enquanto institucionalizados e o eventual contributo desses adquiridos na sua posterior integração nos diferentes contextos de vida.

O papel do investigador

Qualquer estudo interpretativo exige o acesso do investigador a dados sobre as conceções, os significados ou os valores expressos mais ou menos explicitamente pelos indivíduos, por isso a validade do estudo depende também da relação de confiança entre os participantes e o investigador. Erikson (1986) propõe quatro formas de estabelecer e manter essa relação durante a investigação: neutralidade de juízos face aos indivíduos, confidencialidade, envolvimento e clareza.

Dado que qualquer investigação não é independente da pessoa que a desenvolve e dos referenciais que possui, torna-se portanto um processo pessoal de construção de um objeto de estudo e desconstrução de ideias pré-concebidas, de formas simplistas de ver o mundo e de perspetivar a realidade envolvente. A própria escolha do tema tem por base o trabalho desenvolvido durante mais de uma década em LIJ e no apoio aos jovens adultos que lá

⁷ Este artigo remete para uma pesquisa mais ampla (Gaspar, J.; Alcoforado, J. & Santos, E. - Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude. Revista Lusófona de Educação - No prelo).

viveram. Esta atividade permitiu conhecer de perto pessoas que foram acolhidas enquanto crianças e os seus cambiantes. Mas a convivência com esta realidade é muito forte, não só pela panóplia de sentimentos (compaixão, esperança, impotência...) como pela necessidade de procurar compreender este fenómeno que pode marcar de forma irreversível tantas personalidades, como perceptível na Figura 2.

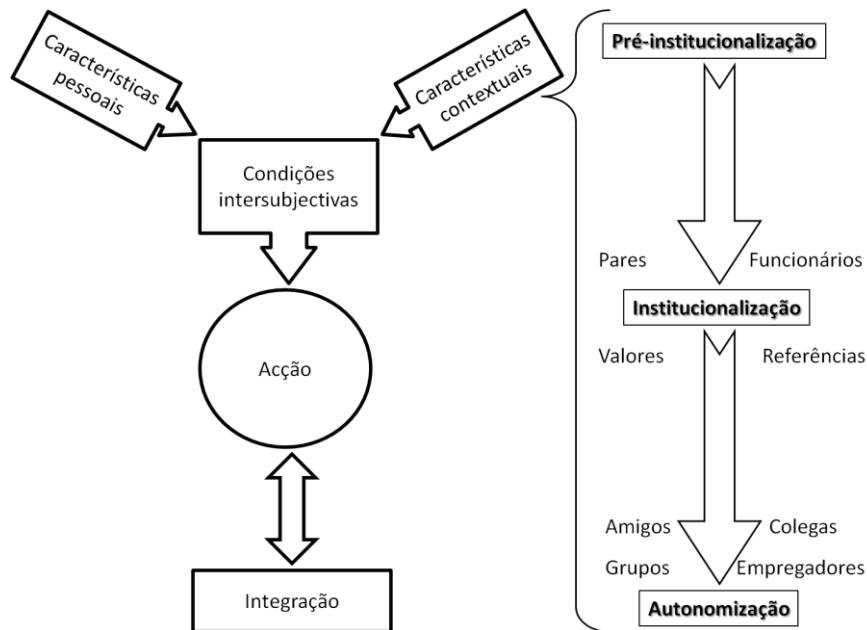


Figura 2 - Esquema conceptual da dinâmica da institucionalização

A organização do trabalho

1 - Fundamentação e justificação epistemológica do trabalho

Abordando a fundamentação conceptual para a metodologia utilizada e tendo consciência que todos os resultados em investigação são respeitantes à problemática mas também ao esquema teórico no qual se baseiam os métodos através dos quais foram obtidos, impõe-se explicitar os fundamentos do que foi usado neste estudo.

Ao pretender conhecer os significados atribuídos pelos adultos e jovens adultos acolhidos em Lares, privilegiou-se o que é próprio do método qualitativo, como interpretações, crenças,

costumes, posturas e concepções. Ou seja, investigando através dos relatos dos protagonistas, são os próprios indivíduos que, através das suas palavras, dão sentido às suas vivências, garantindo assim que o elemento essencial na interpretação da ação é o dimensionamento do significado subjetivo daqueles que dela participam. Entende-se que as ações humanas podem ser melhor compreendidas se baseadas nos relatos e nas perspectivas dos intervenientes, enfatizando a definição individual subjetiva e as vivências relatadas.

A opção pelas entrevistas semiestruturadas, respondidas a dois tempos, abrangendo a componente escrita e oral, permitiu ao entrevistado falar da sua própria vida, privilegiando, sempre que entendeu, uma estrutura de discurso cronológico, dando conta da sua trajetória, numa visão pessoal, pois é vulgarmente aceite que os métodos qualitativos permitem uma visão holística, através da descrição, valorizando a compreensão interpretativa na recolha e análise dos dados dos atores intervenientes, na medida em que integram acontecimentos, eventos implícitos e verbalizados: perceções, representações, opiniões, discursos, gestos, práticas, experiências (Lessard *et al*, 1996).

Através destas entrevistas tentou-se “montar o puzzle com o mosaico de imagens que a vida proporcionou”, fazendo uma reconstituição subjetiva dos percursos dos jovens (*a posteriori*, passando pelo filtro da memória), e implicando três ordens de realidades (Bertaux, 1997):

- **referente**, a realidade histórico empírica da história vivida que corresponde ao percurso biográfico;

- **significado**, realidade psíquica e semântica, constituída pelo que o indivíduo pensa retrospectivamente;

- **significante**, a realidade discursiva, a narração tal como ela é produzida no quadro do diálogo da entrevista.

2 - Elaboração de um levantamento das respostas sociais portuguesas para as crianças e jovens em risco, levando em conta a sua evolução temporal e um comparativo com países vizinhos, suportando a institucionalização nas disposições legais em vigor.

3 - Caracterização e compreensão das Instituições intervenientes no trabalho, incluindo a realização de entrevistas aos responsáveis e descrição do trabalho de observação participante.

4 - Intervenientes envolvidos:

Amostra - salienta-se a existência de uma listagem pré-determinada pelos contactos recolhidos, partindo-se de um universo de cerca de uma centena de jovens adultos que viveram vários anos nos lares envolvidos no estudo, acabando por serem dirigidas entrevistas a 26 ex-utentes, tendo sido recolhidas apenas 24, por manifesta falta de disponibilidade num caso e alguma instabilidade emocional no outro. A seleção foi feita de modo aleatório, dependendo, essencialmente, da disponibilidade de cada indivíduo⁸.

Para assegurar aspetos relacionados com a fidelidade e a validade do estudo, procurou-se assegurar que seria atingida a saturação dos dados⁹, bem como salvaguardar as questões de ordem ética normalmente levantadas quando são utilizadas amostras muito pequenas e em que trabalhamos com informações verdadeiramente pessoais, por se correr o risco de possível identificação dos informadores e por isso não cumprir o compromisso de confidencialidade que teria de ser respeitado (Guerra, 2006).

No contacto inicial foi explicada claramente a cada participante a finalidade científica da pesquisa, garantida a confidencialidade, a ausência de dano do processo e o direito de recusa ou interrupção no momento em que desejassem. Os trabalhos de recolha decorreram entre setembro de 2011 e março de 2012, com especial aproveitamento da época natalícia,

⁸ Alguns dados biográficos foram fornecidos pelas Instituições

⁹ De acordo com Rousseau e Saillant, a ideia da saturação dos dados, “faz referência ao momento da colheita de dados a partir do qual o investigador não aprende nada de novo dos participantes ou das situações observadas” (Rousseau e Saillant, 2003: 156)

pois os participantes vivem em várias zonas do país (Algarve, Lisboa, Coimbra...) e da Europa (França, Áustria, Alemanha, Suíça...).

Metodologia - a ação centrou-se no recurso a entrevistas semiestruturadas a ex-acolhidos, que começaram por uma componente escrita, onde os participantes tiveram algumas semanas para refletir e registar à medida que tivessem disponibilidade temporal e emocional, havendo posteriormente um contacto presencial, com recurso a gravação. Após um contacto inicial que aconteceu presencialmente, por telemóvel ou por via informática, houve recurso ao correio eletrónico para fazer chegar o guião da entrevista, que após preenchimento foi devolvido pelo mesmo processo. Concluída a análise das respostas, foram promovidos encontros presenciais para complementar informações e aprofundar algumas perceções¹⁰. Seguindo esta metodologia, os diversos contactos e as entrevistas aos participantes, embora tenham consagrado muito tempo, foram fundamentais para o estudo pois permitiram desenvolver uma aproximação relacional, de observação abrangente e otimizar a etapa metodológica seguinte - sinopse e análise do seu conteúdo.

5 - Recolha de opiniões sobre as principais conclusões dos dados já recolhidos, por parte de entidades envolvidas na problemática em estudo (Direção Regional de Educação, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Departamento de Investigação e Ação Penal, Segurança Social, Tribunal de Família e Menores, Polícia de Segurança Pública, Observatório Permanente da Adoção, Centro Educativo e Instituições envolvidas no estudo). Inicialmente os contactos foram realizados ao mais alto nível, no sentido de por um lado os responsáveis pelas entidades indicarem técnicos com experiência e contacto direto com menores acolhidos em LIJ e por outro, tentando fugir ao “politicamente correto” e às respostas de circunstância, visto o estudo ser anónimo e confidencial.

¹⁰ Por manifesta falta de competências para a escrita organizada por parte de alguns entrevistados, o recurso à oralidade presencial prevaleceu claramente sobre os registos escritos

6 - Relatos autobiográficos de adultos ex-acolhidos, diferenciando autonomizações com integração bem sucedida, de situação de vulnerabilidade, enfatizando as transições.

7 - Elaboração de conclusões e implicações para a intervenção na área de intervenção ao nível do acolhimento inicial, acompanhamento e autonomização, bem como uma reflexão crítica sobre metodologias de acolhimento institucional de crianças e jovens, nomeadamente ao nível da humanização/vinculação e do apoio à autonomização e inclusão.

O que dizem os jovens

As crianças e jovens sentem particular temor pela quebra dos laços afetivos que vão desenvolvendo ao longo da sua existência. Na maior parte dos casos, o meio com maior impacto nas suas vidas é o LIJ que o acolheu, em muitos casos, durante mais de uma década. Não será por isso de estranhar que alguns relatem essa fase como o período das suas vidas mais positivo, principalmente se o recordarem como um meio privilegiado para o estabelecimento de laços afetivos que se mantiveram após deixar a instituição.

«Era uma relação de fraternidade, criaram-se laços importantes, pessoas pelas quais tenho a maior consideração. Pessoas com quem passei o mais longo e melhor momento da minha vida, era raro haver atritos relevantes entre utentes. Foi como ganhar uma nova família e novos irmãos.»

(Ex-acolhido que viveu cerca de 13 anos num Lar de Infância e Juventude)

Outros há que sentem revolta pela forma como foram tratados no acolhimento, relatando ser encarados como potenciais delinquentes com um futuro condicionado, não vendo

reconhecido o facto de enquanto crianças terem sido arrastados num turbilhão de meios adversos.

«“Os teus pais abandonaram-te e nem querem saber de ti! Vocês nunca vão ser nada na vida!” Este tipo de frases repetidas sistematicamente ao longo dos anos, por algumas funcionárias, causam-me ainda hoje angústia e revolta, principalmente por virem de pessoas que ganhavam a vida para cuidar de nós.»

(Ex-acolhida que viveu cerca de 12 anos num Lar de Infância e Juventude)

No entendimento dos intervenientes no estudo, a distribuição de poderes por parte da direção, equipa técnica e pedagógica, deve ir avançando gradualmente à medida que os jovens vão amadurecendo e desenvolvendo mais competências. Reconhecem a importância da preparação para situações futuras, como serem pais, considerando que as instituições que acolhem crianças e jovens não são prisões, hospitais ou pensões com hóspedes, onde as regras são afixadas nas paredes, valorizando as conversas constantes e a transmissão de afetos.

«Hoje dou mais valor a quem me soube transmitir valores, ainda por cima com uma insistência que na época considerava uma chatice (...) Essa paciência com os meninos, ajudou a criar um ambiente familiar num espaço onde as paredes eram frias e algumas pessoas também.»

(Ex-acolhida que viveu cerca de 10 anos num Lar de Infância e Juventude)

Para estudar esta temática, afigura-se fulcral vivenciar as ocorrências do acolhimento, embrenhar-se nas adversidades das vidas dos menores institucionalizados, “respirando o mesmo ar”, para que a confiança entre o investigador e os intervenientes possa fazer emergir

os sentimentos e as percepções mais próximas da realidade. É importante que seja uma figura com a qual tenham partilhado experiências, para que os relatos não tenham coibições, de resto, no acolhimento estas entidades são fundamentais no crescimento integral dos menores. A relação criada com o *staff* desempenha um papel central na vida destas crianças e adolescentes, já que esses adultos assumem verdadeiros papéis no sentido de os orientar, proteger e acarinhar, constituindo inclusivamente as suas referências. Se estas relações forem bem sucedidas, o menor poderá ter um percurso sócio-escolar equilibrado, construído numa boa integração social, com aumento da autoestima, e melhor capacidade de lidar com a rejeição. Mormente em jovens ex-institucionalizados, a perda de uma dessas referências pode desencadear um processo que conduza a uma diminuição da resiliência.

«A relação dos funcionários com os utentes pode-se dividir em duas ideias diferentes, havia os funcionários que trabalhavam apenas porque era o seu emprego e havia aqueles funcionários que para além de ser o emprego eram um porto para ajudar crianças necessitadas de carinho, de amor, de tudo o que não encontraram numa família (...) também posso dizer que estes foram os tais que me fizeram crescer e me deram aquela educação, ideias, mais propriamente, ajudaram a formar a minha pessoa, a pessoa que sou hoje.»

(Ex-acolhido que viveu cerca de 10 anos num Lar de Infância e Juventude)

O momento da saída da Instituição, atendendo a que na maior parte dos casos se trata de uma autonomização, pois a família de origem não existe enquanto tal, é assinalado por quase todos os intervenientes no estudo como marcante e angustiante, dado o receio de falhar e a impreparação que não sendo admitida, é sentida. Na maior parte dos casos ocorre uma rutura com a Instituição, não só com o espaço físico, onde sentem que não são bem-vindos,

mas também nos contactos com os técnicos, havendo um “apagar” forçado do lar onde cresceram e a que carinhosamente chamam “casinha”.

«Para ser sincera, não tive qualquer apoio. Na altura senti-me perdida e não tive ninguém que me ajudasse. Fiz as minhas mudanças sozinha e consegui. Ainda me lembro como se estivesse a viver esse momento agora (...) Mesmo no ponto em que me despedi daquela casa tão grande mas que é a minha casinha. Aí não senti apoio de ninguém e até hoje não tive ninguém que me ligasse para saber como estou, como me encontro, se preciso de apoio, nada.»

(Ex-acolhida que viveu cerca de 15 anos num Lar de Infância e Juventude)

O investimento por parte dos cuidadores, nas crianças e jovens institucionalizados é tido como fundamental e tenderá a refletir-se no seu bem-estar atual bem como na futura integração na sociedade, sendo urgente investir no acompanhamento e também no “desmame” dos jovens na desinstitucionalização, para que este ocorra sem sobressaltos e após uma preparação para o mundo exterior que os espera.

Considerações Finais

Nota-se grande interesse por parte dos ex-acolhidos no investimento nestas questões, também para tentar perceber a importância de existir alguém capaz de facilitar a reorganização da vinculação nos menores ainda acolhidos (alguns familiares e/ou amigos), sendo que vários sujeitos mostraram contentamento por terem participado, chegando mesmo a agradecer por o estudo lhes ter proporcionado uma reflexão profunda “*sobre o seu passado, as suas vivências e sobre si próprios*”. Este facto contribuiu para que fosse possível analisar

o processo de desinstitucionalização, nomeadamente o momento da saída, os sentimentos gerados e o processo de autonomização pessoal, social e profissional, levando ainda em consideração perspectivas de empregadores, chefias e colegas de trabalho, além de parceiros de residência e eventuais familiares que possam ter sido, entretanto, constituídos.

Com este estudo concorre-se para a apresentação de conclusões sobre áreas de intervenção ao nível do acolhimento inicial, acompanhamento e autonomização, bem como uma reflexão crítica sobre metodologias de acolhimento institucional de crianças e jovens, nomeadamente ao nível da humanização e do apoio à inclusão. Desde logo salienta-se que os Lares de Infância e Juventude devem ser moderadores, protegendo e criando uma envolvência segura, sendo desejável que através dos seus cuidadores, tendam a transformar vivências negativas em representações convenientes, logo que consigam funcionar como amortecedores de raivas e frustrações, nunca respondendo com insultos ou violência (ainda que verbal), destacando antes os aspetos positivos da vida, ajudando a melhorar o autoconceito e reconstruindo identidades sofridas. Também foi notório que nas perspectivas dos entrevistados, o suporte para a vida após a saída do acolhimento, reside, em grande parte, nas aprendizagens mas sobretudo nos exemplos e nos vínculos que vivenciaram e desenvolveram enquanto institucionalizados, com os cuidadores e entre pares.

“Quem viveu dez anos num Lar nunca teve de decidir nada, teve sempre alguém que decidiu por ele. A maioria não tem autonomia financeira, não sabe sequer fazer uma sopa e não tem quaisquer competências de gestão e de decisão.”

Idália Moniz, Secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, (Dez. 2010).

Por tudo isto, não podemos esquecer os menores que permanecem nas instituições, sendo necessário ponderar como se organizam os afetos, quais as suas necessidades, quais os

constrangimentos das instituições, a formação dos seus profissionais e dirigentes, no fundo, qual a estrada que nos leva aos afetos e o criar laços, para assim evitar que continuem as gerações futuras num “crescer vazio”. Talvez esta seja uma das questões mais polémicas e de difícil resposta... mas um desafio a seguir no trabalho em curso, para uma verdadeira resposta de qualidade a quem já perdeu tanto.

Referências

BERTAUX, D. **Les Récits de Vie**. Paris : Nathan, 1997.

COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DAS CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO (2012). Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2011. [Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>, consultado em 02/06/2012].

ERICKSON, F. Qualitative methods. In: **Research in teaching and learning**. Vol. 2, New York: Macmillan Publishing Company, 1986.

GASPAR, J. P.; ALCOFORADO, J. L. & SANTOS, E. Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude. **Revista Lusófona de Educação**. No prelo.

GASPAR, J. P.; SANTOS, E. & ALCOFORADO, J. L. Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspectiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados. **Revista Educação e Pesquisa**. No prelo.

GUERRA, I. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso**. 2. ed. Estoril: Principia, 2006.

INSTITUTO DE SEGURANÇA SOCIAL. Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2011. Lisboa: ISS. 2012.

LESSARD-HÉBERT, M.; GOYETTE, G. & BOUTIN, G. **Investigação qualitativa: fundamentos e práticas**. (Trad portuguesa). Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

ROUSSEAU, N.; SAILLANT, F. Abordagens de investigação qualitativa. In: FORTIN, M. *O processo de investigação: da concepção à realização* (N. Salgueiro, Trad., 3.^a ed.). Loures: Lusociência, 2003.

VILHENA, J.; ZAMORA, M.; NOVAES, J. & MOREIRA, A. O sentido dos atos destrutivos dos adolescentes: entendendo os jovens em conflito com a Lei. **O Social em Questão**, PUC Rio de Janeiro Vol 32, p. 141-156, mar. 2010.

Capítulo II

Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude¹¹

¹¹ Artigo aceite para publicação na Revista Lusófona de Educação - ISSN 1646-401X

Resumo

Este artigo dá conta de uma investigação ainda em curso, centrada na compreensão das respostas sociais proporcionadas a menores em risco. Para a consecução deste propósito levou-se em consideração a evolução histórica do tratamento da problemática em estudo, com especial enfoque no acolhimento institucional de crianças e jovens, bem como o enquadramento legal em vigor a nível nacional e europeu/internacional. Foi ainda organizado um comparativo relativamente a respostas a situações equivalentes, por parte de países vizinhos. Procurou-se também aferir os contornos da condição das crianças e jovens em situação de acolhimento nos últimos anos em Portugal, através dos dados disponibilizados por entidades com ligações governamentais, construindo uma caracterização detalhada da população referenciada e/ou acolhida, bem como da sua distribuição pelas várias valências sociais de intervenção. O artigo termina com particular incidência na análise a dois Lares de Infância e Juventude da região Centro de Portugal, procurando caracterizá-los, compreendendo a sua origem, organização, financiamento e outros aspetos relevantes para o seu funcionamento.

Palavras-chave:

Crianças e jovens em risco; Institucionalização; Lares de Infância e Juventude; Acolhimento e integração social.

Resumen

Este artículo da cuenta de una investigación aún en curso, centrada en la comprensión de las respuestas sociales que se prestan a los niños en riesgo. Para lograr este propósito se tuvo en cuenta la evolución histórica del tratamiento de la problemática en análisis, con especial énfasis en el cuidado institucional de los niños y los jóvenes, así como el encuadramiento legal vigente a nivel nacional y europeo / internacional. También se organizó un comparativo con las respuestas a situaciones similares, por parte de los países vecinos. También tratamos de determinar los contornos de la condición de los niños y jóvenes en acogida en los últimos años en Portugal, a partir de datos proporcionados por las entidades con ligaciones gubernamentales, construyendo una detallada caracterización de la población de referencia y / o acogida, así como su distribución por las diferentes valencias de intervención social. El artículo termina con un enfoque particular en el análisis de dos hogares para niños y jóvenes de la Región Centro de Portugal, tratando de su caracterización, de comprender su origen, organización, financiación y otros aspectos relevantes para su funcionamiento.

Palabras-clave: Los niños y jóvenes en situación de riesgo; institucionalización; hogares para niños y jóvenes; recepción e integración social.

Résumé

Cet article rend compte d'une enquête toujours en cours, axée sur la compréhension des réponses sociales fournies aux mineurs en risque. Pour atteindre ce but, on a pris en considération l'évolution historique du traitement de la question à l'étude, avec un accent particulier sur la prise en charge institutionnelle des enfants et des jeunes, ainsi que le cadre juridique en vigueur au niveau national et européen / international. On a aussi organisé un rapport comparatif des réponses de pays voisins à des situations similaires. On a également cherché à déterminer les contours de la condition des enfants et des jeunes placés en institution dans ces dernières années au Portugal, en utilisant les données fournies par des entités aux connexions gouvernementales, en construisant une caractérisation détaillée de la population signalée en danger et/ou placée en institution, ainsi que leur distribution à travers les différents services offerts par l'intervention sociale. L'article se termine avec l'accent sur l'analyse de deux foyers pour enfants et jeunes de la région du centre du Portugal, en cherchant à les caractériser, à comprendre leur origine, leur organisation, le financement et d'autres aspects pertinents à leur fonctionnement.

Mots clés:

Enfants et jeunes à risque; placement en institution; maisons d'accueil pour enfants et jeunes; accueil et intégration sociale.

Abstract

This article is the result of an on-going research, centered in the comprehension of the social answers given to minors in danger. It is relevant the pertinence of the comprehensive character of this study that going over the offered solutions to minors in danger deprive of a considerable favorable familiar environment to their growth, with particular focus on the minors in institutions, tries to note down implications of the political decisions taken for the last few years.

To go through this research it has been taken in consideration the historical evolution of how this subject has been solved, with special focus on the institutional shelter of minors and children's, as well as the legal picture in national level and European/international. It has been compare several situations between neighbor countries. We tried to be certain of the children's conditions that have been living in institutional shelters for the past few years in Portugal, trough data provided by private entities with governmental links, building some detailed information of this referenced or in foster care population, as well as their distribution through several social acts of intervention.

This article ends with particular focus in the analyses of two Institutional Shelters for Children's (ISC) from the center region of Portugal, trying to describe them, understanding their origin, organization, financial and other relevant aspects to their performance.

This subject gains more importance due to the number of referenced minors by social institutions, that result in a large part of the youth Portuguese population, without being able to see the numbers decrease because of the atual financial crisis whether as national level as in global level as well.

It is certain that institutional shelters have improved significantly, surpassing the overpopulation conditions, lack of hygiene, stigmatization and discrimination by the society.

For this type of improvement, the creation of mechanisms to report this kind of abuses had a major role as well as the creation of rules and supervision and even for more attention by the civil society.

However, it would be unconceivable that institutional shelters would only supply the basic needs and protection due to the danger/delinquency situation, becoming fundamental to allow an academic and professional course, as well as a favorable environment for the maximum mental, social and affective development.

It is imperative that caregivers receive training in various areas (of a contextualized view of child development, domestic violence), to be able to host the revolt externalized, not associating the minors as predelinquents, but minors who for having been driven into unfavorable situations, should be supported to retake a course similar to young children's, who's families are structured.

Key Words:

Minors and children in unsafe environments; Minors in institutions; Institutional Shelters for Children's (ISC); Welcoming and Social Integration.

Introdução

Numa fase de enorme incerteza económica à escala nacional e global, com consequências morais e sociais, não será difícil antecipar que grupos mais frágeis, como as crianças e os jovens, sejam particularmente afetados em quadros de negligência ou abandono, que podem mesmo culminar em violência e abusos. Valorizando a transversalidade da educação relativamente a componentes como a escola, a família e as instituições, foram trabalhados dados de entidades como a Segurança Social e a Comissão para a Proteção de Crianças e Jovens procurando perceber a evolução histórica das respostas sociais e enquadrando as políticas públicas portuguesas no contexto de países vizinhos, bem como as disposições legais em vigor.

No âmbito da revisão da literatura, foi notória a proliferação de trabalhos tendo a institucionalização como objeto de estudo. Destaca-se uma abordagem à história dos maus-tratos na realidade portuguesa, bem como a relação de vinculação, refletindo sobre a retirada do meio natural de menores em risco, onde se defende uma reduzida intrusão nas famílias, salvaguardando apenas os casos em que a defesa do superior interesse da criança merece indubitavelmente a intervenção dos serviços de proteção das crianças e jovens, (Reis, 2009).

Salienta-se uma abordagem às respostas sociais, onde o sistema de proteção das crianças se centra na colocação em instituições, assumindo o acolhimento familiar uma expressão reduzida, não obstante a evolução de outros sistemas sociais em diversos países europeus. Em parte, a pouca visibilidade desta medida, quase passa despercebida se comparada com a adoção ou a colocação institucional, é responsável pela sua reduzida expressão, pois não há acolhimento familiar sem acolhedores. (Delgado, 2010).

Da análise de narrativas de adultos, nomeadamente a sua experiência de institucionalização prolongada em Lar de Infância e Juventude, (Quintãns, 2009) concluiu

que estes não proporcionavam relações afetivas significativas e securizantes, sobressaindo antes a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas. Neste seguimento, um dos problemas que se coloca às Instituições de acolhimento, é permitir um fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade necessariamente presentes desde a admissão, pois aliviaria o facto de a maioria dos jovens em processo de desinstitucionalização, não apresentarem um conjunto de competências necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social, sendo comum integrarem projetos de autonomia para os quais não estão estruturalmente preparados (Vicente, 2009). Também os dados recolhidos por Lima (2010), apontam claramente no sentido de que o apoio à concretização de um projeto de vida deve subsistir para além da saída da Instituição.

Perante conclusões tão interessantes e inquietantes, parece pertinente o carácter compreensivo deste estudo¹² que incide sobre as respostas sociais oferecidas a menores privados de meio familiar considerado favorável ao seu desenvolvimento, com particular enfoque na institucionalização de longa duração. Esta, enquanto medida alternativa à prestação de cuidados a menores marcados por tecidos familiares adversos ao seu desenvolvimento, prevalece sobre as restantes, pelo que para melhor a compreender, além da descrição circunstanciada em Portugal, haverá uma incidência particular em dois Lares de Infância e Juventude da região Centro do país.

A institucionalização em Portugal – enquadramento histórico/legal

Durante a Antiguidade, o infanticídio foi praticado em muitas culturas tanto orientais como ocidentais (Levene, 1970), era não só considerado uma prática socialmente aceite,

¹² O presente artigo decorre do trabalho desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação, na área de especialização em Psicologia da Educação, na FPCE da Universidade de Coimbra.

como também uma prática legítima e em muitas situações tornou-se mesmo obrigatório. Já os tempos modernos são caracterizados por profundas mudanças, de entre as quais a forte convicção da necessidade de proporcionar melhores condições de bem-estar a toda a sociedade e proteger sobretudo as crianças.

Em Portugal, o aparecimento do Cristianismo trouxe algumas melhorias, embora fenómenos de abandono de crianças recém-nascidas persistissem. Para minimizar o infanticídio, disseminou-se desde finais do Século XV um mecanismo conhecido como “roda dos expostos”¹³, colocado nas entradas de conventos, mosteiros, igrejas e outras casas religiosas ou até hospitais.

Nos séculos XVII e XVIII verificou-se um grande número de crianças abandonadas, levando D. Maria I a implementar normativos legais que serviram de sustentação para a organização do acolhimento das crianças em instituições. Assim, também como sequência do terramoto de 1755, surge em 1780 a Casa Pia de Lisboa fundada por Pina Manique, provisoriamente instalada no Castelo de S. Jorge recebia crianças órfãs e abandonadas, além de mendigos e prostitutas, em setores diferenciados.

Em 1911 o Estado mostra preocupação com as questões dos menores desprotegidos e abandonados ao formalizar a Lei da Infância e da Juventude, que consagra a criação de vários mecanismos como as Tutorias da Infância - Instituto homólogo dos atuais Tribunais de Menores (Vilaverde, 2000) e onde prevê intervenções de Instituições Particulares de Solidariedade Social, Centros de Acolhimento no sentido de encaminhar para lá menores negligenciados, permanecendo a sua tutoria ao cuidado da Instituição ou do Tribunal, embora salvaguardando os contactos com as figuras parentais. Esta Lei considera as crianças e jovens

¹³ A “roda dos expostos” era um cilindro de madeira semelhante a um armário giratório com uma grande cavidade, onde eram depositadas as crianças; este sistema de roda, mantinha anonimato sobre quem lá colocava a criança, ficando os religiosos encarregues de encontrar amas que alimentassem e tomassem conta das crianças, (Zurita & Fernández V., 1996).

até aos dezasseis anos, vítimas de maus-tratos e autoras de crimes, como merecedores da intervenção tutelar do Estado, promovendo a sua proteção e a prevenção da delinquência.

Em Portugal, atendendo a que até ao início do Séc. XX apenas as Misericórdias e as raízes cristãs eram responsáveis pelas intervenções com crianças abandonadas e maltratadas, não é de estranhar que apenas em 1911, com a criação da Lei de Proteção à Infância, surja o primeiro Tribunal Especial para Crianças (Tutoria Geral da Infância), onde apesar de não existirem especiais garantias de defesa dos menores, colocam Portugal como um dos primeiros países a consagrar tratamentos judiciais diferenciados para adultos e crianças (até então inclusivamente cumpriam penas nas mesmas prisões dos adultos). Esta Lei prevê a intervenção judicial para infratores e a proteção para as vítimas.

Em 1962, à semelhança de outros estados com regimes ditatoriais, Portugal aprova a Organização Tutelar de Menores (OTM) que prevê aplicar medidas como: *“Internamento em estabelecimentos oficiais ou particulares de educação ou de assistência”*. A OTM ao prever que cada tribunal tivesse um juiz, um curador de menores e uma secretária, além das assistentes ou auxiliares sociais, pode ser considerada como antecedente das Comissões de Proteção de Menores¹⁴, que foram posteriormente criadas.

No entanto, a OTM ainda não diferenciava devidamente entre menores delinquentes e menores em perigo, tendo por isso em 1999 sido criados os dois “pilares legais” que com pequenas alterações, ainda hoje se mantêm em vigor: Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) - Lei n.º 147/99 e Lei Tutelar Educativa (LTE) - Lei n.º 166/99, onde se distingue uma dimensão de proteção e uma dimensão educativa.

A LPCJP prevê como medida de promoção e proteção, entre outras, a medida de acolhimento em instituição que consiste na colocação da criança ou jovem aos cuidados de

¹⁴ Em 1991, ocorre uma reformulação das Comissões de Proteção de Menores, em que apesar de serem oficiais, têm um carácter não judicial e são compostas por equipas pluridisciplinares, contando com representantes do Ministério Público, da Segurança Social, da Saúde, da Escola e da Polícia entre outros. Em 1999, estas comissões passaram a denominar-se Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ).

uma entidade que disponha de instalações e equipamento de acolhimento permanente e de uma equipa técnica que lhes garantam os cuidados adequados às suas necessidades e lhes proporcionem condições que permitam a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

É comumente entendido, também por Oliveira (2002), que a Lei Tutelar Educativa (LTE) constitui, conjuntamente com a LPCJP, a rutura definitiva com o modelo anterior de intervenção. Aplica-se à criança com idade compreendida entre os 12 e os 16 anos, que cometa facto qualificado pela lei penal como crime, procurando a responsabilização da criança em relação ao seu papel na sociedade, na sua educação e não na punição, aplicando medidas tutelares educativas que visam a sua inserção, de forma digna e responsável, na vida em comunidade. Se a criança tiver idade inferior a 12 anos, a intervenção tem lugar no domínio do sistema de promoção e proteção.

Numa conjetura internacional, o próprio estatuto da criança, enquanto titular de direitos humanos fundados na sua inalienável e inviolável dignidade tem origem histórica recente, nomeadamente no período do pós-guerra, em meados do século XX, de onde se destacam documentos como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (ONU, 1948) e mais tarde a Convenção Sobre os Direitos das Crianças (UNICEF, 1989), que reconhecem claramente a criança como sujeito participativo no seu processo de crescimento.

Atualmente, como há vários séculos, a institucionalização de menores só faz sentido por existirem maus tratos. Embora vários autores se tenham debruçado sobre esta temática, com variações nas tipologias, podemos agrupá-los em quatro formas de maus tratos: negligência/abandono, maus tratos físicos, abuso sexual e abuso emocional. Nos tempos hodiernos a distinção entre vítimas e agressores nem sempre é fácil, pois tantas vezes as consequências de maus tratos originam comportamentos reprováveis por parte dos menores. Talvez por isso, ainda hoje crianças que careciam de proteção social contactam, em casas de

acolhimento, com menores que praticaram pré-delinquências, potenciando a possibilidade dos primeiros virem a enveredar por caminhos menos corretos. O acolhimento de crianças e jovens vítimas de maus tratos está legislado e tipificado (PII, 2009), oscilando consoante a duração em três níveis: **acolhimento de emergência**, cuja permanência decorrerá até 48 horas em unidades para acolhimento urgente e transitório; **acolhimento temporário** (curta duração), por um período inferior a seis meses, em centros de acolhimento temporário – CAT; **acolhimento prolongado**, previsto até aos 18 ou mesmo até aos 21 anos, sendo a autonomização a saída mais provável, em Lares de Infância e Juventude (LIJ). Nos dois últimos níveis de acolhimento está previsto igualmente o acolhimento familiar, embora mais residual nos acolhimentos de maior duração. Existem ainda respostas de acolhimento não especificamente destinadas à população de crianças e jovens em perigo como Apartamento de Autonomização, Comunidade Terapêutica, Comunidade de Inserção, Casa Abrigo, Casa de Acolhimento de Emergência, Lares Residenciais ou Centros de Apoio à Vida que acolhem temporariamente jovens grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos em risco emocional ou social.

Respostas educativas para menores em risco, noutros países da União Europeia

Segundo o relatório do especialista independente para o Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças¹⁵, perto de oito milhões das crianças em todo o mundo estão sob regime de acolhimento residencial, não tanto por serem órfãs, mas por serem portadores de alguma deficiência, de situações de desintegração familiar, de violência no lar e de condições económicas e sociais adversas.

¹⁵ Paulo Sérgio Pinheiro – relatório apresentado em 2006 à Assembleia Geral das Nações Unidas.

Alguns países da União Europeia, como Portugal, Espanha e Grécia, têm uma elevada percentagem de menores em acolhimento institucional, alguns por longos períodos de tempo. Já países como o Reino Unido, Holanda, Bélgica, Alemanha, Irlanda e Itália, apresentam uma maior percentagem de crianças em famílias de acolhimento ou integradas em familiares alternativos, reduzindo a institucionalização, além de tenderem a reduzir a dimensão das residências. No sistema de proteção português predomina o acolhimento em instituição, e o acolhimento familiar é muito reduzido (com tendência decrescente), prevalecendo instituições de grande dimensão e/ou elevado número de crianças acolhidas e longa permanência. A institucionalização abarca mais de 90% dos menores em acolhimento (com tendência crescente) o que de acordo com o Eurochild, 2010, o torna único relativamente aos países da União Europeia.

Em França, nos anos 60 do Séc. XX, como consequência da ocupação nazi na II guerra mundial, estima-se que 800 mil crianças tenham sido acolhidas. De acordo com o Eurochild 2010, existiam 141.599 acolhidos, em que cerca de metade se encontra em famílias de acolhimento e mais de 1/3 em residências de responsabilidade local (instituições com mais de 15 menores), encontrando-se 5.500 em prisões juvenis ou unidades de segurança. Existe ainda um conceito semelhante a aldeias S.O.S., embora com pouca expressividade, onde dez casas, cada uma acolhendo quatro a seis crianças, são apoiadas por centros destinados a promover a integração social e profissional dos jovens.

O isolamento social tem contribuído bastante para o aumento de crianças em risco, mais ainda que a pobreza. A proteção intervém não só nas crianças mas nas famílias, havendo um apoio material, por vezes a familiares mais afastados, para estes cuidarem dos menores em risco. A existência de leis específicas para protegerem crianças institucionalizadas e a formação de um “conselho de vida social” que visitam as instituições três vezes por ano,

elaborando um relatório com vista à melhoria dos procedimentos, contribuirá para que a grande maioria consiga integrar-se na sociedade de uma forma positiva.

Em Espanha o código civil não contempla a pobreza como razão para incluir uma criança no sistema de proteção e regista-se uma grande preocupação em eliminar os fatores de risco na família, em detrimento da retirada do menor (Eurochild, 2010).

Atualmente estão ao cuidado do estado muitas crianças e jovens que chegam às ilhas Canárias e à Andaluzia vindas de África, com algumas dificuldades de integração devido à língua. Já noutras regiões há uma preparação dos adolescentes para o emprego, no fundo, uma preparação para a vida adulta através dos chamados “lares”, supervisionados para promover a vida independente. De resto, há recomendações no sentido das 17 comunidades autónomas assumirem um modelo comum, pois segundo o Eurochild 2010, em algumas não é contemplado o superior interesse das crianças, especialmente no que respeita às famílias de acolhimento, além de se registar pouca celeridade nas decisões, por manifesta falta de recursos humanos e financeiros nos tribunais de família.

No Reino Unido, segundo o Eurochild 2010, são cerca de 60 mil os menores em cuidados alternativos, estando a esmagadora maioria (42.300) em famílias de acolhimento em ambiente privado e menos de 10% em instituições com 16 ou mais crianças. Nas últimas décadas o sistema britânico passou da quase exclusividade pelo acolhimento institucional, para mais de 2/3 de proteção através do acolhimento familiar. Assistiu-se igualmente a uma redução na dimensão das residências, substituindo as grandes instituições por lares mais pequenos, não existindo o conceito de aldeias S.O.S..

Alguns estudos mostram que 27% dos presos passaram algum ou mesmo muito tempo em instituições e indicam ainda que 20% das raparigas que saíram dos lares entre os 16 e os 19 anos demoraram menos de um ano a serem mães. Um em cada cinco menores acolhidos torna-se sem-abrigo e 1/3 das crianças não têm instrução, emprego ou um curso profissional,

quando atingem os 19 anos. Há por isso indicações para melhorar o sistema, cada vez mais procurando a “família alargada” como alternativa.

	Acolhimento	Particularidades
Portugal	- Esmagadora maioria em instituições (Lares de Infância e Juventude e Centros de Acolhimento Temporário)	- Grande variedade na oferta de acolhimento, embora algumas sejam residuais
Espanha	- Cada comunidade autonómica tem a sua filosofia, embora se esteja a generalizar o aumento do acolhimento familiar	- Cada comunidade autónoma tem as suas especificidades e respostas próprias
França	- Metade em famílias de acolhimento - Cerca de 35% em instituições com mais de 15 crianças	- Apoio social a familiares afastados para acolherem as crianças em risco
Reino Unido	- Esmagadora maioria em famílias de acolhimento - Redução da dimensão das instituições	- Não há o conceito de aldeias S.O.S., mas procura-se familiares afastados para acolhimento

Quadro I – Visão comparativa do acolhimento nos países analisados¹⁶

¹⁶ Na análise comparativa optou-se por países com ligações históricas ao nosso e considerados referências.

Caracterização da situação em Portugal

Desde 2004, o instituto da segurança social (ISS, IP) elabora e apresenta os Planos de Intervenção Imediata (PII), monitorizando e caracterizando as situações de acolhimento de todas as crianças e jovens em Portugal, cumprindo a legislação que compromete o Governo a apresentar anualmente à Assembleia da República, um relatório sobre a existência e evolução dos projetos de vida das crianças e jovens que estejam em lares, centros e famílias de acolhimento. Com base nos dados dos PII, é possível fazer uma análise comparada dos últimos anos da situação portuguesa, desde logo abordando os números referentes aos menores caracterizados nos planos e em acolhimento.

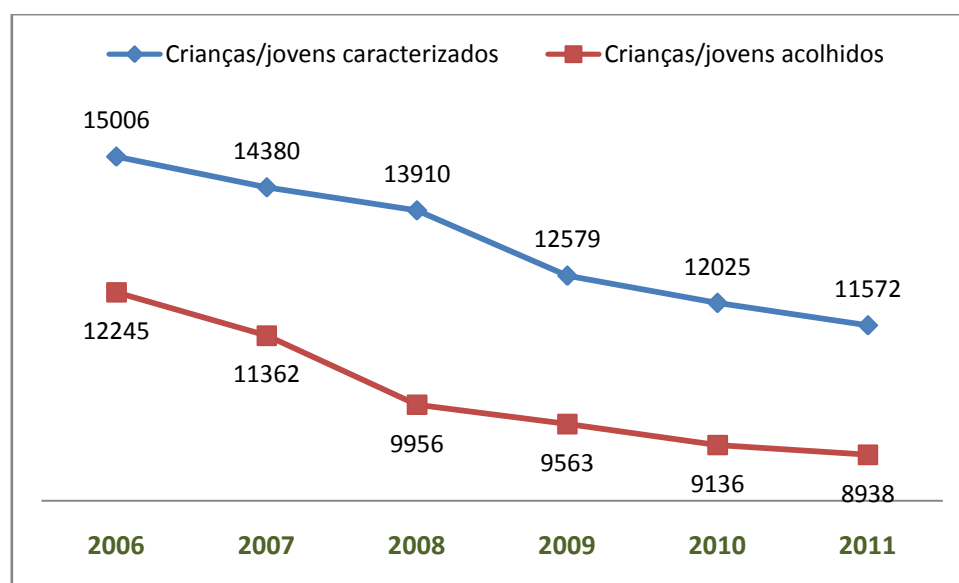


Gráfico 1 - Crianças e jovens acolhidos e caracterizados nos PII de 2006 a 2011¹⁷

O gráfico 1 expressa uma clara tendência para a redução não só do número de crianças/jovens caracterizados, mas também de menores acolhidos, tendo-se verificado uma redução de 3307 acolhimentos em seis anos, ou seja 27% do valor registado em 2006.

¹⁷ Todos os gráficos e tabelas (excetuando a Tabela 3) têm como fonte os PII até 2012.

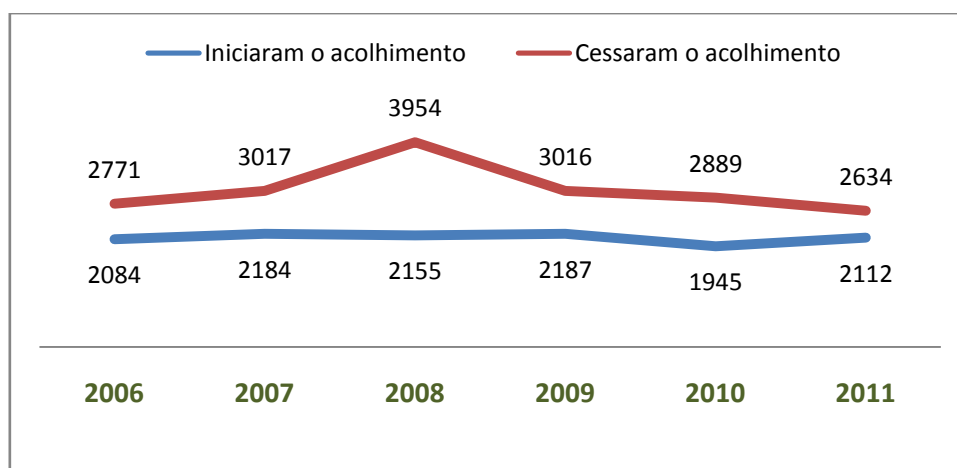


Gráfico 2 - Crianças e jovens que iniciaram e terminaram o acolhimento entre 2006 e 2011

Apesar de não se vislumbrar uma tendência no número de menores acolhidos em cada ano, bem como do número de cessações de acolhimento, é facilmente constatável no gráfico 2 que o saldo é claramente favorável à diminuição de acolhidos, pois em todos os anos analisados o número de cessações é superior ao de acolhimentos.

Num horizonte temporal mais alargado e atendendo aos escalões etários, registamos que esta tendência de queda no número de acolhidos é transversal a todas as idades com exceção dos maiores de 15 anos, onde se verifica o oposto.

	2004	2005	2006	2007	2008	2008	2010	2011	
Até aos 3 anos	853	1218	927	974	790	861	858	817	↘
4-5 anos	615	785	587	547	439	490	441	411	↘
6-9 anos	1918	2217	1946	1715	1435	1339	1185	1077	↘
10-11 anos	1374	1545	1416	1216	1116	1057	953	883	↘
12-14 anos	2494	3029	2788	2522	2204	2233	2183	2070	↘
15-17 anos	2381	3216	3183	2876	2650	2589	2606	2703	↗
18-21 anos	904	1456	1391	1414	1186	994	910	977	↗

Tabela 1 - Idades das crianças e jovens acolhidos (2004/2011)

O pendor no escalão etário mais baixo, é menos notório que nos restantes, conforme se pode confirmar na tabela 1.

O tempo de permanência no local de acolhimento é um indicador importante na caracterização da situação das crianças e jovens em acolhimento, pois reflete a forma como se está a salvaguardar o princípio da prevalência da família (a sua, de origem, ou outra).

O ano de 2010 é eventualmente o que melhor retrata a situação portuguesa nos últimos tempos, relativamente ao tempo de permanência, verificando-se que as crianças e jovens acolhidos há um ano ou menos assumem um peso de 43%, sendo que as crianças e jovens em acolhimento há mais de 4 anos representam 35%.

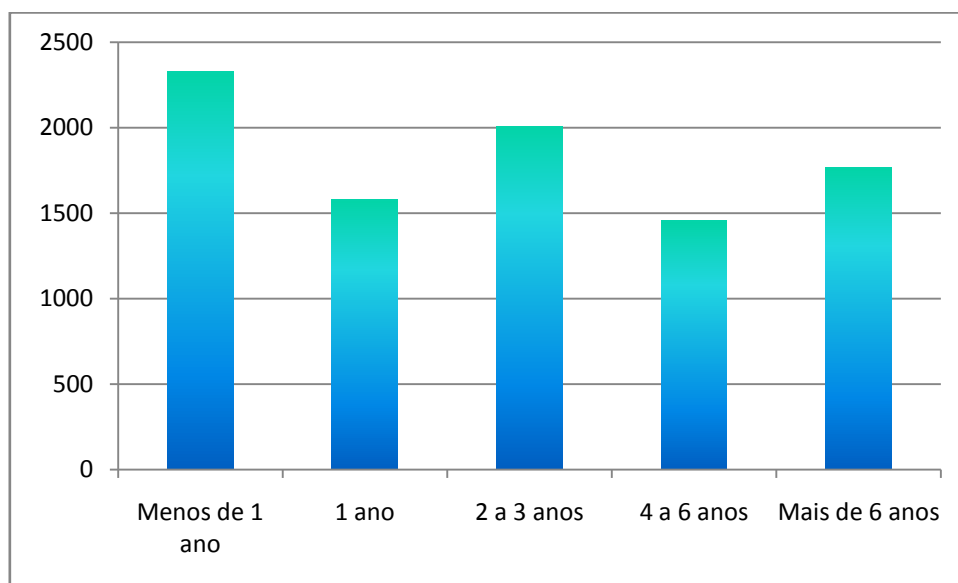


Gráfico 3 - Tempos de permanência no local de acolhimento atual, em 2010

O gráfico 3 mostra que os restantes 22% dizem respeito a crianças e jovens que se encontram no atual local de acolhimento há 2 ou 3 anos.

As modalidades de acolhimento mostram um claro predomínio dos Lares de Infância e Juventude, registando praticamente duas em cada três crianças e jovens em acolhimento em 2011.

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	
Lar de Infância e Juventude	6088	7671	7267	7079	6799	6395	5954	5834	↘
Centro de Acolhimento Temporário	1361	1868	1674	1843	1867	2105	2209	2144	↗
Família de Acolhimento	3128	3396	2698	1829	918	658	553	485	↘
Centro de Apoio à Vida		53	45	80	83	92	92	75	↗
Apartamento/Lar de Autonomização		46	46	56	40	44	42	41	→
Lar Residencial		92	105	205	193	164	155	127	↗
Unidade de Emergência		55	171	33	8	5	9	53	→
Casa de Acolhimento de Emergência				37	36	55	47	44	→
Comunidade Terapêutica					12	45	30	75	↗
Lar de Apoio							45	11	?

Tabela 2 - Distribuição de acolhidos por respostas sociais (2004-2011)

A tabela 2 mostra que os CAT e os LIJ reúnem quase 90% dos acolhidos, embora os primeiros registem um aumento num ritmo mais elevado. A resposta social “Família de Acolhimento” destaca-se claramente das restantes modalidades de acolhimento, mais residuais.

Relativamente à taxa de desinstitucionalização, no fundo a ponderação entre o número de crianças e jovens que cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o respetivo projeto em meio natural de vida (antes dos 18 anos), ou por terem atingido essa idade e não pretenderem continuar no sistema de acolhimento, face ao número total de crianças e jovens caracterizadas no PII, o gráfico 4 explicita a contextualização das saídas relativamente ao ano de 2011, sendo que não há grandes variações a registar nos anos anteriores.

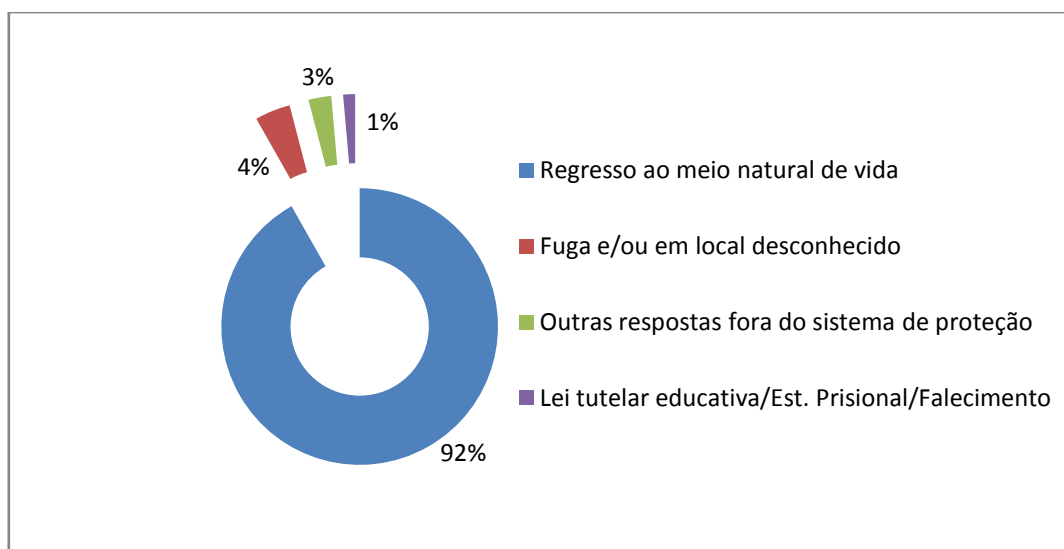


Gráfico 4 - Motivos de cessação de acolhimento em 2011

Das 2634 crianças ou jovens que saíram do sistema de acolhimento, 2416 fizeram-no por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, embora 109 se encontrassem em fuga ou sem destino conhecido, sendo que nestas situações, após o cumprimento das diligências junto das autoridades policiais ocorre, regra geral, decisão judicial de arquivamento da sua medida. A idade à saída do acolhimento em 2011 mostra continuidade em relação aos anos anteriores e revela que 47,6% das cessações de acolhimento ocorrem em maiores de 15 anos.

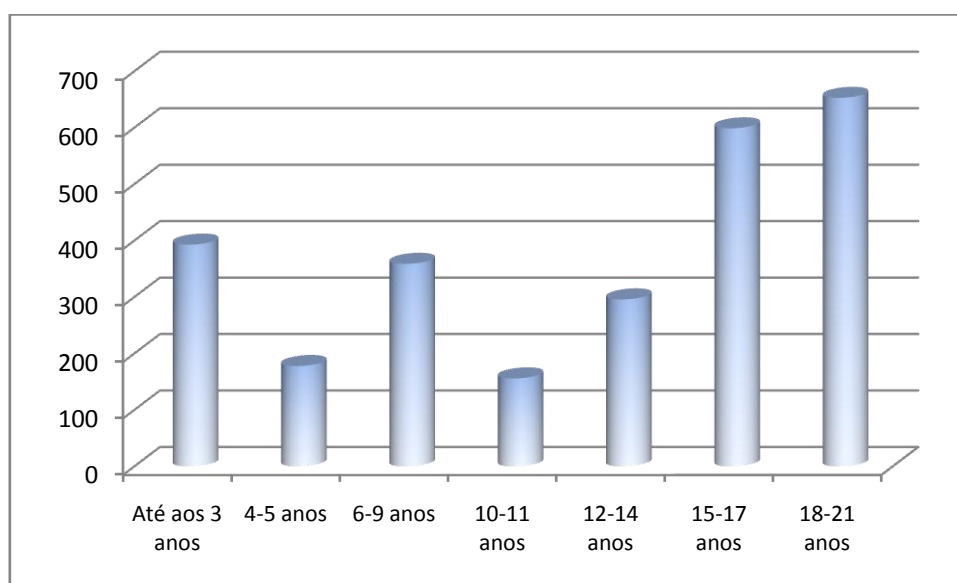


Gráfico 5 - Distribuição por idades de acolhimentos cessados em 2011

O gráfico 5 aponta os menores até aos três anos como o escalão etário com maior taxa de saída de acolhimento, dentro do grupo das crianças.

Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2011 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes:

- ✓ 42% Do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo.
- ✓ 56,7% Das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 30% frequentavam o 3º.
- ✓ Quase 89% dos menores com 14 ou mais anos não completaram o 2º ciclo.
- ✓ Dos jovens com 15 ou mais anos apenas 31% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos.

Complementando os dados do Instituto da Segurança Social, importa analisar o Relatório de Avaliação da Atividade no ano de 2011 das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), documento anual que tem por base o Relatório elaborado por cada uma das 365 Comissões existentes em Portugal.

	Transitados	Instaurados	Reabertos	TOTAL	Arquivados	ATIVOS
2006	23712	25209	2026	50947	18980	31967
2007	30320	29547	3141	63008	28895	34113
2008	33394	29279	3986	66659	31748	34911
2009	34416	28401	4079	66896	31871	35025
2010	34753	28103	5444	68300	35501	32799
2011	34243	27947	5751	67941	31232	36709

Tabela 3 - Evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 2011¹⁸

Desde 2006 o número de processos instaurados aumentou (embora haja ultimamente uma tendência de queda gradual), o que aliado ao incremento de processos reabertos, explica que apesar do número de arquivamentos ter subido bastante, os casos ativos acompanhados pelas CPCJ, são cada vez mais.

Dos casos acompanhados em 2011, a negligência com 22.696 casos assume cerca de um terço do total, seguida da exposição a modelos desviantes, 12.974 casos. As situações de perigo em que esteja em causa a educação (9.737), mau trato psicológico (6.413) e mau trato físico (4.824) são os restantes casos mais representativos. De resto, verificou-se um aumento de 1881 situações em que estaria em causa o direito à educação, relativamente ao ano de 2010. Em praticamente 90% dos casos acompanhados pelas CPCJ os menores foram mantidos em meio natural de vida.

Tendo os LIJ uma esmagadora representatividade, importava conhecer melhor esta resposta social, mais concretamente através de um estudo de caso de dois Lares na região Centro.

Caracterização dos Lares intervenientes

¹⁸ Fonte: relatório anual de avaliação da atividade das comissões de proteção de menores em 2011.

Os dois Lares intervenientes neste estudo pertencem à mesma Instituição, logo, têm os mesmos corpos sociais. No entanto, apresentam realidades algo distintas, desde logo pela disparidade na localização geográfica e espaços físicos, pela diferente visibilidade pública e presença de entidades, pela diversidade nos vínculos e relacionamentos peculiares de cada casa, fruto em grande parte das características pessoais dos recursos humanos que lá trabalham e principalmente do público-alvo, além de outros aspetos como a figura do diretor técnico ou da encarregada geral, que conferem a cada Lar uma entidade própria.

Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social, sem fins lucrativos, cujos estatutos foram publicados em 1978, tendo como objeto desenvolver atividades de ação social no âmbito do apoio e proteção de crianças e jovens em situação de risco. O acolhimento obedece aos princípios orientadores da intervenção para a promoção dos direitos e proteção da criança e jovem, conforme estipulado no art.º 4º da Lei nº 147/99 de 1 de setembro.

Estes Lares de Infância e Juventude funcionam em regime aberto, de acordo com as normas gerais de funcionamento constantes no regulamento interno de cada equipamento, ou de acordo com as deliberações das entidades oficiais com competência na matéria de infância e juventude. Esta valência tem como “finalidade o acolhimento de crianças e jovens, proporcionando-lhes estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento físico, intelectual e moral e à sua inserção na sociedade” (art.º2.º do Dec -Lei 2/86).

A Instituição é considerada uma Pessoa Coletiva de Utilidade Pública Administrativa e Instituição de Beneficência para crianças pobres, órfãs e abandonadas, funcionando ambos os Lares permanentemente, durante as 24 horas do dia, em todos os dias do ano.

Tem como objetivos proporcionar aos utentes a satisfação de todas as suas necessidades básicas, proporcionando os meios que contribuam para a sua valorização pessoal, social e profissional, competindo-lhes ainda respeitar a individualidade e privacidade das crianças e jovens, acompanhar e estimular o seu crescimento físico e intelectual, bem como a aquisição de normas e valores, em cooperação estreita com a família, a escola e as estruturas de formação profissional.

Meio envolvente

Ambos os Lares se localizam na Região Centro de Portugal, no Concelho de Coimbra, sendo que o principal (Sede) se encontra dentro do perímetro urbano da cidade, numa freguesia com diversos polos de ensino básico, secundário e superior, unidades prestadoras de serviços de saúde, como centro de saúde, clínicas, hospitais, entidades bancárias, farmácias, estando o Lar bem servido por serviços públicos de transporte.

O outro Lar dista 10 Kms da cidade de Coimbra e a sua zona de implantação é predominantemente rural, sofrendo de algumas limitações no acesso à cultura, desporto ou saúde, pois a rede de transportes públicos que o ligam à cidade, tem horários limitativos.

População-alvo

Embora já tenham coabitado perto de uma centena de crianças e jovens em cada Lar, atualmente (março de 2012) a “sede” acolhe 13 rapazes e 7 raparigas com idades compreendidas entre os 9 e os 21 anos e a “filial” 13 rapazes e 13 raparigas, com uma média de idades bastante inferior por nos últimos tempos acolher apenas crianças entre os 6 e os 12 anos. Trata-se portanto de LIJ mistos tendencialmente com menores colocadas por Acordo de Promoção e Proteção ou Decisão Judicial.

Admitem ainda crianças e jovens com deficiência desde que estejam criadas as condições para uma integração adequada. Às crianças ou jovens portadores de deficiência acolhidos são garantidas as condições especiais de acessibilidade e habitabilidade exigidas pelo decreto-lei nº123/97 de 22 maio para além das condições gerais previstas no decreto-lei nº 133-A/97 de 30 de maio. São ainda admitidas, outras situações excepcionais de urgência, desde que devidamente fundamentadas.

Recursos Físicos

A sede da Instituição tem um edifício destinado à área de administração e de gestão, estando separado fisicamente das instalações principais – edifício residencial. Ambos os Lares têm instalações organizadas e contemplam a existência das seguintes áreas: **Residencial** - sala de refeições, quartos individuais, quartos partilhados¹⁹, instalações sanitárias; **Lazer** - campos de jogos, salas de convívio e atividades, sala de visitas; **Pedagógica** - salas de estudo, ateliers ocupacionais; **Técnica** - gabinete da direção, sala de reuniões, gabinetes técnicos, instalações para o pessoal; **Serviços** - cozinha e respetivos anexos, lavandaria e rouparia; áreas de apoio, arrecadação.

O Lar sede é caracterizado por espaços muito amplos, notando estar preparado para acolher um número bastante superior ao atual.

Recursos humanos

Cada Lar tem um quadro de funcionários que assegura o funcionamento dos serviços prestados, visando colmatar as necessidades educativas, de animação e ocupação de tempos livres, bem como as questões de natureza psicossocial. É constituído por técnicos (serviço

¹⁹ Os quartos partilhados têm uma lotação máxima de 3 crianças ou jovens por quarto.

social e psicologia), docentes (destacados pelo Ministério da Educação), monitores e auxiliares de ação educativa, além de funcionários que asseguram a alimentação, higiene, transportes e área administrativa²⁰.

Articulação com outras instituições

A Instituição mostra abertura à sociedade, celebrando parcerias com várias entidades, como empresas de consultoria e formação ou a Legião da Boa Vontade, beneficiando de programas de promoção da saúde oral, entre outros. Os acolhidos frequentam diversos estabelecimentos de ensino e saúde, bem como atividades desportivas e de lazer em diversos clubes e modalidades.

Considerações finais

A problemática em estudo ganha importância acrescida pelo número de menores referenciados pelas CPCJ e de acolhidos, que resultam numa franja razoável da população jovem portuguesa, não se vislumbrando no imediato uma redução significativa, atendendo à atual conjuntura económica nacional e global. Sendo o acolhimento institucional necessário, torna-se importante aferir aspetos negativos e limitações (indicando caminhos), mas igualmente compreender as potencialidades e oportunidades da institucionalização, considerando-a complementar a outras respostas.

²⁰ Há uma tendência para prolongar a manutenção das mesmas pessoas nos cargos, sendo que a maioria dos funcionários já trabalha na instituição há mais de duas décadas, sendo esporádicas as alterações ao quadro de pessoal.

Constata-se que as instituições de acolhimento fizeram melhorias significativas, ultrapassando as condições de sobrelotação (nos dois Lares em estudo notou-se um acentuado decréscimo do número de menores acolhidos, pois nas mesmas instalações chegaram a residir cerca de 150 e atualmente o número ronda os 50 acolhidos), falta de higiene, estigmatização e discriminação por parte da sociedade. Para isso terá contribuído a criação de mecanismos eficazes para a apresentação de denúncias, regulamentação e supervisão adequadas e mesmo maior atenção por parte da sociedade civil.

Seria inconcebível que os LIJ visassem apenas a satisfação das necessidades básicas e a proteção face à situação de perigo/delinquência, tornando-se fundamental permitir um percurso académico e profissional, bem como um ambiente favorável para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo²¹. As instituições, ao assumirem o lugar central na vida dos menores acolhidos, facultam relações entre pares, funcionários, técnicos e direção, que serão determinantes no percurso de vida de cada sujeito, constituindo um apoio essencial na formação da sua identidade, pelo que é fundamental que os cuidadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos, além de símbolos de segurança e proteção. Torna-se imperioso que os cuidadores recebam formação em várias áreas (da educação ao desenvolvimento infantil numa visão contextualizada, passando pela violência doméstica, entre outras), para que sejam capazes de acolher a revolta exteriorizada, não associando os acolhidos a pré-delinquentes, mas a menores que por terem sido impelidos para situações desfavoráveis, devem ser apoiados para retomar um rumo análogo ao dos jovens pertencentes a famílias estruturadas.

²¹ Em junho de 2012, o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, anunciou a criação de mais vagas para acolher crianças e jovens em risco, adiantando ainda que 300 profissionais vão dar apoio pedagógico nas instituições. Considerando a situação muito grave indicou vontade de melhorar o seu funcionamento, para combater as taxas de insucesso escolar na ordem dos 50% nos jovens institucionalizados, anunciando o lançamento do Plano Casa, que inclui medidas como a colocação de professores a tempo inteiro nas CNPJCR ou respostas especiais na área da formação e da empregabilidade de jovens que entram em idade de procurarem uma ocupação profissional.

Os LIJ, através dos seus técnicos devem acompanhar as famílias dos menores acolhidos (que podem aproveitar a moderação e suporte da instituição, para empreender transições seguras), registrando alterações que permitam o seu regresso, respeitando um plano previamente delineado e envolvendo diversos parceiros da rede social. Os Lares em análise mostraram uma lacuna, principalmente ao nível dos seus cuidadores, que as políticas públicas educativas, através de uma visão holística da vivência institucional, podem minorar, incrementando o envolvimento e a formação das famílias dos acolhidos e de outros membros da sociedade como professores ou profissionais da saúde.

Os LIJ, sendo de pequena dimensão e assegurando a individualidade dos seus integrantes (criando condições para que os menores possam guardar objetos pessoais que sejam referências e/ou ligações associadas ao seu passado, por exemplo) devem ainda preocupar-se com as rotinas, as formas de comunicação, a gestão do tempo (flexível e personalizada), a criação de espaços pessoais e de intimidade, entre outros aspetos fundamentais para minimizar o impacto que a institucionalização pode ter a curto e a longo prazo (carecendo de mais estudos neste contexto).

Juntamente com a emancipação, que nos LIJ ocorre bruscamente, não servindo estes como rede de suporte²², importa ultrapassar a indistinção entre vítimas e agressores, embora alguns o sejam cumulativamente, evitando que muitas crianças identificadas como em situação de risco, convivam com pré-delinquentes e banalizem comportamentos desviantes. Visto que o número de acolhidos em LIJ ultrapassa claramente os restantes menores abrangidos por outras respostas sociais, justificam-se estudos sequentes²³ desta realidade mais abrangente, debruçando-se também na autonomização, por ser o destino mais recorrente.

²² Ao atingir a maioridade, o jovem nem sempre se torna um adulto autónomo

²³ Aguarda publicação um artigo que reflete sobre a perceção de jovens adultos relativamente à sua autonomização visando uma maior compreensão da vivência institucional e posterior reinserção

Referências

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2011*. [Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>, consultado em 02/06/2012].

Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de janeiro estabelece o regime de execução do acolhimento familiar.

Delgado, P. (2010). O Acolhimento Familiar em Portugal - conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.

Despacho n.º 8393/2007 – Criação do Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças.

Eurochild (2010) *Children in alternative care - National Surveys-2nd Edition*. [Disponível em http://www.eurochild.org/fileadmin/user_upload/Publications/Eurochild_Reports/Eurochild%20Publication%20%20Children%20in%20Alternative%20Care%20-%202nd%20Edition%20January2010.pdf, consultado em 12/01/2012].

Instituto de Segurança Social (2007). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2006*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2008). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2009). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2010). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2011). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2010*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2012). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2011*. Lisboa: ISS.

Lei n.º 147/99. Diário da República, 1ª Série-A, n.º 204 (01/09/1999) (pp. 6115-6132).

Lei n.º 166/99. Diário da República, 1ª Série-A n.º 215 (14/09/1999) (pp. 6320-6351).

Lei de Proteção à Infância, (27/05/1911) (pp.1316-1331).

Levene, R. (1977). *El delito de homicidio*. Buenos Aires: Edições Depalma.

Lima, L. F. N. (2010). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados – Tese de Doutoramento*. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Matos, M. G. (2007). *Crianças e jovens em risco*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (2009). Carta Social. Rede de Serviços e equipamentos.

Oliveira, G. (2002). *Direito tutelar de menores - o sistema em mudança*. Coimbra: Coimbra Editora.

ONU (1948). Declaração dos Direitos Humanos. [Disponível em <http://dre.pt>, consultado em 02/12/2011].

Palareti, L. (2009). Different ecological perspectives for evaluating residential care outcomes: Which window for the black box? *Children and Youth Services Review* 31, 1080-1085.

Pinheiro, P.S. (2006). Estudo das Nações Unidas sobre a Violência Contra Crianças, apresentado à Assembleia Geral das Nações Unidas. [Disponível em http://www.unicef.org/brazil/pt/Estudo_PSP_Portugues.pdf, consultado em 24/11/2012).

Quintãns, C. R. P. (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Braga.

Reis, V. J. O. (2009). *Crianças e jovens em risco - contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Sullivan, D.J. e al. (2008). The Well-being of children in foster care: Exploring physical and mental health needs. *Children and Youth Services Review* 30, 774 -786.

UNICEF (1989). Declaração dos Direitos da Criança. [Disponível em <http://unicef.pt>, consultado em 19/01/2012].

Unicef (2009). Innocenti Research Centre. Data on children in Central and Eastern Europe and the Commonwealth of Independent States: The TransMONEE database (CEE/CIS). [Disponível em <http://www.unicef-irc.org/databases/transmonee/>, consultado em 20/03/2012].

Valle, J., & Zurita, J. (2000). *El acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Ediciones Pirámide.

Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de acolhimento institucional: projeto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa.

Vilaverde, M. (2000). *Fatores de Risco e Fatores Protetores em Crianças Vítimas de Maus-tratos a Viver em Instituições*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Braga.

Zurita, J. & Fernández V. (1996). Recursos residenciales para menores. In J. Ochotorena, & M. I. Madariaga (Eds.). *Manual de protección infantil* (pp.393-445). Barcelona: Masson.

Capítulo III

Desafios da autonomização: estudo das transições, segundo jovens adultos ex-institucionalizados²⁴

Empowerment challenges: study of transition by ex-institutionalized Young Adults

Desafíos de empoderamiento: estudio de las transiciones, según jóvenes ex-institucionalizados

²⁴ Artigo aceite para publicação na Revista Psicologia Clínica - ISSN 0103-5665

Resumo

Este artigo dá conta de uma investigação centrada nas transições de jovens adultos que viveram um longo período das suas vidas em instituições de acolhimento para crianças e jovens – Lares de Infância e Juventude, e estão agora autonomizados. A estrutura pretende articular a teoria ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner com modelos de transições (com especial incidência em Schlossberg), majorando a influência das vinculações criadas por crianças e jovens institucionalizados com cuidadores e entre os pares; visa fundamentar a metodologia utilizada, na recolha e validação das entrevistas biográficas, enquadrando o trabalho em duas Instituições da região Centro de Portugal, caracterizando o seu funcionamento; incide sobre a descrição, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados, das transições ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas, nomeadamente através da sua perceção dos momentos de vida mais marcantes, das vinculações estabelecidas e da sua importância para aumentar a resiliência e competir para a sua integração social. Pretende-se assim compreender a perceção que os ex-utentes têm da relação entre o apoio e a formação que lhes foi proporcionada enquanto institucionalizados e o eventual contributo desses adquiridos na sua posterior integração nos diferentes contextos de vida.

Palavras-chave: Transições, Vinculação, Autonomização, Crianças e jovens institucionalizados

Abstract

This paper presents a research, focusing on transitions of young adults who lived in institutions for children and young people who are now independent. It which designed to articulate Bronfenbrenner's ecological theory of human development with models of transitions (particular focus on Schlossberg), subsequently adding the influence of the linkages created by institutionalized children and youth; which aims to support the methodology used in the collection and validation of biographical interviews, framing the work in monitoring and education and training activities carried out in two institutions in the region of Central Portugal; focuses on the description in perspective of ex-institutionalized adult and young adult transitions over the various spaces and times of their lives, particularly through their perception of the salient moments of life and established attachments.

Key Words: Transitions, Attachment, Empowerment, Institutionalized children and youngsters

Resumen

Este artículo da a conocer una investigación aún en curso centrada en las transiciones de adultos e jóvenes que han vivido en instituciones de acogimiento de niños y jóvenes que están ahora a vivir de manera independiente. Su estructura pretende articular la teoría ecológica del desarrollo humano de Bronfenbrenner con modelos de transiciones (particular énfasis en Schlossberg) dando privilegio a la influencia de los vínculos creados por niños y jóvenes que viven en instituciones; pretende fundamentarse la metodología utilizada, en la recolección y validación de las entrevistas biográficas, encuadrando el trabajo en el acompañamiento y actividades de educación y formación desarrolladas en dos instituciones situadas en la región Central de Portugal; incide en la descripción en la perspectiva de los adultos y jóvenes adultos ex – institucionalizados, de las transiciones a lo largo de los diferentes espacios y tiempos de sus vidas, sobre todo a través de su percepción de los momentos de vida que sobresalen y de las vinculaciones establecidas. Para la consecución de este último nivel se realizarán entrevistas de cuño biográfico que visaran identificar las percepciones de los intervinientes acerca de la influencia de su institucionalización en su vida autónoma.

Palabras-clave: Transiciones, Enlace, Empoderamiento, Niños e jóvenes institucionalizados.

«São meus discípulos, se alguns tenho, os que estão contra mim; porque esses guardaram no fundo da alma a força que verdadeiramente me anima e que mais desejaria transmitir-lhes: a de não se conformarem.»

(Professor Agostinho da Silva)

Introdução

A transversalidade da educação torna-se crucial ao conceber procedimentos facilitadores da inclusão de menores que passaram uma fase importante da vida em Lares de acolhimento. Este estudo visa compreender condicionantes do acolhimento que interferem no desenvolvimento ecológico e nas vinculações destes jovens, proporcionando-lhes transições favoráveis à sua integração na sociedade.

Salienta-se o caráter exploratório desta investigação²⁵ que incide sobre os desafios da autonomização, através de um estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de adultos e jovens adultos ex-institucionalizados.

Para atingir os objetivos propostos, este trabalho teve por base uma metodologia qualitativa, baseada, predominantemente, em entrevistas aprofundadas, proporcionadoras de descrições detalhadas das diferentes experiências pessoais e sociais, destacando os momentos de vida marcantes, a ex-acolhidos de dois Lares de Infância e Juventude (LIJ). Pretende-se assim compreender a perceção que têm das vivências proporcionadas enquanto institucionalizados, com especial incidência nas afiliações desenvolvidas e o eventual contributo desses adquiridos na sua posterior integração nos diferentes contextos de vida.

²⁵ O presente artigo decorre do trabalho desenvolvido no âmbito do Doutoramento em Ciências da Educação, na área de especialização em Psicologia da Educação, na FPCE da Universidade de Coimbra.

A escassa literatura sobre autonomização e transições de adultos e jovens adultos que viveram longos períodos em lares de acolhimento, sobretudo com base na sua perspectiva pessoal, contrasta com o crescente interesse pela temática que abrange crianças e adolescentes institucionalizados, que se tem verificado ultimamente.

Em Portugal são conhecidos poucos estudos que tentem aferir a influência da institucionalização no funcionamento sócio-emocional em menores acolhidos, destacando um divulgado parcialmente em 2012 e resultante de uma investigação que envolveu 85 crianças com idades entre os 12 e os 30 meses de idade, aos cuidados de 19 centros de acolhimento, que revela a dificuldade que crianças institucionalizadas têm em criar laços afetivos com quem cuida delas, apontando que mais de metade das crianças institucionalizadas exhibe padrões atípicos de vinculação, apresentando dificuldades na criação de laços com os cuidadores institucionais (Soares, I., Batista, J., Marques, S. & Silva, J., 2012 - Comunicação pessoal).

Outro estudo exploratório, apresentado em 2009, examinou o desenvolvimento mental e a qualidade do funcionamento sócio-emocional de 16 crianças entre os 3 e os 6 anos, institucionalizadas em Centros de Acolhimento Temporário, relacionando-os com a qualidade das narrativas sobre o apego das suas cuidadoras, onde os resultados sugerem que o nível de desenvolvimento mental se situou abaixo dos valores normativos, ou seja, os dados encontrados parecem ser consistentes com o impacto negativo do fenómeno da privação dos cuidados parentais em meio institucional (Pereira, 2010).

Embora sejam estudos com crianças, parece pacífico considerar que os resultados se refletirão ao longo da vida dos indivíduos que viveram institucionalizações precoces e longas. De resto, segundo uma investigadora comum aos dois trabalhos, "*quanto maior for o tempo de institucionalização, mais nefastas serão as suas implicações no desenvolvimento emocional, cognitivo, social e académico destas crianças*". Aliás, estudos realizados por

Ainsworth mostram que a noção de figura de vinculação pode tornar-se um marco para o desenvolvimento da criança, enquanto futuro adolescente e adulto (Ainsworth, 1977).

Em 2011 havia 8.938 menores acolhidos e 36.709 processos ativos nas Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), constituindo uma franja razoável da população jovem portuguesa (Gaspar, J. P., 2013). Sendo o número de acolhidos em Lares de Infância e Juventude claramente superior aos restantes menores em outras respostas sociais, fará sentido estudar a realidade mais abrangente desta problemática, atendendo igualmente ao facto da autonomização ser o destino mais recorrente.

Reportando-nos às vivências dos participantes, seria importante tentar aferir de que modo as afiliações desenvolvidas antes, mas sobretudo no período de institucionalização, foram determinantes como interações seguras na perspetiva da teoria ecológica do desenvolvimento humano. No fundo, perceber como a institucionalização pode ser um fator positivo ou negativo nas transições que já vivenciaram e na preparação para a vida adulta - autonomização, nas suas perspetivas de adultos e jovens adultos.

De acordo com a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano (Bronfenbrenner, 2004; Bronfenbrenner & Morris, 1998) além do contexto, o processo é o principal responsável pelo desenvolvimento ocorrido. Ou seja, o facto de alguém crescer num lar de acolhimento para menores, não pode à partida ser entendido como risco ou proteção, dependendo mais da qualidade das relações e da presença de afetividade e reciprocidade que a institucionalização proporcionar (Figura 1).

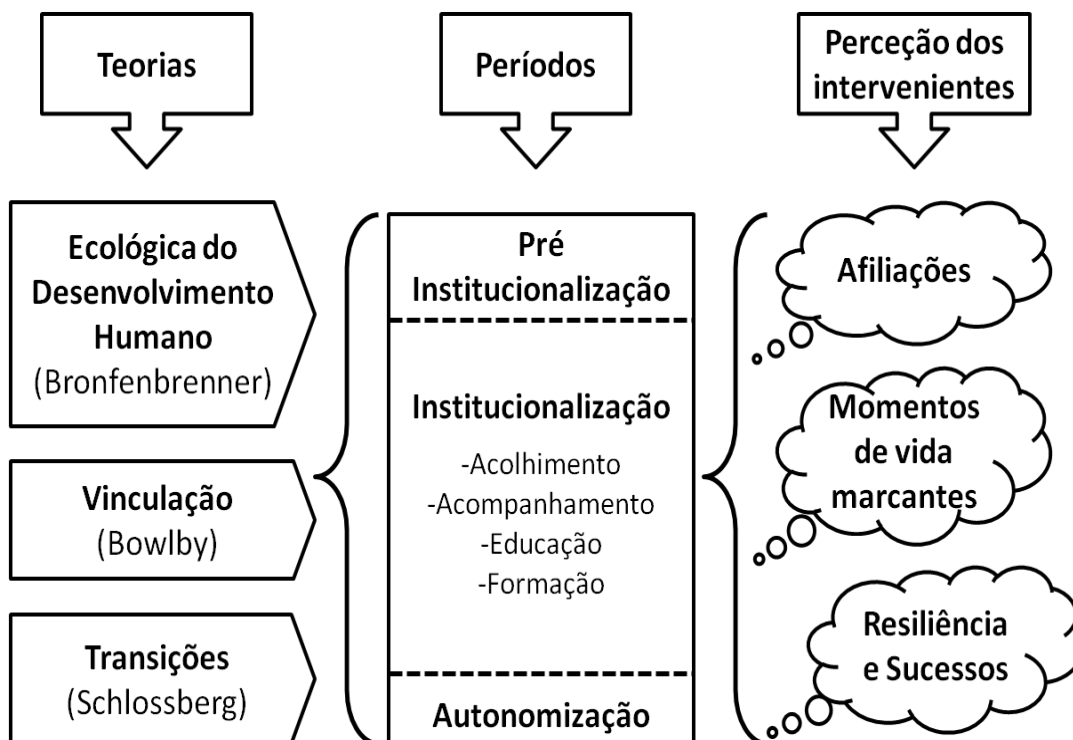


Figura 1 – Esquema conceitual da investigação

Estarão os menores acolhidos disponíveis para estabelecer ligações afetivas? Como se poderá facilitar a reestruturação da vinculação nestes jovens? Qual a sua percepção?

Modelos teóricos

São vários os autores que desenvolveram teorias aplicáveis a menores institucionalizados. Para este estudo foram levados em particular consideração a teoria ecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, a teoria da vinculação de **Bowlby** e o estudo das transições de Schlossberg.

Teoria ecológica do desenvolvimento humano

Compreender as transições de adultos e jovens adultos que viveram em lares de acolhimento, não se pode dissociar de investigar ecologicamente o desenvolvimento deles enquanto crianças e adolescentes institucionalizados, ou, segundo Bronfenbrenner (1979/2004), entendê-los como “pessoas em desenvolvimento” e considerar este desenvolvimento “no contexto”.

Na tentativa de compreensão das conexões entre as principais esferas de desenvolvimento (família, escola, instituição), surge como uma referência o modelo ecológico de Bronfenbrenner (1979/2004) ou, mais recentemente denominado, modelo bioecológico (Bronfenbrenner & Morris, 1998), que considera o desenvolvimento de forma vasta, focalizando-se nas interações das pessoas nos seus distintos contextos de vida.

Teoria da vinculação

As interações, tão importantes na teoria ecológica do desenvolvimento humano, carecem de ser marcadas por sentimentos afetivos positivos, logo, só podem ocorrer de uma forma segura, se a afiliação for uma realidade, pois sendo esta a necessidade que o ser humano tem de se relacionar com as outras pessoas, é também uma estratégia que nos permite manter algum equilíbrio nas vivências sociais.

Os relacionamentos de proximidade e entrega desenvolvidos nos lares de acolhimento desencadeiam processos que podem favorecer o desenvolvimento da competência e do caráter, podendo influenciar a trajetória de vida dos indivíduos, de forma a inibir ou incentivar a expressão de competências cognitivas, sociais e emocionais.

Para a maioria dos menores em acolhimento, os lares representam o ambiente próximo de maior impacto nas suas vidas, no fundo, um microsistema coberto de atividades, papéis e interações simbólicas. Mas, a simples ausência de interações com um ou mais adultos, que queiram o bem incondicional destas crianças e adolescentes, que estão sob os seus cuidados, pode configurar uma ameaça ao desenvolvimento psicológico sadio (Yunes, Miranda & Cuello, 2004).

A entrada na instituição pode ser vivida como um castigo ou rejeição pela família. Esta, ainda que problemática, veicula nas crianças um sentido de pertença, ao contrário da instituição que em muitos casos é vista como um último recurso, criando uma sensação de clausura num local onde não escolheram estar. À luz de uma perspectiva de vinculação, o processo de institucionalização é acompanhado de sentimentos de perda, abandono e solidão, na medida em que implica o confronto com a realidade de negligência e insensibilidade parental. A perda traduz-se na quebra nos laços afetivos que se avista temerosa por parte dos jovens (Strecht, 1998).

A teoria da vinculação (Bowlby, 1969) defende que usando normalmente os exemplos das pessoas que nos estão mais próximas, criamos importantes referenciais humanos de comportamento, que nos passam as noções de bem e mal, correto e incorreto e todas as outras relacionadas com ações comportamentais. Nas crianças e jovens institucionalizados, a perda de uma dessas referências pode desequilibrar ainda mais aspetos importantes das vivências sociais.

As principais necessidades afiliativas são a vinculação, a integração social, a certeza restabelecida de valor, o sentimento de aliança consistente, a obtenção de encaminhamento e a oportunidade de educação, pois apesar de a vinculação estar relacionada com uma necessidade biológica do ser humano, a escolha das figuras referenciais está relacionada com a necessidade de segurança emocional e proteção. Esta necessidade irá durar ao longo da vida

pois, durante a sua existência e nas novas vivências, as pessoas têm necessidade de sentir um ponto de conforto, uma base segura (Ainsworth, 1989) que lhe sirva de suporte motivacional para o agir e o pensar.

A vinculação deve ser vista como um processo contínuo, em que é importante que os institucionalizados sintam o investimento de figuras afetivamente presentes, o que criará uma segurança emocional que potencia a capacidade de desenvolver estratégias de *coping*, tornando-os mais confiantes. O acompanhamento duradouro, contínuo e humanizado por parte dos educadores às crianças institucionalizadas reveste-se de enorme importância no estabelecimento de uma relação de confiança, tantas vezes abaladas por anteriores abandonos sucessivos. Eventualmente será a base para uma motivação acrescida, que se reflete em mais empenho e menor absentismo escolar, já que esses adultos podem assumir verdadeiros papéis no sentido de os orientar, proteger e acarinhar, constituindo inclusivamente os seus modelos identificatórios.

O processo resiliente do jovem sairá reforçado se a relação com as figuras que trabalham na instituição concorrer para uma reorganização interna das vias de vinculação, através de um esforço contínuo no sentido de melhorar a empatia. Uma boa vinculação “produz” pessoas seguras e dispostas a enfrentar as novas situações com uma postura confiante e determinada, características imprescindíveis para uma autonomização de sucesso. Já uma vinculação insegura pode levar os jovens a diligenciar por uma independência inconsequente como forma de procurar um amparo no sentimento de realização pessoal. Mas a busca de emancipação radical patenteia muitas vezes a fragilidade e insegurança dos jovens, incapazes de superar as barreiras de forma adaptativa. Estas defesas afetivas são estratégias na tentativa de evitarem um eventual sofrimento que a total abertura e entrega de si mesmos, na plenitude das suas emoções, podiam causar. A opção pelo refúgio no silêncio,

insensibilidade, indiferença ou afastamento pode ocorrer, caso não se sintam incondicionalmente aceites e poderá ser encarada como resposta a sentimentos de rejeição e insegurança, podendo agravar-se despoletando raiva, ansiedade, depressão e outros sentimentos de dor.

A institucionalização não representa forçosamente uma transição negativa, pois os laços afetivos mantidos após a autonomização são responsáveis por muitos ex-acolhidos apontarem o período de acolhimento como o melhor das suas vidas, por ter potenciado tais relacionamentos. Já as vivências pessoais, emocionais e sociais a que foram expostos, podem gerar vulnerabilidades que se agravam face a fatores de risco (Mota & Matos, 2008). A privação completa de cuidados primários e apoio afetivo pode ter um efeito permanente no desenvolvimento da personalidade e na capacidade de formar, sustentar e desfrutar das relações (Marrone, 1998).

Estudo das transições

Segundo Bronfenbrenner, as transições não-normativas (nas quais se incluem eventos inesperados como a entrada para um lar de acolhimento) ou normativas (como a autonomização planeada), são geradoras de mudanças na perceção de si mesmo e dos outros e no estabelecimento de relações.

A Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano destaca a importância das transições que ocorrem no ambiente ecológico, as chamadas transições ecológicas, consideradas ao mesmo tempo produto e produtor de mudanças no desenvolvimento (Bronfenbrenner 1979/2004).

Em termos práticos, Schlossberg refere que fazendo uma leitura dos 4 S's (*Situation, Support, Self, Strategies*) do indivíduo, é possível delinear a área do problema e acalmar o sofrimento da mudança, modificando essa área (Schlossberg, 1977).

Para os jovens adultos em geral, o modelo tradicional de transição, com a sucessão de três fases bem definidas e delimitadas: o trajeto escolar, a entrada no mercado de trabalho, o casamento e saída de casa dos pais (Galland, 1991) parecer estar em franca erosão. Se é notório que essas três esferas permanecem essenciais para a esmagadora maioria dos jovens, elas tendem a ser adiadas e deixam cada vez mais de corresponder a três fases claras e bem delimitadas do processo de transição.

Para os adultos e jovens adultos ex-institucionalizados que se autonomizaram do Lar onde foram acolhidos, um regresso à casa dos pais, por norma, está posto de parte, emergindo antes em novos modelos não-lineares de transição, centrados no risco e na imprevisibilidade, caracterizados por uma sucessão de situações complexas e transitórias, experiências e retrocessos (Furlong & Cartmel, 1997; Pais, 2001; Brannen & Nilsen, 2002). Por um lado, a entrada no mercado de trabalho nem sempre é consistente e duradoura, por outro, o casamento raramente está associado à saída da instituição, fatores que abrem um campo infinito de oportunidades, combinações e experiências.

Vendo a transição como a resposta humana ao traumatismo e à mudança, os acontecimentos positivos podem demorar até um ano para serem “absorvidos” e os eventos traumáticos entre dois e quatro anos, sendo que para vários autores como (Adams, Hayes, & Hopson, 1976), podem ser esquematizadas fases e características comuns a transições (Figura 2).

Figura 2 - Fases e características da transição, adaptado de Adams, Hayes & Hopson

O jovem adulto em processo de autonomização necessita adaptar-se ao traumatismo e mudar, pois os bons eventos, assim como os maus, podem desestabilizar as suas mentes, exigindo alterações na sua compreensão do mundo. Se compreendidas e suportadas, as transições podem ser momentos decisivos e oportunidades, mas se tal não acontecer, podem conduzir à depressão a longo prazo, à quebra de relacionamentos e de carreiras, ou até ao suicídio. As transições múltiplas podem produzir uma deterioração cumulativa no bem-estar, se o indivíduo é incapaz de recuperar antes de uma outra mudança.

Alguns jovens institucionalizados evitam a todo o custo pensar no momento da saída, adiando a tomada de decisões ou mesmo dar passos nesse sentido, comungando de um certo sebastianismo salvador que possa inverter as coisas ou resolvê-las por si mesmo.

A teoria de desenvolvimento psicossocial de Schlossberg, indica-nos que a autonomização da instituição onde cresceu constitui um processo de mudança que se reflete em quatro áreas do desenvolvimento do indivíduo - rotinas, papéis, relacionamentos interpessoais e perceção acerca de si e do mundo - exigindo ao jovem adulto que mobilize diferentes recursos e estratégias.

Metodologia

A ação passou pelo recurso a entrevistas semiestruturadas²⁶ (guião em <http://www.slideshare.net/pedritoportugal>), a 24 adultos e jovens adultos que viveram em Lares de Infância e Juventude.

²⁶ Realizou-se um estudo piloto a dois ex-acolhidos (que não entraram na amostra final), no sentido de aferir eventuais lacunas e aperfeiçoar, tentando aumentar a credibilidade das questões qualitativas.

Todas as entrevistas começaram por uma componente escrita, onde os participantes tiveram algumas semanas para refletir e registar à medida que tivessem disponibilidade temporal e emocional²⁷.

Após um contacto inicial (presencialmente, por telemóvel ou informaticamente), recorreu-se ao correio eletrónico para fazer chegar o guião da entrevista, que após preenchimento foi devolvido pelo mesmo modo. Após a análise das respostas, foram promovidos encontros presenciais para complementar informações e aprofundar algumas perceções. Nestes encontros presenciais foi pedido para que registassem os momentos de vida mais marcantes (positivos e negativos).

Por manifesta falta de competências para a escrita organizada por parte de alguns entrevistados, o recurso à oralidade presencial prevaleceu claramente sobre os registos escritos. Em casos pontuais, procedeu-se à recolha adicional de informações, junto de irmãos, colegas de trabalho, colegas de curso, colegas de casa, outros ex-utentes e chefias/entidades patronais.

No contacto inicial foi abertamente explicada a cada participante a finalidade científica da pesquisa, garantida a confidencialidade, a ausência de dano do processo e o direito de recusa ou interrupção no momento em que desejassem. Após esta contextualização, foi pedido o consentimento informado. A componente gravada das entrevistas foi realizada no local e horário mais adequado a cada participante, tendo início após a permissão para ligar o gravador e lembrado ao entrevistado o destino do material gravado.

Partiu-se de um universo de cerca de uma centena de jovens adultos que viveram vários anos nos Lares envolvidos no estudo, acabando por serem dirigidas entrevistas a 26 ex-utentes, tendo sido recolhidas apenas 24, por manifesta falta de disponibilidade num caso

²⁷ Os trabalhos de recolha decorreram entre setembro/2011 e março/2012, com especial aproveitamento da época natalícia, pois os participantes vivem em todo o país e na Europa.

e alguma instabilidade emocional no outro. A seleção foi feita de modo aleatório, dependendo essencialmente da disponibilidade de cada indivíduo.

Para potenciar a validade holística, defendida por Bronfenbrenner (1979/2004) onde ressalta a importância de contrastes ecológicos, incluiu-se um elevado número de características (contextos e variáveis) relacionadas com o fenómeno em estudo, pelo que se levou em consideração a idade à entrada e à saída da instituição, a origem geográfica, o tempo de permanência no Lar, o género, a etnia, ou motivos da institucionalização ou a integração social.

Para assegurar aspetos relacionados com a fidelidade e a validade do estudo, procurou-se assegurar que seria atingida a saturação dos dados²⁸, bem como salvaguardar as questões de ordem ética normalmente levantadas quando são utilizadas amostras muito pequenas e em que trabalhamos com informações verdadeiramente pessoais, por se correr o risco de possível identificação dos informadores e deste modo não cumprir o compromisso de confidencialidade que sabemos ter de respeitar (Guerra, 2006).

Seguindo esta metodologia, os diversos contactos e as entrevistas aos participantes, embora tenham consagrado muito tempo, foram fundamentais para o estudo pois permitiram desenvolver uma aproximação relacional, de observação abrangente e otimizar a etapa metodológica seguinte - sinopse e análise do seu conteúdo.

Vários sujeitos mostraram contentamento por terem participado, chegando mesmo a agradecer por o estudo lhes ter proporcionado uma reflexão profunda sobre o seu passado, as suas vivências e sobre si próprios.

²⁸ De acordo com Rousseau e Saillant, a ideia da saturação dos dados, “faz referência ao momento da colheita de dados a partir do qual o investigador não aprende nada de novo dos participantes ou das situações observadas” (Rousseau e Saillant, 2009).

As Instituições em estudo

Os dois Lares de Infância e Juventude (LIJ) intervenientes neste estudo, embora com os mesmos corpos sociais, apresentam realidades distintas, desde logo pela disparidade na localização geográfica e espaços físicos, diferente visibilidade pública e presença de entidades, diversidade nos vínculos e relacionamentos peculiares de cada casa, fruto em grande parte dos caracteres pessoais dos recursos humanos que lá trabalham e principalmente do público-alvo, além de outros aspetos como a figura do diretor técnico ou da encarregada geral, que ajudam a conferir a cada Lar uma entidade própria.

Ambos os Lares operam em regime aberto, de acordo com as normas gerais de funcionamento constantes no regulamento interno de cada equipamento, ou de acordo com as deliberações das entidades oficiais com competência na matéria de infância e juventude.

Cada Lar tem um quadro de funcionários que assegura o funcionamento dos serviços prestados, visando colmatar as necessidades educativas, de animação e ocupação de tempos livres, bem como as questões de natureza psicossocial. É constituído por técnicos de serviço social, psicólogos, professores, monitores e auxiliares de ação educativa, além de funcionários que asseguram a alimentação, higiene, transportes e área administrativa²⁹.

O Lar que funciona como sede de toda a Obra foi fundado em 1973 tendo o outro aberto oito anos mais tarde. As duas instituições funcionam permanentemente, durante as 24 horas do dia, em todos os dias do ano. No entanto, durante o fim de semana e período noturno, onde a presença dos acolhidos é mais constante, verifica-se uma quase ausência de professores, técnicos e encarregada geral.

²⁹ Há uma tendência para prolongar a manutenção das mesmas pessoas nos cargos, sendo que a maioria dos funcionários já trabalha na instituição há mais de duas décadas, sendo esporádicas as alterações ao quadro de pessoal.

Os dois LIJ em estudo acolhem crianças e jovens de ambos os sexos, sendo que atualmente um recebe menores³⁰ com doze ou mais anos, colocados por Acordo de Promoção e Proteção ou Decisão Judicial, tendo uma população (março de 2012) constituída por 20 menores de ambos os sexos, enquanto o outro se dirige a crianças entre os seis e os doze anos, tendo 26 acolhidos. Em ambos há um baixo índice de menores por cuidador.

Caracterização dos intervenientes, resultados e sua discussão

A caracterização dos jovens adultos intervenientes neste estudo encontra-se no Anexo A, onde a idade de entrada, duração do acolhimento e idade de autonomização são analisados.

O tratamento dos dados baseou-se na análise do conteúdo das entrevistas, procurando efetuar inferências sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas (Vala, 1986). A natureza exploratória do estudo privilegiou a análise de conteúdo conduzida indutivamente, perspetivando a produção de descoberta a partir dos significados expressos pelos sujeitos.

O processamento da informação foi feito inicialmente com recurso ao webQDA para tratamento e categorização dos dados, mas o tamanho da amostra e sobretudo da informação, criou dificuldades de operacionalização.

³⁰ Sem querer fazer menção às críticas da ideia de "menoridade" que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil, procurou superar, mas consciente do sentido pejorativo do termo, fica apenas uma reflexão: "*Menor é o Outro assustador dentro da criança e na criança, estragando a imagem de inocência e pureza ainda (...)*" (Maia, Zamora, Vilhena, & Bittencourt, 2007).

Foi então realizada uma análise narrativa sem contagem de ocorrências, embora salientando as categorias mais comuns, apenas enfatizando as menos representativas quando tal se mostrar teoricamente relevante.

Valorizou-se portanto a função heurística, desvendando o sentido do conteúdo, aumentando a propensão à descoberta (Bardin, 1977), tentando interpretar a relação entre o sentido subjetivo da ação, o ato objetivo e o contexto social em que decorrem as práticas em análise (Guerra, 2006).

✓ Da análise dos momentos de vida marcantes, claramente surge a entrada para a institucionalização e a saída desta como os mais negativos. Os desgostos amorosos e a perda de familiares também surgem nos aspetos negativos, mas com menor recorrência.

Já nos momentos positivos houve alguma dificuldade em elegerem os mais importantes, mas sempre destacando algumas referências à entrada para o ensino superior, ou mesmo sucessos desportivos.

O momento do acolhimento surge quase invariavelmente como doloroso, associado a pouco envolvimento de quem recebe e a um corte com a família.

«Não gostei. Passei muitos dias a chorar.» (Int. 2) «O primeiro dia foi péssimo, não conhecia ninguém.» (Int. 6) «Lembro-me como se fosse hoje, (...) fiquei naquela casa grande com gente desconhecida que me metia medo e que não me transmitia a calma da minha mãe. Foi horrível aquele momento!» (Int. 1).

Os jovens adultos em estudo percecionaram o momento do acolhimento negativamente, sobretudo pela associação à separação da família e à entrada num meio desconhecido. A afetividade mostrou-se importante na forma como entenderam positiva ou negativamente a receção no lar, sendo a presença e atitude carinhosa dos pares e recursos humanos da instituição relevante para promover transições mais favoráveis num momento tão marcante.

A maioria dos intervenientes não recorda a pessoa (diretor, técnico ou funcionária) que o acolheu, mas todos consideram importante o primeiro contacto, chegando a dizer que a primeira noite foi pior por não terem qualquer referência na instituição, nenhum cuidador a dar carinho e a tranquilizar no momento de adormecer. Não se verifica um protocolo de integração nos lares estudados, embora logo no momento do acolhimento a dimensão afetiva, deve ser encarada como componente essencial, constituindo o suporte de uma transição intensa, sendo uma oportunidade para as instituições valorizarem desde o início o afeto nas relações entre a população juvenil e entre esta e os seus cuidadores.

✓ Sobre o relacionamento entre os pares, unanimemente consideraram as relações positivas, sendo que a maioria percebe essas interações como marcantes e significativas para a sua estabilidade emocional, suprimindo algumas lacunas relacionais com adultos.

«Era uma relação de fraternidade, criaram-se laços importantes, pessoas pelas quais tenho a maior consideração. Pessoas com quem passei o mais longo e melhor momento da minha vida, era raro haver atritos relevantes entre utentes. Foi como ganhar uma nova família e novos irmãos.» (Int.10) «Era uma relação muito boa, praticamente como irmãos, ainda hoje permaneço com grandes amizades vindas da instituição.» (Int.9).

Os lares de infância e juventude representam o micro sistema onde os menores acolhidos realizam atividades e desenvolvem interações, tornando-o um ambiente ecológico capaz de potenciar o desenvolvimento de relações recíprocas, de equilíbrio de poder e de afeto. Segundo (Martins & Szymanski, 2004), as crianças institucionalizadas apresentaram comportamentos pró-sociais e de ajuda recíproca sendo as relações estabelecidas entre os pares o aspeto positivo mais referido pelos intervenientes.

Os lares em análise proporcionaram relações entre os pares satisfatórias e capazes de deixarem marcas muito positivas e que se prolongam no tempo. As recordações são de tal forma favoráveis que à luz da Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano podem ser

ênfatizadas, relegando os aspetos negativos encontrados, quando comparados com crianças e adolescentes que se desenvolvem em contextos culturalmente esperados. Estes laços foram indicados por alguns intervenientes como contributos importantes para aumentar a resiliência e a capacidade de vivenciar transições ao longo da vida, chegando em muitos casos a trata-los como “irmãos”.

✓ Relativamente à apreciação que os jovens em estudo fazem da vida relacional com os adultos da instituição, surgem sentimentos perfeitamente antagónicos. Para muitos a maioria dos cuidadores revelou pouca vocação e empenho para os cargos que desempenhava, embora reconhecessem grande valia a alguns.

«A relação dos funcionários com os utentes pode-se dividir em duas ideias diferentes, havia os funcionários que trabalhavam apenas porque era o seu emprego e havia aqueles funcionários que para além de ser o emprego eram um porto para ajudar crianças necessitadas de carinho, de amor, de tudo o que não encontraram numa família (...) também posso dizer que estes foram os tais que me fizeram crescer e me deram educação, ideias, ajudaram a formar a minha pessoa, a pessoa que sou hoje.» (Int.3) «A relação era boa com alguns e péssima com outros, havia ali pessoas que não tinham formação pessoal para lidar com alguns dos jovens não tinham forma de falar, forma de estar.» (Int.24).

Embora as perceções sejam geralmente desfavoráveis, ressalvam alguns adultos, que têm como referência, mostrando gratidão pela entrega e dedicação.

«Era uma pessoa muito culta tinha uma paciência do tamanho do mundo fazia de tudo para nós estarmos bem.» (Int.7) «(...)ela recebeu-me como uma filha, tirava-me as espinhas do peixe, cortava-me a carne, dava-me mimos, abraçava-me fortemente antes de ir para casa...» (Int.1) « Foi um grande anjo da guarda porque sempre me ajudou e a todos os utentes, em grandes momentos das nossas vidas.» (Int.9).

Quase todos os intervenientes conseguem indicar algum cuidador que os marcou negativamente, chegando a considerar como fator saliente no seu período de acolhimento.

«Uma psicóloga porque ia contra tudo o que é a ética da sua profissão (...) pessoa mesquinha, mal dizente, cínica e falsa.» (Int.2) «Uma funcionária da lavandaria, era muito agressiva e chegava a bater sem motivo nenhum. Ainda hoje quando me lembro, tenho a sensação de sentir os dedos dela na minha cara.» (Int.18).

A perceção de vários intervenientes relativamente aos técnicos incide na incompetência, distanciamento e pouco humanismo.

«(...) já com os técnicos era totalmente o contrário, não apareciam, quando apareciam era apenas em reuniões, apenas para chamar à atenção e muitas das vezes de coisas que não sabiam ao certo, mas agora vejo porque é que não sabiam, porque simplesmente não viviam nada ali dentro, não partilhavam momentos, logo não saberiam lidar com certas situações.» (Int.20) «A relação não era das melhores, pouca empatia, pouco dignos de confiança, muito “a leste” do que vivíamos e do que sentíamos.» (Int.8).

✓Do momento da saída da instituição, registamos sentimentos contraditórios, que passam pela libertação das regras da instituição e pelo receio de solidão e abandono. Embora vários jovens mostrem sentimentos de nostalgia, revelando saudades extremas, o momento da saída não é recordado com alegria, registando-se perceções de banalização e pouco cuidado com um dia tão marcante para os jovens.

«Senti-me um pouco confuso e desamparado.» (Int. 11) «Alívio, sentimento de liberdade, revolta, tristeza (...)» (Int. 4) «Uma enorme tristeza, parecia que a vida tinha chegado ao fim.» (Int. 21) «Fiquei feliz por finalmente sair e triste por deixar todos para trás, lembro-me de chorar alguns dias seguidos e ter vontade de voltar.» (Int. 13) «Na altura fiquei feliz, mas passado um mês já queria voltar.» (Int. 23) «É difícil descrever, pois senti uma enorme tristeza ter que deixar a que foi minha casa durante uma vida, não queria ter

que deixar para trás quem me criou, quem me viu crescer, rir, chorar. É muito difícil é como ter de deixar toda uma vida que criamos em anos, num dia.» (Int. 16) «Peguei nas minhas coisas, sozinha e apenas uma pessoa que lá trabalhava se despediu de mim. Foi mau.» (Int.12).

A preparação da saída da instituição praticamente não se verificou, embora os intervenientes tenham atribuído um forte pendor ao plano relacional no momento da saída. A ausência de um protocolo de despedida não facilita o impacto desta ocorrência, deixando nos jovens uma sensação de vazio e mesmo de desinteresse por parte dos cuidadores.

Trata-se claramente de um momento marcante, uma transição que não é favorecida por um suporte adequado, ou um contexto facilitador.

✓ Sobre o apoio que tiveram da parte dos Lares após a saída, a análise dos sentimentos dos jovens adultos revela raiva pelo abandono a que foram votados, não compreendendo como tal foi possível, da parte de quem cuidou deles durante tantos anos.

«A partir desse ponto não recebi qualquer apoio da instituição.» (Int. 10) «Sair da casa onde viveste grande parte da tua vida, sem qualquer apoio financeiro é um suicídio.» (Int. 15) «Aí não senti apoio de ninguém e até hoje não tive ninguém que me ligasse para saber como estou, como me encontro, se preciso de apoio, nada.» (Int.3).

Neste aspeto é perfeitamente notória a distinção que fazem pela negativa dos técnicos, relativamente a outros cuidadores, nomeadamente professores.

«Da parte das técnicas não recebi apoio nenhum, muito pelo contrário, azucrinaram-me a cabeça até aos meus últimos dias no lar e até nos momentos mais importantes da minha vida, fingiam não me conhecer.» (Int.18) «Tive sim sempre alguém a olhar por mim, a estar lá quando eu precisei e não precisei, com apoio incondicional (...) As pessoas que realmente fazem algo para o melhor das crianças ali (...) Apenas e sempre os professores. Mais ninguém, muito menos os técnicos.» (Int.23).

De uma maneira geral, ocorre uma rutura com a instituição, não só com o espaço físico, onde sentem que não são bem-vindos, mas também nos contactos com os técnicos, havendo um “apagar” forçado do lar onde cresceram e a que carinhosamente chamam “casinha”.

A continuidade que uma perspetiva ecológica sugere, mostra que o desenvolvimento destes jovens é afetado pelas vivências com outras figuras significativas que deviam dar respostas pessoais, afetivas e sociais potenciando a sua adaptação à autonomização. De entre estas figuras, apontamos a relação com os pares, os professores e, em casos pontuais, outros funcionários como as únicas pessoas com interesse pela pessoa, ainda que já não faça parte da comunidade, contribuindo para que os jovens se sintam mais seguros, ficando também recetivos a possíveis ligações futuras. A identificação afetiva prolongada após a saída do Lar com essas figuras é relevante para a contribuição da escolha das trajetórias de vida.

Conclusões e implicações para a intervenção

A abordagem fenomenológica que esteve na base desta pesquisa, tornou notória a percepção que os intervenientes têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem aquando da entrada no Lar de acolhimento, e do “desaparecimento” da instituição após a sua saída. Relativamente às transições, podemos concluir que os intervenientes entendem a institucionalização como uma descontinuidade de importância extrema, fazendo uma clara distinção nos períodos antes, durante e após o seu acolhimento.

Com base na perspetiva de Schlossberg e colaboradores, é fundamental que a instituição crie mecanismos de suporte na transição que corresponde ao acolhimento e de

apoio na fase de saída dos Lares. Assim, os jovens adultos desenvolverão mecanismos de resposta que visem permitir uma adaptação às novas etapas da sua vida.

O envolvimento de médio/longo prazo potenciou a riqueza dos dados, proporcionando uma análise narrativa e sequencial permitindo concluir que nos Lares em estudo, os intervenientes praticamente não encontraram relações afetivas significativas e securizantes sobressaindo as relações de quase indiferença ou mesmo ruturas e perdas sucessivas, o que reforça as teorias sobre vinculação em análise.

Os jovens adultos relatam pouco investimento pessoal dos recursos humanos, nomeadamente dos técnicos das instituições em estudo, assumindo que além de distantes, não teriam as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada.

A investigação desenvolveu-se de acordo com as teorias já existentes, mostrando que é importante criar mecanismos que aumentem a vinculação, fomentando interações proximais positivas (microsistema), favorecendo o suporte nas transições ocorridas ao longo da vida, potenciando maior resiliência e consequente integração social nos jovens que viveram vários anos acolhidos em lares de infância e juventude (Figura 3).

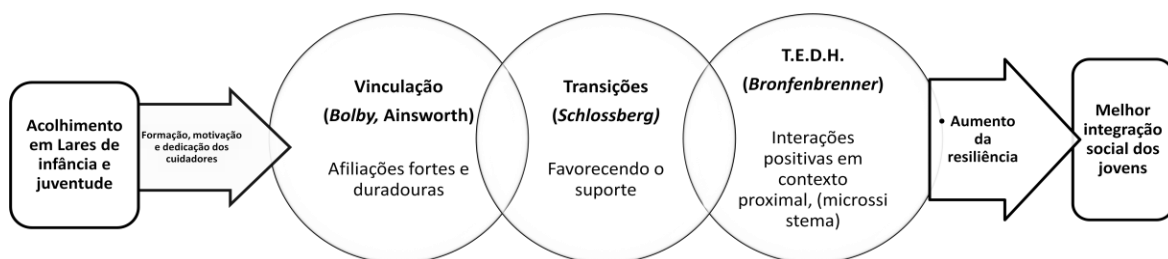


Figura 3- Esquema síntese das conclusões

Na entrada para as instituições, é necessário que se minimize o impacto inicial recorrendo a todas as estratégias, dependendo de fatores como a idade de acolhimento, da existência de frateria ou do apoio familiar.

Na saída, os jovens adultos deverão pensar, calcular e ativar os seus recursos para promoverem um ajustamento positivo a um novo contexto, com autonomia e responsabilidade. À luz da teoria ecológica do desenvolvimento humano o microsistema e o mesosistema assumem-se como os contextos mais importantes e que poderão ter um papel mais relevante na integração. De acordo com a perceção dos intervenientes, as afiliações desenvolvidas antes, mas sobretudo no período de institucionalização, foram determinantes como interações seguras, tendo influência no entendimento positivo ou negativo que fazem das transições que já vivenciaram e na preparação para a vida adulta. Nas suas perspetivas de adultos e jovens adultos, enquanto menores institucionalizados, não só estão disponíveis para estabelecer ligações afetiva, como quando recebem carinho, atenção e cuidado, também sabem demonstrar interesse e retribuir, estando ávidos de relacionamentos estáveis e recíprocos.

Muitas melhorias no acolhimento de crianças e jovens em risco dependem de boas práticas institucionais importantes para o sucesso nas transições ao longo da vida das crianças e jovens acolhidos, que com base nos resultados deste estudo³¹, em opiniões de vários autores e também na experiência acumulada, serão proximamente objeto de investigação.

Para mais e melhor entendimento sobre estas questões, sugere-se que o estudo possa ser ampliado e replicado, abrangendo mais ex-institucionalizados³² e mais LIJ, eventualmente privilegiando a hermenêutica, pois entende-se que o conhecimento sobre a problemática em estudo tem muito a ganhar com a utilização de metodologias qualitativas, por estas darem conta das experiências analisadas, contrastando com uma análise inferencial, que não permite dissecar a interpretação que os próprios participantes têm da situação em análise.

³¹ Desde logo a ausência de técnicos e professores ao fim de semana e período noturno (pós hora de jantar), pois seriam tempos de maior disponibilidade por parte dos acolhidos e eventualmente aproveitados para desenvolver vinculações. No fundo como as famílias fazem, aproveitando esses momentos para lazer educativo.

³² Propositadamente neste artigo não foi utilizada a palavra “utentes”, terminologia usada sistematicamente nas instituições em estudo, pois muitos dos menores acolhidos reside mais de uma dezena de anos nos Lares. Por isso, a expressão “residentes” parece mais adequada para designar os jovens que lá vivem.

Referências

- Adams, J., Hayes, J. & Hopson, B. (1976). *Transition: Understanding and Managing Personal Change*, London: Martin Robinson.
- Ainsworth, M. (1977). Attachment theory and its utility in cross-cultural research. In: Leiderman, H., Tulkin, S., Rosenfield, A. (Eds.). *Culture and infancy*. New York: Academic Press.
- Ainsworth, M. (1989). Attachments beyond infancy. *American psychologist*, Washington DC: American Psychological Association 44, 709-716.
- Alcoforado, J. (2008) *Competências, cidadania e profissionalidade: limites e desafios para a construção de um modelo português de educação e formação de adultos*. (Tese de Doutoramento não publicada, Programa Doutoral em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, 459pp).
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Vol. 1. Attachment*. 2. ed. New York: Basic Books.
- Brannen, J.; Nielsen, A. (2002). Young People's Time Perspectives: From Youth to Adulthood. *Sociology*, British Sociological Association, 36 (3), 513-537.
- Bronfenbrenner, U. (1986). Recent advances on the ecology of human development. In: Silbereisen, Rainer K.; Eyferth, Klaus; Rudinger, Georg. (Eds.). *Development as action in context: Problem behavior and normal youth development*. Berlin: Springer.
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: biocological perspectives on human development*. Londres: Sage.

Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9 (1), 115-125.

Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In: Damon, William. (Ed.). *Handbook of child psychology*, vol.I. New York: John Wiley & Sons.

Galland, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse : l'entrée dans la vie*. Paris: Armand Colin.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. 2. ed. Estoril: Principia.

Gaspar, J.P. (2013). *Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas*. Revista Eletrônica Polêm!ca. 12 (1).

Poletto, M. & Koller, S. (2008). Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*. 25 (3), 405-416.

Kugelberg, C. (1998). Imagens culturais dos jovens suecos acerca do início da vida adulta. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 27, 41-57.

Marrone, M. (1998). *Attachment and interaction*. London: Jessica Kingsley Publishers.

Martins, E. & Szymanski, H. (2004). A abordagem ecológica de Urie Bronfenbrenner em Estudos com famílias. *Estudos e Pesquisa em Psicologia*, 1, 66-77.

Mota, C. & Matos, P. (2008). *Adolescência e institucionalização numa perspectiva de vinculação*. Psicologia e Sociedade, Florianópolis, 20 (3). Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300007&lng=en&nrm=iso)

[71822008000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822008000300007&lng=en&nrm=iso). Recuperado em 16 de janeiro de 2011.

Pais, J. (2001). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Ambar.

Pereira, M. *et al.* (2010). Desenvolvimento, psicopatologia e apego: estudo exploratório com crianças institucionalizadas e suas cuidadoras. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23 (2). Disponível em

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000200004&lng=pt&nrm=iso)

[79722010000200004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722010000200004&lng=pt&nrm=iso). Recuperado em 7 de janeiro de 2011.

Rousseau, N. & Saillant, F. (2003). Abordagens de investigação qualitativa. In: Fortin, M. *O processo de investigação: da concepção à realização* (N. Salgueiro, Trad., 3.^a ed.). Loures: Lusociência.

Santana, J. (2003). Instituições de atendimento a crianças e adolescentes em situação de rua: objetivos atribuídos por seus dirigentes e pelos jovens atendidos. Dissertação de Mestrado não publicada, Programa de Pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 101pp.

Schlossberg, N. & Entine, A. (Eds.). (1997). *Counseling Adults*. California: Brooks/Cole Publishing Company.

Schlossberg, N.; Waters, E. & Goodman, J. (1995) *Counseling adults in transition*. New York: Springer.

Strecht, P. (1998). *Crescer vazio: repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In: Silva, A.; Pinto, J. (Orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.

Yunes, M.; Miranda, A.; Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: Koller, S. H. (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Capítulo IV

**Vinculação e autonomização em Lares de Infância e Juventude: as opiniões dos
Técnicos sobre a percepção de adultos ex-institucionalizados³³**

**Attachment and empowerment within Institutional Homes for Children and Youth:
opinions from the professionals about the perception of adults previously
institutionalized**

**Liaison et autonomisation dans les foyers pour enfants et jeunes: les points de vue d'
experts sur la perception d'adultes ex-institutionnalisés**

³³ Artigo já revisto por pares e a aguardar aceitação para publicação numa revista especializada em educação

Resumo

Sendo a institucionalização o principal destino, em Portugal, dos menores em risco, este trabalho surge no seguimento de um estudo anterior que visou compreender a autonomização de adultos e jovens adultos que viveram longos períodos em instituições de acolhimento, recorrendo a dezenas de entrevistas biográficas. Destas ressaltam alguns dados merecedores de uma reflexão transversal e aprofundada.

Para esse efeito, recolheram-se opiniões individuais de doze técnicos operacionais de diversas entidades envolvidas na problemática de crianças e jovens em risco, nomeadamente, nos institucionalizados em Lares de Infância e Juventude. Procurou-se alargar o leque dos *players* envolvidos, abrangendo uma dezena de entidades - tuteladas por quatro Ministérios - e profissões muito díspares, tentando que as opiniões emanadas espelhassem reflexões pessoais, fugindo à vinculação da entidade à qual pertencem, antes defendendo o ponto de vista de quem está no terreno e tem uma visão muito próxima das problemáticas em análise.

Em comum, surge a ideia que para minimizar o impacto da institucionalização, são necessárias políticas convergentes e que abranjam diversos setores governamentais, diminuindo a desresponsabilização social.

Palavras-chave: Crianças e Jovens acolhidos; Autonomização; Transições; Acolhimento e integração social

Abstract

Since in Portugal the institutionalization of youngsters at risk is their main destiny, this paper follows on from a previous study aimed at understanding the empowerment of adults and young adults who have lived long periods in institutions. From dozens of biographical interviews, some data worthy of further thought is highlighted.

For this purpose, the individual opinion of twelve workers of separate entities, involved in the issue of the children and youth at risk, particularly the ones institutionalized in child and youth homes, was collected. A wide range of players involved was sought, encompassing a dozen entities – overseen by four ministries – while maintaining a large variety of professions, trying to keep the opinions very personal and impartial regarding the institution where employed, rather showing the opinion of the ones in the field that have a more accurate thought to the issues under review.

As a result, an idea to minimize the impact of institutionalization surges: the need for convergent policies that are transversal to various governmental sectors, so that there can be a reduction of social irresponsibility.

Key-words: Children and Youth in Foster homes; Institutionalization; Transitions; Welcoming and Social Integration

Resumé

Puisque l'institutionnalisation est la principale destination des mineurs en danger, au Portugal, ce travail fait suite à une étude précédente qui visait à comprendre l'autonomisation des adultes et des jeunes adultes qui ont vécu de longues périodes dans des foyers d'accueil, en ayant recours à des dizaines d'entretiens biographiques qui mettent en évidence certaines données qui méritent une réflexion transversale et approfondie. A cette fin, on a recueilli des opinions, sur les principales questions soulevées, de douze techniciens opérationnels de différentes entités impliquées dans la problématique des enfants et des jeunes en danger, en particulier les institutionnalisés placés en foyers pour enfants et jeunes.

On a cherché à élargir l'éventail des acteurs impliqués, couvrant une dizaine d'entités – supervisés par quatre ministères – et des professions très différentes, en essayant que les opinions émises montrent des réflexions personnelles, fuyant à lier l'entité à laquelle ils appartiennent, mais défendant le point de vue de qui est sur le terrain et a une vision très proche des questions à l'étude.

En commun, une idée se manifeste: pour minimiser l'impact de l'institutionnalisation, on aura besoin de politiques convergentes qui couvrent divers organismes gouvernementaux, permettant diminuer l'irresponsabilité sociale.

Mots-clés: Enfants et Jeunes accueillis; Autonomisation; Transitions; Accueil et intégration sociale.

Introdução

O acolhimento institucional assume-se como o principal destino das crianças e jovens em risco, nomeadamente a institucionalização em Lares de Infância e Juventude (LIJ), sendo numerosos os casos em que essa experiência se prolonga no tempo, atingindo mais de uma década de permanência. A saída do acolhimento destes jovens adultos que, em muitos casos, apenas conheceram a instituição como único lar - a que chamam casa, assume-se como um momento marcante e a falta de competências daqueles para uma vida maioritariamente em autonomia, revela-se fundamental para a sua integração social.

Enquadrando as questões críticas da institucionalização de crianças e jovens em Portugal, temos que o atual Sistema Nacional de Acolhimento abarca diversos modelos de recursos, de acordo com o Plano de Intervenção Imediata (PII, 2009):

↳ Unidade de Emergência – visa assegurar o acolhimento imediato de crianças e jovens, entre os 0 e os 12 anos, em situações de perigo grave, real, atual e iminente, por um período que não deve ultrapassar as 48 horas;

↳ Centro de Acolhimento Temporário – destinado ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, por um período que não deve ultrapassar os seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção, tendo como objetivo central a realização de diagnósticos e a definição de projetos de vida;

↳ Lar de Infância e Juventude (LIJ) – prevê o acolhimento de adolescentes e jovens adultos com mais de 12 anos em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medidas de promoção e proteção, tendo como

princípio genérico proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias;

↳ Famílias de Acolhimento – famílias habilitadas e tecnicamente enquadradas asseguram às crianças/jovens, predominantemente com idades entre os 12 e os 17 anos, os cuidados adequados às suas necessidades, que a família biológica não pode garantir.

Existem ainda outras respostas de acolhimento não especificamente destinadas à população de crianças e jovens em perigo, como “Casa de Acolhimento de Emergência”, “Centros de Apoio à Vida”, “Lares Residenciais”, “Apartamento de Autonomização”, “Comunidade Terapêutica”, “Comunidade de Inserção” ou “Casa Abrigo” que em alguns casos recebem menores em risco.

Em 2012 o número de crianças e jovens acolhidos nestas respostas sociais ascidia a 8557, embora no mesmo ano, o volume processual global das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), atingisse os 35628 ativos.

O gráfico 1 confirma a tendência, ao longo dos últimos anos, para a redução não só do número de crianças/jovens caracterizados, mas também de menores acolhidos, tendo-se verificado uma redução de 3688 acolhimentos em seis anos, ou seja 30,1%.

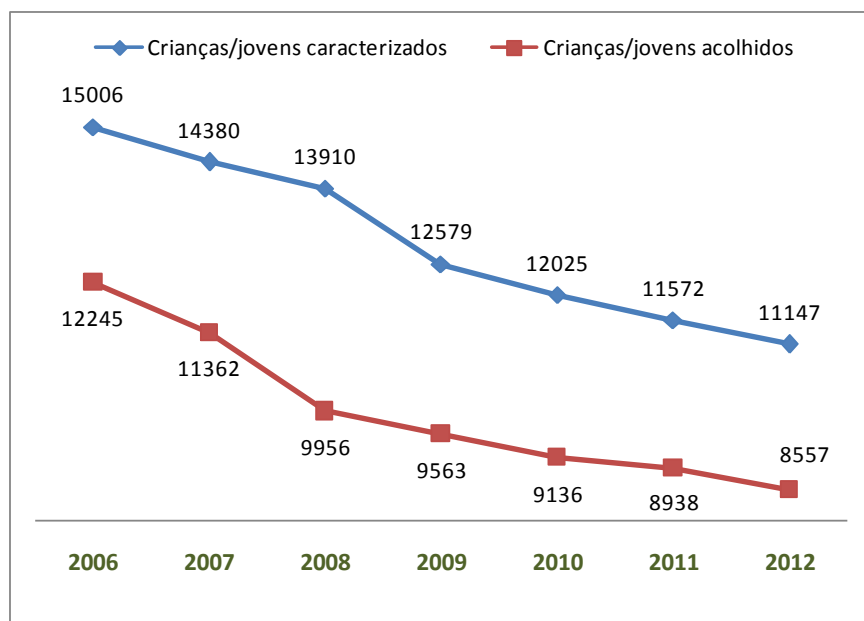


Gráfico 1 – Crianças e jovens acolhidos e caracterizados de 2006 a 2012

Fonte: Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2012. Lisboa: ISS.

Complementando os dados do Instituto da Segurança Social, importa analisar os Relatórios de Avaliação da Atividade das CPCJ, documento anual que tem por base o relatório elaborado por cada uma das 365 Comissões existentes em Portugal.

	Transitados	Instaurados	Reabertos	TOTAL	Arquivados	ATIVOS
2006	23712	25209	2026	50947	18980	31967
2007	30320	29547	3141	63008	28895	34113
2008	33394	29279	3986	66659	31748	34911
2009	34416	28401	4079	66896	31871	35025
2010	34753	28103	5444	68300	35501	32799
2011	34243	27947	5751	67941	31232	36709
2012	33605	29149	6253	69007	33379	35628

Tabela 1 – Evolução do fluxo processual nas CPCJ de 2006 a 2012

Fonte: relatórios anuais de avaliação da atividade das comissões de proteção de menores

Desde 2006 o número de processos transitados, instaurados e reabertos aumentou de tal forma que apesar do número de arquivamentos quase ter duplicado, o total de casos ativos acompanhados pelas CPCJ, são cada vez mais.

Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2012 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes³⁴:

- ✓ 53% Do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo;
- ✓ 62% Das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 31% frequentavam o 3º ciclo;
- ✓ Quase 39% dos menores com 14 anos não completaram o 2º ciclo;
- ✓ Dos jovens com 15 ou mais anos 37,5% saíram com a escolaridade obrigatória³⁵ e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos;

Dos casos acompanhados, a negligência assume cerca de um terço do total, seguida da exposição a modelos desviantes. As situações de perigo que envolvem a educação, mau trato psicológico e mau trato físico são os restantes casos mais representativos. De resto, tem-se verificado um aumento das situações em que o direito à educação pode estar comprometido. Em praticamente 90% dos casos acompanhados pelas CPCJ, os menores foram mantidos em meio natural de vida. Já nos acolhidos, os LIJ apresentam uma esmagadora representatividade, importando assim conhecer melhor esta resposta social.

A problemática em estudo ganha então importância acrescida pelo número de menores referenciados pelas CPCJ e de acolhidos, que atingem alguma expressão na população jovem

³⁴ Fonte: Plano de Intervenção Imediata (PII), 2012

³⁵ Considerou-se o 9º ano como escolaridade obrigatória

portuguesa, não se vislumbrando, no imediato, uma redução significativa (2012 foi o ano com mais acolhimentos iniciados), atendendo à atual conjuntura económica nacional e global. Sendo o acolhimento institucional necessário, torna-se importante aferir aspetos negativos e limitações (indicando caminhos), mas igualmente compreender as potencialidades e oportunidades da institucionalização, considerando-a complementar a outras respostas.

Da análise de narrativas de adultos, nomeadamente a sua experiência de institucionalização prolongada em Lares de Infância e Juventude, Quintãns (2009) concluiu que estes não proporcionavam relações afetivas significativas e securizantes, sobressaindo antes a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas. Neste seguimento, um dos problemas que se coloca às Instituições de acolhimento, será o de conseguir um fio condutor que ajude a alcançar a progressividade e transversalidade, necessariamente presentes desde a admissão, pois aliviaria o facto de a maioria dos jovens, em processo de desinstitucionalização, não apresentarem um conjunto de competências necessárias para um bom prognóstico no processo de integração social, sendo comum integrarem projetos de autonomia para os quais não estão estruturalmente preparados (Vicente, 2009). Também os dados recolhidos por Lima (2010), indicam que o apoio à concretização de um projeto de vida deve subsistir para além da saída da Instituição.

Não seria expectável que os LIJ visassem apenas a satisfação das necessidades básicas e a proteção face à situação de perigo/delinquência, é fundamental criar condições para percursos académicos e profissionais bem-sucedidos, assim como proporcionar um ambiente favorável para o pleno desenvolvimento cognitivo, social e afetivo³⁶. As instituições, ao assumirem o

³⁶ Em junho de 2012, o Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social, Marco António Costa, anunciou a criação de mais vagas para acolher crianças e jovens em risco, adiantando ainda que 300 profissionais vão dar apoio pedagógico nas instituições. Considerando a situação muito grave indicou vontade de melhorar o seu funcionamento, para combater as taxas de insucesso escolar na ordem dos 50% nos jovens institucionalizados, anunciando o lançamento do Plano Casa, que inclui medidas como a colocação de professores a tempo inteiro nas CNPJCR ou respostas especiais na área da formação e da empregabilidade de jovens que entram em idade de procurarem uma ocupação profissional.

lugar central na vida dos menores acolhidos, propiciam relações entre pares, funcionários, técnicos e direção, que serão determinantes no percurso de vida de cada sujeito, constituindo um apoio essencial na formação da sua identidade, pelo que é fundamental que os cuidadores favoreçam interações afetivas estáveis e recíprocas, pois alguns serão modelos identificatórios positivos, além de símbolos de segurança e proteção.

Alguns estudos como Schlossberg & Entine (1977) e Schlossberg, Waters & Goodman (1995)

aludem para a importância da instituição criar mecanismos de suporte na transição que corresponde ao acolhimento e de apoio na fase de saída dos Lares. Desta forma, os jovens adultos poderão ampliar mecanismos de resposta que visem permitir uma adaptação às novas etapas da sua vida.

A necessidade de compreender os processos de autonomização, bem como aspetos que concorreram para transições favoráveis nos diversos contextos de vida (social, profissional e familiar), constituiu o objeto de estudo central de um trabalho de pesquisa mais amplo que temos vindo a desenvolver, baseado na recolha e análise de 24 relatos autobiográficos (de um total de cerca de 100) de adultos e jovens adultos, acolhidos durante vários anos em LIJ. Reuniram-se descrições na primeira pessoa, relativas ao percurso de vida antes, durante e após a saída do acolhimento institucional.

Trechos deste estudo já se encontram publicados, ou em fase de publicação³⁷, destacando-se alguns dados que se configuraram como passíveis de uma abordagem mais profunda, por parte dos diversos atores que no terreno trabalham com estas pessoas e estes processos, em diferentes níveis e instituições com responsabilidades na intervenção com esta população.

³⁷ Um dos trabalhos já foi publicado na Revista Electrónica Polêmlca, outro já foi aceite para publicação na Revista Psicologia Clínica, estando mais um submetido para publicação.

Nesse estudo, a importância da relação entre o apoio e as competências desenvolvidas enquanto institucionalizados e a posterior integração na sociedade, foi analisada na perspectiva das pessoas ex-institucionalizadas. Agora, tenta-se compreender se a percepção dos técnicos e responsáveis das entidades envolvidas corrobora ou diverge. Questões como o entendimento que os jovens adultos intervenientes têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem, aquando da entrada no Lar, bem como do “desaparecimento” da Instituição de acolhimento após a sua saída, do pouco investimento da maioria dos cuidadores e a importância dos que se entregaram acima do profissionalismo, contribuindo para o seu desenvolvimento e as suas atuais características pessoais e sociais, são alguns pontos abordados, embora o insucesso escolar e outros aspetos mais globais sejam igualmente evocados.

Partindo de quatro sínteses conclusivas selecionadas das percepções das pessoas ex-institucionalizadas, o presente artigo dá conta dos comentários reflexivos de diferentes especialistas e profissionais de diversas entidades com responsabilidade técnica e política nesta área de intervenção. Procura-se, desta forma, confrontar o contributo dado pelos diversos *players* neste mosaico complexo que envolve a institucionalização de menores e o resultado do seu trabalho, tal como é percebido pelos principais destinatários, servindo de base para uma análise reflexiva e articulada, da visão de todos os intervenientes envolvidos nesta problemática.

Metodologia

Segundo Mayring (2002), a ideia base da análise fenomenológica é que se deve partir da perspectiva de cada indivíduo, das suas estruturas subjetivas de significados, procurando-se,

por isso mesmo, neste trabalho, convocar a reflexão crítica de diferentes agentes, orientada pelas percepções das pessoas que devem ser beneficiárias da sua ação profissional. Privilegiou-se uma análise direcionada em detrimento de uma descrição ampla do campo em estudo, trabalhando as funções descritas por Mayring (2002): crítica, pois as abordagens foram questionadas nas várias áreas de atuação; heurística, visto procurar novas perspectivas, transformando-as em práticas de pesquisa; descritiva, ao desenvolver uma compreensão mais vasta, com base nas perspectivas dos sujeitos. Após a recolha da informação, através de uma cuidada análise de conteúdo, procurou-se desenvolver uma análise sistemática dos textos recolhidos, intentando determinar as unidades de análise que melhor pudessem contribuir para estabilizar uma compreensão sustentada da opinião dominante dos participantes nesta fase da investigação.

Para encontrar os participantes que nos pudessem trazer os contributos mais significativos, após um levantamento das entidades que de alguma forma contactam com a realidade das crianças e jovens em risco - nomeadamente os menores institucionalizados em LIJ e mais concretamente nas duas instituições abrangidas no trabalho enunciado anteriormente - desde logo a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, o Instituto de Reinserção Social, a Segurança Social, a Direção Regional de Educação do Centro, o Departamento de Investigação e Ação Penal, os Lares de Infância e Juventude, o Tribunal de Família e Menores, a Polícia de Segurança Pública, o Observatório Permanente da Adoção e os próprios Lares de Infância e Juventude envolvidos no estudo, foram estabelecidos contactos oficiais (presencialmente e/ou por via telefónica), no sentido de os responsáveis³⁸ indicarem os profissionais que iriam participar nesta pesquisa. Tentou-se, através do anonimato e confidencialidade, fugir a respostas “politicamente corretas”, procurando antes opiniões de quem “está no terreno” e vive os constrangimentos e as virtudes do sistema e dos

³⁸ Em alguns casos foram os responsáveis pelas entidades contactadas que entenderam responder.

menores. Dada a transversalidade do tema, entendeu-se que as responsabilidades políticas se distribuem por quatro Ministérios³⁹: Educação e Ciência, Solidariedade e Segurança Social, Administração Interna e Justiça, sendo que foi assumido desde logo que as opiniões emitidas pelos participantes não vinculavam nem representavam as Instituições onde exercem funções, apenas davam conta do seu entendimento pessoal.

Da interseção das conclusões das primeiras fases deste estudo, e já explicitado na introdução deste artigo, com os dados constantes no Plano de Intervenção Imediata⁴⁰ e no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2012⁴¹, elaborámos as seguintes quatro sínteses conclusivas (cf. quadro 1). Solicitámos que os diferentes Técnicos/Especialistas, das diferentes entidades com responsabilidades nestes processos, emitissem uma reflexão escrita, crítica e circunstanciada, a propósito de cada uma destas sínteses.

1. *«É notória a perceção que os intervenientes no estudo têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem aquando da entrada no Lar de acolhimento e do “desaparecimento” da instituição após a sua saída. Pode ainda concluir-se que nas Instituições em estudo, os acolhidos praticamente não encontraram relações com cuidadores afetivas significativas e securizantes, sobressaindo as relações de quase indiferença ou mesmo ruturas e perdas sucessivas.»*
2. *«Com base nas suas narrativas, entende-se que a maioria dos envolvidos no estudo percecionam pouco investimento pessoal dos recursos humanos das instituições onde foram acolhidos, assumindo que além de distantes, não teriam as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada.»*

³⁹ Nem todas as questões envolvem diretamente a área de intervenção dos intervenientes, pelo que estes podiam optar pronunciar-se apenas sobre as que lhe eram mais próximas.

⁴⁰ Nomeadamente do Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2012, da autoria do Instituto de Segurança Social

⁴¹ Da autoria da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco

3. *«Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2011 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes: 42% do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo; 56,7% das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 30% frequentavam o 3º; quase 89% dos menores com 14 ou mais anos não completaram o 2º ciclo; dos jovens com 15 ou mais anos, apenas 31% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos.»*
4. *«Das 2634 crianças ou jovens que saíram do sistema de acolhimento, 2416 cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, embora 109 se encontrassem em fuga ou sem destino conhecido, sendo que nestas situações, após o cumprimento das diligências junto das autoridades policiais ocorre, regra geral, decisão judicial de arquivamento da sua medida.»*

Quadro 1: sínteses conclusivas elaboradas a partir das perceções de jovens ex-institucionalizados e dos dados constantes no Plano de Intervenção Imediata e no Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2012

A explicação do trabalho em curso foi realizada pessoalmente a cada um dos técnicos intervenientes. Posteriormente foi enviado por correio eletrónico o documento com as 4 sínteses conclusivas sobre as quais as reflexões escritas deveriam incidir. Cada participante remeteu os seus comentários fundamentados, igualmente por correio eletrónico.

Apesar da insistência por parte do investigador, dos 14 participantes contactados para este estudo, apenas 12 respostas chegaram dentro do prazo razoável para levar a cabo o trabalho, acabando por ficar distribuídas uniformemente – três respostas por cada Ministério, abrangendo investigadores académicos, juristas, polícias, psicólogos, sociólogos, professores, procuradores, técnicos de serviço social e diretores de LIJ, às conclusões mais relevantes extraídas dos trabalhos supra citados.

Relativamente à recolha e tratamento da informação, foi seguido um *audit-trail* que por um lado teve por base a análise fenomenológica, em que a descrição e interpretação dos fenómenos da perspectiva do sujeito e suas intenções foram o ponto de partida, e por outro, a análise de conteúdo qualitativa, com o recurso a um programa informático destinado à investigação qualitativa geral – WebQDA. Potenciando as vantagens da técnica sistemática, sem desmoronar numa quantificação precipitada e usufruindo da mais-valia de analisar o material passo a passo com controlo metodológico rígido.

Resultados

A elaboração dos resultados nunca é fácil neste tipo de pesquisa, embora a remissão dos dados para os informadores privilegiados seja um dos elementos éticos, políticos e científicos fundamentais.

(Guerra, 2006)

Para melhor compreensão, optou-se por colocar as sínteses alvo de reflexão, junto dos respetivos comentários. De referir que em nenhum caso foi encontrada alguma opinião claramente contraditória com as restantes, sendo no entanto dada maior relevância às emitidas pelos participantes com maiores ligações às áreas em análise.

As opiniões dos intervenientes neste estudo serão indicadas após cada síntese, privilegiando as mais corroboradas e melhor fundamentadas, sem no entanto, registar a essência das restantes.

1ª Síntese conclusiva da perceção dos adultos ex-institucionalizados:

É notória a percepção que os intervenientes no estudo têm do corte abrupto com o meio familiar e social de origem aquando da entrada no Lar de acolhimento e do “desaparecimento” da instituição após a sua saída. Pode ainda concluir-se que, nas Instituições em estudo, os acolhidos praticamente não encontraram relações com cuidadores afetivas significativas e securizantes, sobressaindo as relações de quase indiferença ou mesmo ruturas e perdas sucessivas.

Com a entrada para uma Instituição que acolhe crianças e jovens, verifica-se que em muitos casos há uma rutura profunda com a família biológica, podendo este corte dever-se a fatores como o próprio desinteresse da família, a não aceitação por parte da criança ou jovem da sua nova realidade e demonstrar a sua revolta ao recusar-se a falar ou ver a família, a falta de condições económicas para se deslocarem à Instituição de acolhimento – ocasionalmente situado bem longe da área de residência, ou até o regulamento interno da Instituição que por vezes é pouco flexível no que diz respeito a contactos entre os utentes e os familiares.

O momento do acolhimento de uma criança/jovem deixa marcas profundas e tem repercussões a vários níveis que não serão esquecidas, talvez esbatidas, mas que o acompanharão para o resto da vida. Uma questão fundamental é a família de origem que na maioria das situações, faz o seguinte percurso: inicialmente, uma insistência quase sufocante dos familiares para contactar e visitar o menor, total disponibilidade para solicitar a saída do Lar ao Tribunal, CPCJ, Segurança Social e falar com todos os Técnicos envolvidos; numa segunda fase, aceitam as regras da Instituição e vão visitando conforme as marcações prévias; numa fase posterior, lembram-se das crianças/jovens em épocas festivas, vão alterando os dias de visita por impossibilidades pessoais e levam as suas vidas sem que esses menores façam parte do seu projeto de vida.

A criança/ jovem não esquece a família, sujeita-se sim, às regras institucionais e, em muitos casos, à falta de condições para estabelecer

contactos frequentes, pois embora inicialmente se verifique um esforço nesse sentido, este vai-se esbatendo com o tempo, restringindo-se tantas vezes a contactos pontuais.

Participante L – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Por seu lado, o acolhido não esquece a família, sujeita-se sim, às regras institucionais e noutros tempos, à falta de condições para estabelecer contactos frequentes. Vai seguindo o seu projeto de vida com o tal “corte abrupto”. Atualmente promove-se o contacto com a família, claro que respeitando regras e normas institucionais, mas tendo em conta o superior interesse do menor e o seu bem-estar.

ESTÃO VIVOS⁴², são filhos de alguém, netos de alguém, primos, irmãos e, de repente, passam a ser apenas indivíduos, com nome próprio e um lugar num beliche, ou num quarto, partilhado com os seus novos “amigos”, que não escolheram, nem desejaram. Perdem as suas referências espaciais, a família, os objetos de referência... De tudo o que lhes é familiar e constitui o seu pequeno mundo, sobram eles próprios, ainda assim quebrados na fantasia e na realidade. O ser em relação é esbatido e a unicidade perde-se, num contexto em que a identidade é dirimida.

Participante A – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Em muitos casos, a Instituição desaparece após o período de acolhimento, apagando-se um passado nada fácil de relembrar, não só pela recordação de uma família que não cuidou deles - e isso sim é dor profunda, como pelo próprio acolhimento que não sendo fácil nem simplista, também pode ser maltratante. Para além da família que tantas vezes os abandona,

⁴² Realçado no original

que rompe com eles ao longo do acolhimento, vão fazendo cortes com pessoas que terão sido uma referência, professores que apoiaram, técnicos que foram importantes na reabilitação e apoio, mas que pertencem a um conjunto de cuidadores que entram e saem, num ritmo que os ultrapassa.

A revolta e a dor são facilmente entendíveis se imaginarmos ser arrancados de um meio e colocados noutro, onde a própria dimensão do espaço, de pares, de cuidadores e de regras pode assustar. (...) A afirmação pessoal nem sempre é fácil e as noites ou alguns recantos, podem ocultar conflitos com os mais velhos ou dramas interiores.

Participante E – Ministério da Educação e Ciência

Recorrentemente podem-se encontrar jovens que passaram dez, quinze ou mais anos numa Instituição e que por imposição do sistema são “mandados embora” sem qualquer tipo de apoio. Talvez seja este um dos aspetos que mais precisa de ser alterado e trabalhado pelas Instituições de acolhimento que “despejam” na sociedade jovens sem preparação nem suporte (financeiro, familiar, institucional ou social), obrigando-os a lutar para sobreviver ou arriscando uma entrada no submundo da criminalidade ou da mendicidade. Não há um sentido de responsabilidade de ninguém (Instituição de acolhimento, Segurança Social, família biológica...) para com estes jovens - é como se a partir do momento em que abandonam o Lar, deixassem de existir.

Após a saída das Instituições de Acolhimento é demasiado frequente uma saída sem apoio de retaguarda, algumas vezes motivada pela irreverência e imaturidade dos jovens, mas tantas outras por uma falta de responsabilidade institucional.

Participante C – Ministério da Administração Interna

Os LIJ, até por serem a resposta social que pressupõe maior tempo de acolhimento, terão verdadeiramente que se preocupar em dotar os jovens adultos (que ao chegarem ao limite de idade admitida para permanecerem na Instituição, são “atirados” para a nossa sociedade) com um conjunto de soluções para o futuro, incluindo ainda um elo de ligação com a Instituição de modo a que perante as dificuldades que viessem a existir, o jovem a reconhecesse como porto de abrigo, capaz de o ajudar.

Verifiquei que além do corte repentino com o meio familiar e social de origem, também no momento da saída da Instituição, as relações com a maioria dos cuidadores não deixam grande nostalgia, nem por parte de quem fica, nem mesmo pela maioria dos jovens que deixam o Lar.

Participante E – Ministério da Educação e Ciência

2ª Síntese conclusiva da perceção dos adultos ex-institucionalizados:

Com base nas suas narrativas, entende-se que a maioria dos envolvidos no estudo percecionam pouco investimento pessoal dos recursos humanos das instituições onde foram acolhidos, assumindo que além de distantes, não teriam as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada.

Muitos dos profissionais que trabalham nos LIJ são isso mesmo, profissionais. Com interesses diversificados e com objetivos particulares e que, em muitos casos, não encontram nos seus locais de trabalho as oportunidades de satisfazerem esses interesses variados, ou mesmo as suas aspirações de carreira e de progressão na mesma, o que pode gerar alguma

rotatividade de funcionários nas instituições. De referir ainda que muitos destes profissionais têm as suas próprias famílias, dividindo-se entre elas e o seu trabalho, o que coloca algumas questões de difícil resolução quando se trata de distribuir a sua disponibilidade de tempo, afetiva, emocional e até mesmo o esforço extra que momentos de crise podem exigir.

Este trabalho muitas vezes é visto como uma obrigação, um turno que se tem que cumprir, sem ter como prioridade o atenuar de eventuais carências das crianças e jovens, talvez apenas possível se se depositar algum espírito de missão.

Participante L – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Uma parte considerável dos recursos humanos - cuidadores - não é recomendável para este acompanhamento diário, pois a sua seleção nem sempre é criteriosa e nota-se falta de formação adequada, bem como de valores morais e de cidadania. Muitos funcionários criam uma imagem negativa dos acolhidos, valorizando em demasia os seus defeitos, não atendendo às suas vicissitudes. Para agravar esta dificuldade de relacionamento entre alguns cuidadores e utentes, contribui também o facto de alguns terem já cinco ou seis décadas de existência, mostrando uma postura antiquada e inflexível e já trabalharem há muitos anos na Instituição, o que por cansaço, resignação, desmotivação ou mesmo por falta de vocação, desistiram (se é que alguma vez tentaram) de acarinhar, educar e transmitir valores.

Em termos de relações humanas ainda há um grande caminho a percorrer pelas pessoas que privam com crianças e jovens institucionalizados, será necessário “escolher” as pessoas certas para esta realidade, o que não acontece hoje em dia. A pouca formação e falta de sensatez torna-se

gritante quando as situações de conflito surgem. Para além disso é urgente reformular algumas das funções da Instituição de Acolhimento.

Participante H – Ministério da Educação e Ciência

Penso que em termos de relações humanas ainda há um grande caminho a percorrer pelas pessoas que vivem com crianças e jovens institucionalizados, será necessário “ escolher” as pessoas certas para esta realidade, o que não acontece hoje em dia. Para além disso é urgente reformular algumas das funções da Instituição de Acolhimento. Esta terá verdadeiramente que se preocupar em dotar os jovens adultos que ao chegarem ao limite de idade admitida para permanecerem na Instituição, são “ atirados” para a nossa sociedade de um conjunto de soluções para o futuro. Porém deveria haver também um elo de ligação com a Instituição de modo a que perante qualquer dificuldade que viesse a existir, o jovem saberia a quem pedir ajuda.

Foi notória a falta de afeto e muitas vezes a falta de respeito de muitos dos cuidadores, que sem dúvida se repercutiu nos jovens.

Participante G – Ministério da Justiça

Sendo assim não é de admirar de forma alguma que os acolhidos praticamente não criem relações afetivas marcantes e duradouras com os cuidadores que perdurem mesmo após a saída da instituição.

A permanência na Instituição poder-se-á comparar a uma qualquer estada num hotel onde são satisfeitas as nossas necessidades básicas, mas quando

saímos de vez, nem sabemos o nome do porteiro que nos abria a porta todos os dias de manhã.

Participante B – Ministério da Solidariedade e Segurança Social

Mas outros há que investem, que incluem a vida deles, crianças e jovens, na sua vida, que estão disponíveis, que lutam pelos seus direitos e fazem cumprir os seus deveres e que acima de tudo, gostam deles e lhes dão afeto. Talvez nem sempre reconhecido ou por vezes se torne confuso perceber o que fazem, pois nem todo o trabalho é do conhecimento das crianças e jovens, muitas funções que dizem respeito aos seus projetos de vida, são processadas sem que estejam presentes, daí alguns pensarem que há alheamento dos profissionais.

Ainda assim, são conhecidos vários exemplos de adultos (com percurso de institucionalização) que mencionam relações significativas com determinados funcionários ou técnicos de uma ou outra Instituição, ainda que em número claramente inferior àquele que seria desejável.

Participante D – Ministério da Justiça

No que respeita às relações com os cuidadores das Instituições, surge a indicação da existência de estudos realizados por algumas das entidades referidas neste trabalho que tendem a comprovar a existência de alguma dificuldade no estabelecimento de relações significativas devido ao número excessivo de crianças institucionalizadas face ao número reduzido dos funcionários e também pelas lacunas observadas na sua formação técnica e vocação pessoal. No entanto, não pode haver, qualquer impulso de generalização pois com a

introdução do plano DOM⁴³ tem vindo a ser feito um esforço de melhoria dos quadros de colaboradores das Instituições que se tem comprovado de sucesso. Assim, a crítica que ressalta da conclusão apresentada podia durante largos anos colher alguma adesão, mas com a entrada em vigor do referido plano em 2007, algumas Instituições têm vindo a empenhar-se na procura de técnicos com perfil adequado às funções, embora em outras áreas de intervenção (cozinheiras, auxiliares, motoristas, etc.), ainda não se verifiquem melhorias significativas⁴⁴.

É urgente a formação de uma grande parte dos funcionários que cuidam destas crianças e jovens. Parece-me fundamental, que quem cuida seja sensível, humano e sobretudo saiba amar, pois só assim, será possível devolver-lhes alguma paz e confiança no futuro.

Participante F – Ministério da Educação e Ciência

3ª Síntese conclusiva da perceção dos adultos ex-institucionalizados:

Relativamente à escolaridade das crianças e jovens que cessaram o acolhimento em 2011 e na sequência dos anos anteriores, o insucesso escolar assume alguns dados preocupantes: 42% do total de crianças com 11 anos ainda estavam a frequentar o 1º ciclo; 56,7% das crianças com 13 anos não completaram o 2º ciclo e apenas 30% frequentavam o 3º; quase 89% dos

⁴³ Plano DOM – Desafios, Oportunidades e Mudanças tem como objetivo principal a implementação de medidas de qualificação da rede de lares de infância e juventude, incentivadoras de uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidos, no sentido da sua educação para a cidadania e desinstitucionalização em tempo útil.

⁴⁴ Em 2012 o plano DOM deu origem ao Plano SERE + (Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS), de âmbito nacional, que tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude, impulsionadoras de uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, para que no menor tempo útil, da sua educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança resultar a sua desinstitucionalização.

menores com 14 ou mais anos não completaram o 2º ciclo; dos jovens com 15 ou mais anos, apenas 31% saíram com a escolaridade obrigatória e destes, mais de 1/5 concluíram o 9º ano frequentando currículos alternativos.

O insucesso escolar, bem como o absentismo, não sendo exclusivos dos menores institucionalizados, registam agravamento nas populações de risco, para quem a escolaridade não assume a mesma importância que noutros estratos da sociedade. O que motiva o acolhimento de crianças e jovens é habitualmente abandono da família, negligência, maus-tratos físicos e/ou psicológicos, concluindo-se que os progenitores ou cuidadores das crianças tenham falta de competências parentais resultando em processos de vinculação deficitários e falta de estimulação precoce das crianças e jovens. Neste sentido, estas crianças apresentam muitas vezes défices cognitivos que variam entre o ligeiro e o grave e que não permitem seguir um processo de aprendizagem dentro dos padrões normais, resultando em retenções, currículos alternativos e formações profissionais na área da deficiência.

O comprometimento cognitivo de parte da população institucionalizada, pode ser associado a hábitos de consumo dos progenitores, a défices de estimulação ou a erros na nutrição precoce, entre outras causas de responsabilidade parental.

Participante E – Ministério da Educação e Ciência

A carência afetiva associada a uma eventual instabilidade emocional e ausência de modelos parentais estruturantes, afastam a previsibilidade da sua importância para o futuro (projeto de vida) concorrendo para aumentar a dificuldade numa integração e progressão. Já a angústia e revolta pela institucionalização - que normalmente desenraíza o jovem do seu

ambiente escolar regular, nem sempre permitem a estas crianças uma disponibilidade mental e emocional para a aprendizagem.

A afetividade – ou a falta de uma satisfação do indivíduo a este nível, a falta de autoestima, a (de)formação da identidade (o ser em relação a um contexto familiar e social nutritivo) contribuem para o insucesso escolar. No entanto, as baixas expectativas, muitas vezes colocadas no jovem institucionalizado, onde frequentemente se “nivela por baixo”, são também propensas a um investimento deficiente, muitas vezes distorcido, do indivíduo em si próprio face às expectativas criadas.

Participante H – Ministério da Educação e Ciência

A situação da escolaridade das crianças e jovens em acolhimento está na mesma linha das preocupações registadas no quotidiano de muitas escolas, sendo objeto de referência em documentos nacionais e internacionais, como a Comunicação «Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia Europa 2020», da Comissão Europeia, datada de janeiro de 2011, na qual é referido expressamente que alguns grupos na sociedade são particularmente afetados pelo abandono escolar precoce, nomeadamente os jovens a cargo da assistência social. A Escola do século XXI tem pois a necessidade e a oportunidade de responder às exigências que lhe são colocadas, no caso das crianças e jovens institucionalizados, recorrendo à mobilização e adoção atempada do que de melhor existe ao dispor em termos de ambiente escolar seguro e acolhedor, organizado como “*comunidade de aprendizagem*” associado a uma forte cooperação escola-instituição de acolhimento.

A par das condições referidas importa conjugar outras que, mediante o(s) caso(s), podem ser determinantes no sucesso do percurso escolar das crianças e jovens

institucionalizados, destacando, as oportunidades educativas diversificadas e flexíveis que contribuam para um percurso escolar bem sucedido, a oferta de atividades extracurriculares, de serviços de orientação e aconselhamento, bem como o reforço do apoio ao estudo. Também a adoção de estratégias pedagógicas personalizadas e outras capazes de responder às suas características, potencialidades e necessidades, além de dar significado e promover a excelência das suas aprendizagens académicas, o pleno desenvolvimento dos seus talentos e a sua formação integral são importantes por constituírem como fator capaz de minorar, ou mesmo extinguir, os obstáculos que possam comprometer a construção da sua autonomia. É de todo crucial que sejam acompanhados com especial atenção não só por parte dos cuidadores da Instituição, mas pelos docentes dos estabelecimentos de ensino, pois o sucesso aumenta quando se sentem mais integrados e apoiados.

4ª Síntese conclusiva da perceção dos adultos ex-institucionalizados:

Das 2634 crianças ou jovens que saíram do sistema de acolhimento, 2416 cessaram o acolhimento por ter sido concretizado o seu projeto em meio natural de vida, embora 109 se encontrassem em fuga ou sem destino conhecido, sendo que nestas situações, após o cumprimento das diligências junto das autoridades policiais ocorre, regra geral, decisão judicial de arquivamento da sua medida.

Realisticamente, quando se realiza o acolhimento, as perspetivas de retorno ao meio natural de vida são muito reduzidas, pois na intervenção protetiva preconizada existe grande preocupação em recorrer-se ao acolhimento institucional apenas como último recurso, como medida extrema quando todas as outras alternativas foram esgotadas e não se verificou qualquer mudança. Ou seja, são realizados todos os esforços e planeado trabalho com as

famílias de modo a conseguirem-se mudanças que efetivamente protejam a criança/jovem e promovam os seus direitos. Ou seja, só quando todos esses esforços não surtem qualquer efeito e, portanto, se esgotam as alternativas, é que se recorre à institucionalização.

Por outro lado, a desinstitucionalização não tem sido um objetivo fácil de cumprir, tanto pela ausência de competências familiares para um retorno à origem, como pela debilidade das crianças e jovens para se autonomizarem e, noutras situações, por realmente se estar a trabalhar num projeto de vida que necessita de investimento até à data limite para a saída - 21 anos.

Espelham um longo caminho que falta percorrer, uma longa caminhada, que se adivinha lenta e sinuosa, se tivermos em conta a morosidade da implementação da legislação em vigor e a atual conjuntura social, política e económica que o país atravessa.

Participante J – Ministério da Justiça

Ainda que se possa enquadrar a questão da saída de crianças e jovens do sistema de acolhimento num cariz mais de intervenção judicial e não encontrando a polícia os menores, apesar dos pedidos de localização, não parece haver alternativa ao arquivamento. Por outro lado, não pode ser esquecida, em muitos casos, a falta de recursos, agora da parte da polícia, para executar o seu trabalho, o que faz com que não se consiga localizar as crianças e jovens, e conseqüentemente a impossibilidade de as avaliar e trabalhar. O arquivamento serve então o propósito de não tornar o processo obsoleto, no entanto, é de salientar que caso venham a ser localizados a polícia comunica e o processo pode ser imediatamente reaberto, até porque ele é dinâmico e um arquivamento não significa que seja definitivo.

Também não são inéditas decisões judiciais de arquivamento com fundamento na denominada “ineficácia da medida”, sobretudo nos casos de repetidas fugas a que o sistema

não pode pôr termo, até pela ausência em Portugal, de medidas de proteção de cariz contentor. Este fenómeno redundaria num atestado de incompetência do Estado para cumprimento de um dos seus mandamentos constitucionais e que se prende, precisamente, com a proteção de infantes e jovens, razão pela qual aquele tipo de arquivamento não é, de todo, isento de críticas.

Discussão de resultados

Em trabalhos anteriores procurámos reunir as opiniões de adultos e jovens adultos que viveram institucionalizados longos períodos e neste artigo quisemos confrontá-las com as perspetivas dos *players* agora envolvidos e a eventual convergência com a literatura consultada.

Quando é necessária uma institucionalização, algo de muito grave se estará a passar com a família de origem da criança/jovem, sendo entendimento dos participantes neste estudo que é necessário realizar-se um trabalho aprofundado com essa família de modo a promover a mudança que permita as condições mínimas para que a criança/jovem retorne. Numa grande parte das situações não existem respostas na comunidade, por exemplo, ao nível da saúde mental, do acompanhamento domiciliário, da intervenção social, entre outros, ou então as respostas são claramente insuficientes relativamente às necessidades, o que gera um défice que não permite que se obtenham as mudanças necessárias e, portanto, que as famílias reúnam as condições mínimas para que a criança/jovem possa retornar ao seu meio natural de vida. Apesar de todas as condicionantes familiares, é importante a manutenção dos laços familiares, bem como evitar desmembrar fratrias (Lima, 2010), embora cada vez seja mais difícil encontrar uma instituição com vagas para acolher uma família de 3 ou mais irmãos.

Ao serem acolhidas, as crianças fazem-no em circunstâncias de fragilidade psicológica e mesmo física (Lima, 2010), tornando ainda mais importante o ambiente envolvente, como um pilar importante no sucesso do complexo percurso de autonomização. Mas as instituições nem sempre se pautaram por oferecer alternativas relacionais estruturantes, securizantes, nem por preparar a integração social e laboral futura, (Quintãs, 2009), constituindo-se apenas como um espaço diferente do familiar, mas sem proporcionar um clima de felicidade, amor e compreensão, que concorreria para o desenvolvimento harmonioso da sua personalidade.

Diversos estudos verificaram que os Lares de Infância e Juventude muitas vezes não proporcionavam relações afetivas significativas e securizantes, sobressaindo antes a descontinuidade, a mudança, ruturas e perdas sucessivas, reforçando a informação da investigação teórica que considera o acolhimento institucional como multiplicador do carácter paradoxal das suas vivências (Martins, 2004), sendo impactante ao nível do desenvolvimento das capacidades essenciais, intelectuais, sociais e morais (Brazelton & Greenspan, 2002).

Entendem os *players* envolvidos na pesquisa que o corte abrupto com o meio familiar e social de origem ao longo da infância e/ou adolescência associado ao “*desaparecimento*” da instituição que os acolheu e na qual não encontraram ou estabeleceram relações afetivas significativas ao longo do tempo em que nela viveram, constitui certamente um enorme obstáculo no seu desenvolvimento que importa saber ultrapassar e para o qual é necessário mobilizar a escola e a comunidade. Lima (2010), considera que os acolhidos não se sentem preparados para a autonomização e chegam a recear a transição para o meio exterior. A mesma autora aponta para um acompanhamento efetivo por parte da instituição, mesmo após a sua saída, ou em alternativa, estruturas que forneçam um suporte real aos jovens autonomizados, no fundo, os apartamentos de autonomização.

Para os participantes neste estudo, idealmente, as instituições de acolhimento seriam uma reprodução do ambiente familiar, onde impera a proteção, a definição de limites, a nutrição

afetiva, a promoção da autonomização, entre outros. No entanto, as vicissitudes - condições financeiras, elevado número de jovens, recursos humanos, etc., obrigam a que os seus ambientes se revistam principalmente de um cariz profissionalizado, até porque, após todos os esforços que envidam, não conseguem ir além disso mesmo. Reconhece-se uma grande falta de investimento por parte de alguns funcionários e técnicos, indo ao encontro de (Quintãs, 2009), que no seu estudo indicou serem percecionados como distantes e como não tendo as características pessoais e profissionais adequadas à função desempenhada. Algumas experiências avaliadas como negativas envolveram vitimização por parte dos seus pares e incapacidade de estabelecer uma relação mais próxima com os cuidadores, devido à elevada rotatividade ou reações hostis (Lima, 2010). Apesar de não ser uma experiência consensual, pode acontecer que uma organização monopolista (o controle e poder de decisão é centrado num só indivíduo – normalmente o Diretor) ou com recursos humanos sem preparação técnica, ou existindo esta, o seu detentor é pouco mais que figurativo, possa ser ela própria, a origem de maus-tratos. Merece particular destaque a referência a situações de maltrato institucional (Linares, 2000), nomeadamente, maus-tratos físicos, emocionais e abuso sexual e guerras de poder (Raymond, 1998) por parte destes recursos humanos.

Nos técnicos consultados, há uma opinião predominante sobre a necessidade das políticas para a infância e juventude em geral, serem convergentes e abrangentes entre diferentes ministérios (educação, saúde, segurança social, emprego, justiça e administração interna). São necessários médicos de família ou especialistas, nomeadamente em pedopsiquiatria, professores, psicólogos e técnicos de serviço social, polícias, com formação específica para intervir com crianças e jovens em risco e com as suas famílias em diferentes contextos. Os dirigentes políticos e dirigentes das Instituições envolvidas têm que ser sensíveis às questões da infância e juventude e ter permeabilidade à mudança. É ainda fundamental que se acompanhe a situação da criança de forma articulada e organizada. Mesmo quando existe uma decisão judicial, a execução das

medidas que visam o superior interesse da criança, tem de ser acompanhada e avaliada. É por isso que o sistema de comunicações e informações entre as várias entidades que intervêm deve ser melhorado, para que todos (comissões e/ou tribunais) tenham o conhecimento da situação e da sua evolução (Reis, 2009). Atualmente não há qualquer registo sobre se os atos criminosos investigados em Portugal são perpetrados por institucionalizados ou ex-institucionalizados, existindo apenas a perceção de especial incidência de fugas, furtos e lenocínio, associado a um reduzido controlo sobre os acolhidos, podendo estes sair livremente, faltar às aulas ou mesmo pernoitar fora.

Entretanto, das opiniões recolhidas resulta que devemos levar em consideração que estes jovens surgem, na sua esmagadora maioria, de núcleos familiares desajustados, em que não se encontrou sequer, na família alargada, qualquer tipo de resposta imediata. Por outro lado, o desajuste parental muitas vezes deve-se a dependências, estilos de vida desadequados, baixas competências profissionais e pessoais, além da não valorização do ensino, o que pode justificar de alguma maneira a ausência de um sucesso equiparado a quem não sofreu traumas, abandonos ou maus-tratos. A par da família, a educação e a escola assumem uma função essencial na promoção da autonomia, no desabrochar de talentos e no favorecimento das condições adequadas ao pleno exercício da cidadania. Refira-se a necessidade das escolas, de uma forma geral e através dos seus *curricula*, ainda algo inflexíveis, responderem às necessidades e motivações destes jovens, nomeadamente, de ação mais prática, numa vertente de execução, com tarefas objetivas, direcionadas e sequenciadas, que estimulem as suas aptidões. Afinal, a justa e efetiva igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolares constituem um precioso valor no mundo ocidental e são deveres consagrados na lei de bases do sistema educativo português em torno dos quais se alicerça a missão da escola. Um acolhimento de qualidade, assente no desenvolvimento e bem-estar afetivo e educacional das crianças e jovens, aliado a um empenho na execução do projeto de vida e um acompanhamento em termos emocionais e materiais após

deixarem a instituição, podem transformar o “risco” em oportunidade, contribuindo para a aquisição de recursos e competências para a sua vida autónoma (Martins, 2004).

Conclusões e implicações

Este estudo tenta atenuar as limitações criadas por uma abordagem apenas centrada nas narrativas dos sujeitos (normalmente partindo de amostras reduzidas que obrigam a uma ponderação cuidadosa dos resultados obtidos) e nas suas recordações retrospectivas. Com a conjugação das reflexões críticas por parte de intervenientes no processo educativo, social e pessoal de menores em risco, obtiveram-se novas perspetivas que forneceram um conjunto de informações mais completo acerca da institucionalização, no sentido de obter uma maior compreensão desta realidade.

Tendo consciência que o impacto da institucionalização não desaparece jamais, muitas vezes mau, algumas vezes bom, a maior parte das vezes - como acontece em todas as experiências duradouras da nossa vida - bom e mau, prolonga-se naquele que é o tempo de vida do sujeito, mantendo imprimidas as experiências, as referências e os traumas.

Tal como diversos estudos indicam, confirma-se a falta de relações afetivas significativas e securizantes com os cuidadores, em parte devido à ausência de características pessoais e profissionais adequadas à função por eles desempenhada. Este facto potencia o sentimento de perdas sucessivas, concorrendo para uma limitação nas vinculações, potenciando a vulnerabilidade dos jovens quando saem deste sistema, a situações associadas à exclusão social (Taylor, 2004).

Este tema entreabre sempre novas portas na investigação académica e não podemos esquecer os jovens que permanecem nas instituições, e vão permanecer... e para esses quais as

medidas e apoios? Como se organizam os afetos? Quais as suas necessidades? Quais os constrangimentos das instituições? Qual a formação dos seus profissionais e dirigentes? Qual a estrada que nos leva aos afetos e o criar laços nas Instituições, para assim evitar que continuem as gerações futuras num “crescer vazio”?

Talvez esta seja uma das questões mais polémicas e de difícil solução... mas igualmente um desafio a seguir, para uma verdadeira resposta de qualidade das Instituições. Das entidades envolvidas no acolhimento de crianças e jovens, devemos esperar que os/as entendam não só como merecedores de complacência, mas como cidadãos de pleno direito, capazes de representar papéis ativos e críticos, concretizando os seus projetos de vida e potenciando os seus talentos. Em particular, as instituições de acolhimento devem assumir como prioridade dotar os cuidadores que lidam diretamente com estas crianças desfavorecidas, de formação profissional e pessoal adequada, pois têm a difícil e decisiva tarefa de substituir os pais e representar toda a sociedade.

Referências

Alves, Z. & Silva, M. (1992). Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. *Paidéia FFCLRP – USP*, 2, 61-69. Recuperado de http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/analise_qualitativa_de_dados_de_entrevista.pdf.

Brazelton, B., & Greenspan, S. (2002). *A criança e o seu mundo. Requisitos essenciais para o crescimento e a aprendizagem*. Lisboa: Editorial Presença.

Comissão Europeia (2011). *Combater o Abandono Escolar Precoce: Um Contributo Essencial para a Estratégia «Europa 2020»*. Consultado em 15/01/2013 de http://ec.europa.eu/education/school-education/doc/earlycom_pt.pdf.

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2011*. Consultado em 02/06/2012 de <http://www.portugal.gov.pt>.

Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2013). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2012*. Consultado em 12/11/2013 de <http://www.portugal.gov.pt>.

Delgado, P. (2010). O Acolhimento Familiar em Portugal - conceitos, práticas e desafios. *Psicologia & Sociedade*, 22(2), 336-344.

Eurochild (2010). *Children in alternative care - National Surveys-2nd Edition*. Consultado em 12/01/2012 de <http://www.eurochild.org>.

Gaspar, J. P. (2013). Do acolhimento à autonomização: o que dizem adultos que viveram institucionalizados. Breves notas metodológicas. *Revista Eletrônica Polêm!ca*. 12 (1). Retirado de <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/5271>.

Gaspar, J. P.; Alcoforado, J. & Santos, E. (in press). Respostas educativas para menores em risco: estudo de caso duplo da institucionalização em lares de infância e juventude.

Gaspar, J. P.; Santos, E. & Alcoforado, J. (prelo). Desafios da autonomização: estudo das transições, segundo jovens adultos ex-institucionalizados. *Revista Psicologia Clínica*.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: sentidos e formas de uso*. 2ª ed. Estoril: Principia.

Lima, L. F. N. (2010). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*, (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Linares, J. (2002). El maltrato institucional. In Linares J.L. (Ed), *Del abuso Y otros desmans* (81- 109). Barcelona: Paidós.

Martins, P. (2004). *Proteção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco - Representações, Espaços e Modos* (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Minho, Braga.

Mayring, Ph. (2002). *Einführung in die qualitative Sozialforschung* [Introdução à pesquisa social qualitativa]. (5ª ed.). Weinheim: Beltz.

Quintãns, C. R. P. (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização* (Dissertação de Mestrado não publicada). Universidade do Minho, Braga.

Raymond, M. (1998). Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. *Infância e Juventude*, 3, 9-75.

Reis, V. 2009. *Crianças e jovens em risco - contributos para a organização de critérios de avaliação de fatores de risco* (Tese de Doutoramento não publicada). Universidade de Coimbra, Coimbra.

Schlossberg, N.; Waters, E. & Goodman, J. (1995). *Counseling adults in transition*. New York: Springer.

Schlossberg, N. & Entine, A. (Eds.) (1977). *Counseling Adults*. California: Brooks/Cole Publishing Company.

Taylor, C. (2004). Justiça para Crianças Integradas no Sistema de Proteção. *Infância e Juventude*, 1, 56-77.

Vicente, B. (2009). *Desenvolvimento da autonomia sustentada de jovens provenientes de acolhimento institucional: projeto para o desenvolvimento de competências emocionais e operacionais para a independência* (Dissertação de Mestrado não publicada). Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa.

Documentos legislativos/normativos

Decreto-Lei n.º 11/2008 de 17 de janeiro estabelece o regime de execução do acolhimento familiar.

Despacho n.º 8393/2007 (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social). Diário da República, 2.ª série N.º 90 de 10 de maio de 2007.

Despacho n.º 9016/2012 (Gabinete do Secretário de Estado da Solidariedade e da Segurança Social). Diário da República, 2.ª série — N.º 128 — 4 de julho de 2012.

Instituto de Segurança Social (2007). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2006*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2008). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2007*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2009). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2010). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2009*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2011). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2010*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2012). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2011*. Lisboa: ISS.

Instituto de Segurança Social (2013). *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2012*. Lisboa: ISS.

Lei n.º 147/99. Diário da República, Iª Série-A, n.º 204 (01/09/1999) (pp. 6115-6132).

Lei n.º 166/99. Diário da República, Iª Série-A n.º 215 (14/09/1999) (pp. 6320-6351).

Lei de Proteção à Infância, (27/05/1911) (pp.1316-1331).

Discussão geral

A discussão geral de uma investigação tenta encontrar um entendimento assimilador da globalidade das conclusões alcançadas no seu desenrolar. A triangulação dos diferentes estudos que constituem esta tese, poderá fornecer-nos resultados importantes sobre o estado atual do acolhimento institucional, bem como da perceção de quem usufruiu desta resposta social e está hoje a viver em autonomia.

É essencial lembrar que se procurou compreender, na perspetiva de jovens adultos que viveram acolhidos institucionalmente, as transições ao longo dos diversos espaços e tempos das suas vidas, bem como entender os fatores que contribuíram para uma integração bem sucedida.

Os resultados remetem-nos para uma reflexão sobre crianças que, em algum momento das suas vidas, foram levadas para uma instituição e por lá ficaram durante muito tempo, em alguns casos cerca de 20 anos, e em muitos, mais de uma década. A separação da família teve várias causas, constituindo a falta de cuidados parentais adequados a esmagadora maioria. A esperança de voltarem para o seu meio familiar esteve quase sempre presente, embora o horizonte temporal se fosse adiando, na maior parte dos casos indefinidamente.

Em termos históricos, longe vão os tempos em que o infanticídio era uma prática socialmente aceite em algumas sociedades, sendo o Cristianismo um dos responsáveis pela melhoria na forma de tratar os menores infortunados. Em Portugal, da “roda dos expostos” colocadas nos conventos, igrejas e mosteiros, passou-se à institucionalização oficial, contribuindo de algum modo o terramoto de 1755, ao provocar tantos órfãos e desalojados. Desde então as Misericórdias e outras casas de raízes cristãs foram secundadas por Instituições Particulares de Solidariedade Social que, com o auxílio importantíssimo do

Estado, asseguram nos dias de hoje o acolhimento institucional de crianças e jovens em Portugal.

A legislação e regulação acompanhou esta evolução, e além da criação de entidades como as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco ou tribunais específicos - atualmente, Tribunal de Família e Menores -, também as Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo e a Lei Tutelar Educativa, por exemplo, vieram debruçar-se especificamente sobre esta temática, defendendo intransigentemente o superior interesse dos menores.

Comparativamente com outros países da União Europeia, Portugal tem uma grande variedade nas ofertas de acolhimento, embora algumas sejam residuais, centrando-se a esmagadora maioria dos menores acolhidos - nos últimos anos, quase 90% - em Lares de Infância e Juventude, bem como em Centros de Acolhimento Temporário, contrastando por exemplo com o Reino Unido onde a maior parte das crianças e jovens em risco é abrigada por famílias de acolhimento.

Atualmente, para cerca de metade dos casos, a saída da instituição só ocorre após os 15 anos, sendo o regresso ao meio natural de vida o principal destino dos agora ex-acolhidos.

A visão ecológica do desenvolvimento humano, proposta por Bronfenbrenner, remete-nos para um entendimento das crianças e jovens institucionalizadas como “pessoas em desenvolvimento”, procurando realçar a evolução vivenciada pelos menores acolhidos, sem valorizar as comparações com aquela que seria expectável em contextos familiares. O sistema de estruturas agrupadas, independentes e dinâmicas, que Bronfenbrenner propõe, assume o primeiro nível como influenciável pelas relações proximais, ou seja, centra-se no interior do indivíduo, mas igualmente nos seus objetos do dia a dia, no seu ambiente confinante e, naturalmente, nas relações de cara a cara.

Assim, à luz da teoria ecológica do desenvolvimento humano, temos que o denominado microsistema é, para os menores acolhidos institucionalmente, representado pelo próprio lar, sendo o nível seguinte - mesossistema - representado pelas relações entre a instituição e a família biológica, ou entre aquela e o estabelecimento de ensino ou educação que o menor frequenta.

Brofenbrenner reconhecia na instituição de acolhimento um contexto abrangente para o desenvolvimento humano, o qual poderá trazer prejuízo, principalmente se o mesmo acontecer nos primeiros anos de vida e as interações cuidador-criança não forem em número suficiente. Em estudos mais remotos (Bowlby, 1969/1998) chega a indicar comprometimentos cognitivos em crianças institucionalizadas, associados a problemas na linguagem ou mesmo a maior agressividade e uma menor capacidade de concentração, no fundo, concorrendo para dificuldades emocionais e em estabelecer e manter laços afetivos duradouros.

Debruçando-nos ainda sobre a teoria bioecológica do desenvolvimento humano, defendida por Brofenbrenner e seguidores, reparamos que aquela considera as transições como produto e produtor de mudanças no desenvolvimento. Ora se entendermos a transição como a resposta humana ao traumatismo e à mudança, e que os acontecimentos positivos podem demorar até um ano a serem introvertidos, enquanto os eventos traumáticos entre dois e quatro anos (Adams, Hayes & Hopson, 1976), temos a institucionalização como um fator importante na vida de quem passa por essa experiência.

Por outro lado, podemos entender que a entrada na instituição ocorre num momento de fragilidade emocional, fruto dos infortúnios vivenciados, e o momento provoca natural angústia e desespero, sendo muitas vezes relatado como revolta por viver longe da família - a casa onde somos criados, ainda que negligente, é sempre uma referência. Trata-se portanto de um dos momentos mais marcantes da sua vida e configura-se para muitos dos participantes

nesta pesquisa, como a transição mais negativa que vivenciaram, tendo ainda hoje pesadelos e mau estar ao recordarem aqueles dias.

O medo da noite, a falta dos familiares, dos odores e dos sons com os quais se familiarizaram, bem como a visão de pares que por vezes terão sido hostis, ou mesmo a indiferença e rotatividade dos cuidadores, contribuíram para que a falta de contactos - presenciais e/ou telefónicos - com a família, não fosse o único aspeto negativamente marcante na sua entrada na instituição de acolhimento.

Atendendo às causas, temos que se a raiz do problema está na forma desestruturada como as famílias biológicas não souberam cuidar dos seus, a procura na família alargada ou a recuperação social dos progenitores deve sempre ser levada a cabo com a perseverança e os recursos que estas situações exigem. É necessária uma articulação com vários *players* - das CPCJ, à rede social municipal, passando pela família alargada, entre tantos outros vetores desta complexa teia - de modo a que a institucionalização, a acontecer, seja vista de forma mais abrangente do que a “simples” proteção do menor em risco, mais como uma oportunidade para a restante família.

Entende-se que os técnicos devem acompanhar as alterações positivas que as famílias biológicas possam ter, conseguindo mais e melhores relações entre os vários parceiros da rede social, funcionando como estímulo para um regresso ao meio natural do menor acolhido. Nos últimos anos assistiu-se a uma mudança neste sentido, pois o afastamento da família não é visto como uma prioridade, antes a abertura à comunidade e o aproveitamento de equipas pluridisciplinares capazes de promoverem o carácter temporário do acolhimento.

Entendidas como necessárias, as instituições que acolhem menores em risco deverão assumir a preponderância do seu papel no desenvolvimento e preparação de tantas crianças e jovens, adotando procedimentos que concorram para melhorar o seu desempenho e o seu propósito último. Nesse sentido, as medidas passam desde logo pela formação contínua da

equipa de cuidadores, mostrando-lhes a importância no desenvolvimento de uma consciência coletiva em proveito do bem-estar dos menores. Provavelmente não há muitas profissões que possam influenciar mais a sociedade no médio/longo prazo do que os educadores e ao assumirem-se como tal, estão a contribuir para o desenvolvimento harmonioso de crianças infortunadas, bem como para o bem comum.

A formação dos cuidadores não poderá descurar uma visão contextualizada do desenvolvimento infantil. Igualmente terão que ser tidas em consideração as práticas educativas, a violência doméstica, assim como medidas socioeducativas ou teorias que possam contribuir para um enriquecimento do ambiente institucional. As direções das instituições de acolhimento, em tantos casos IPSS - Instituições Sociais de Solidariedade Social - têm, por vezes, na sua composição, pessoas pouco preparadas para assumirem cargos de tanta relevância. Desde logo, por serem entidades sem fins lucrativos, a dificuldade em encontrar pessoas credíveis, competentes e disponíveis, torna-se maior. Também o facto de algumas instituições terem diversas respostas sociais, em áreas tão díspares como a infância ou a terceira idade, pode contribuir para que essa impreparação no setor do acolhimento seja ainda mais notada. É no entanto imprescindível que quem assuma tais compromissos tenha perfeita noção da sua responsabilidade e entenda que a formação ministrada aos cuidadores diretos deve ser também dirigida, pelo menos com a mesma intensidade, aos diretores - responsáveis últimos pelo funcionamento das instituições.

Ainda sobre os cuidadores e a diversidade de áreas a abordar na sua formação, Yunes *et al.* (2004) sugerem a criação de um programa lúdico que envolva os menores e os funcionários, promovendo brincadeiras infantis - de resto, não muito diferentes das tidas entre pais e filhos de tenra idade, onde o contacto físico existe, com total respeito e sem pudor. O desporto, a música ou o teatro, em ensaios para pequenas atuações em festas de Natal, podem ser aproveitadas para quebrar algumas barreiras e proporcionar ambientes informais

positivos. Os mesmos autores indicam a organização de encontros entre profissionais de diferentes instituições, como importantes diligências para a partilha de experiências, angústias ou boas práticas, além de imprescindíveis para a otimização da comunicação interinstitucional.

As instituições de acolhimento não são prisões nem hospitais, nelas há cuidadores, que enquanto tal, devem transmitir afetos. Não devem exagerar nas normas afixadas nas paredes, como se de hóspedes numa pensão se tratasse, mas antes apostar em conversas constantes. Mostrar amor, firmeza - “pode-se dizer “não” com firmeza mas simultaneamente com bondade; pode também dizer-se “não” com violência e ódio...” (Raymond, 1998, p.50) - e esperança, numa perspetiva humanista e integradora, com uma perseverança a toda a prova, capaz de vencer a teimosia rebelde.

Aos olhos dos acolhidos, é muito importante a consonância entre as palavras e as ações, sendo facilmente desacreditado quem é apanhado em contrassenso, o que não é fácil de evitar, pois quem educa é confrontado com situações semelhantes, mas às quais se atribuem resoluções díspares.

Dentro de cada instituição é importante que os cuidadores consigam criar uma estrutura sólida e carismática ao ponto de ganhar a confiança de quem entra de novo, para que possam sentir um ambiente firme mas securizante. No fundo, o que todas as crianças desejam e necessitam. Aproveitando as palavras de Albert Einstein, *“é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito”*, tentar que o “pré-conceito” seja positivo, ou seja, que os recém-acolhidos tenham como um dado adquirido o facto dos cuidadores se preocuparem verdadeiramente com os menores e neles poderem depositar confiança, pela assertividade demonstrada em inúmeras situações vivenciadas anteriormente, é bastante vantajoso para o bem-estar comum.

Embora com o sentido oposto, trata-se de criar uma situação semelhante ao teste em que um grupo de cientistas colocou cinco macacos numa jaula, em cujo centro puseram uma escada e, sobre ela, um cacho de bananas. Quando um macaco subia a escada para apanhar as bananas, os cientistas lançavam um jato de água fria nos que estavam no chão. Depois de certo tempo, quando um macaco ia subir a escada, os outros enchiam-no de pancada.

Até que passado mais algum tempo, mais nenhum macaco subia a escada, apesar da tentação das bananas. Então, os cientistas substituíram um dos cinco macacos e a primeira coisa que ele fez foi subir a escada, dela sendo rapidamente retirado pelos outros, que lhe bateram. Depois de algumas surras, o novo integrante do grupo não voltou a subir a escada. Um segundo foi substituído, e o mesmo ocorreu, tendo o primeiro substituto participado, com entusiasmo, na surra ao novato. Um terceiro foi trocado, e assim sucessivamente, tendo-se repetido sempre o mesmo comportamento.

Os cientistas ficaram, então, com um grupo de cinco macacos que, mesmo nunca tendo tomado um banho frio, continuavam a bater naquele que tentasse chegar às bananas. Se fosse possível perguntar a algum deles porque batiam em quem tentasse subir a escada, com certeza a resposta seria: “*Não sei, por aqui as coisas sempre foram assim...*”.

Naturalmente que se pretende que a instituição - menores e funcionários - acolha de forma afável mas firme alguns adolescentes mais rebeldes, ou mesmo com vivências de pré-delinquência, para assim ser capaz de modificar comportamentos e valores. Infelizmente, em contraponto a relatos obtidos neste estudo, de estigmatização como “maçã podre” e procedimentos como se como se de uma erva daninha a alastrar se tratasse.

Para que tal possa acontecer, é necessário investir na estabilização do *staff*, evitando a precariedade e o rompimento constante de vínculos. Qualquer cuidador necessita de alguma estabilidade laboral de modo a poder concentrar-se nas suas tarefas e disponibilizar-se para uma entrega, que tantas vezes ultrapassa o simples cumprimento de funções.

A teoria de desenvolvimento psicossocial de Schlossberg explica-nos que a autonomização da instituição onde se é criado constitui um processo de mudança em áreas de desenvolvimento como rotinas, papéis, relacionamentos interpessoais e percepção acerca de si e do mundo. De acordo com esta sua perspectiva, é fulcral que a instituição desenvolva mecanismos de suporte na transição entre o acolhimento e a fase de saída, para que os jovens adultos possam ampliar mecanismos de resposta que lhes permitam uma adaptação às novas etapas da sua vida.

Quando se fala de autonomia, podemos socorrer-nos de Steinberg (2001), onde distingue três tipos: emocional - sentimentos pessoais, forma de nos relacionarmos com quem nos rodeia e capacidade de decisão; valores - atitudes e pensamentos próprios, distinção do certo e do errado, convicções e opções morais; comportamental - mais operacional, pode abarcar questões de organização de horários, higiene pessoal, tratamento de roupa, alimentação, transportes, obtenção e preenchimento de documentos, poupança e gestão de recursos, ou mesmo internet e informática.

Para aumentar a probabilidade de uma transição favorável no momento da saída do acolhimento, a preparação para a autonomização deve ser ponderada, longa quanto possível e assegurar competências, contemplando continuamente a vertente emocional.

O acompanhamento pós-institucional tem que ser uma realidade, através de redes de apoio formais e informais, mas também - e em muitos casos, necessariamente - um suporte interventivo capaz de atuar ao nível da habitação ou do acesso ao mercado de trabalho. Um pouco como se alvitra fazer para as vítimas de violência doméstica, que poderão dispor de habitações a preços reduzidos. Trata-se de um investimento preventivo, pois a mendicidade e delinquência, com passagens esporádicas, ou mais duradouras em casas abrigo, ou vivendo na rua, não podem ser alternativas válidas para quem na infância foi logo confrontado com o lado amargo da vida.

Para se “construir” autonomia, é essencial ter vivenciado conexões positivas, que possibilitem a construção de um mundo interior securizante. Complementando aquelas que se constituem na instituição e no estabelecimento de ensino frequentado, estas ligações podem ser proporcionadas por contactos com a família alargada, integração em coletividades próximas, como os escuteiros, clubes desportivos, etc., favorecendo vínculos com pares e adultos, bem como sentimentos de pertença e de cooperação, onde o espírito de grupo esteja presente. Brofenbrenner (1996) defende que as crianças e adolescentes institucionalizados precisam de interagir efetivamente com pessoas, objetos, símbolos e com um mundo externo acolhedor. Só uma instituição com esta “abertura” poderá proporcionar um amplo desenvolvimento cognitivo, social e afetivo.

As transições parecem ser melhor sucedidas, quanto se considere esta dimensão holística que concorre para a construção de uma individualidade com valores próprios, mas sem descurar o seu lugar na sociedade - num meio proximal/familiar ou no Mundo - propiciando a valorização pessoal e social.

Já uma autonomização que se paute por ser brusca, sem uma rede de contactos familiares ou outros, tende a ser percecionada como uma transição negativamente marcante, capaz de ser entendida pelos jovens adultos participantes, como a principal responsável por uma vida adulta sem um rumo definido nem uma integração social adequada. Os intervenientes neste estudo afirmaram que ao deixar a instituição de acolhimento se sentiram livres por deixarem o que os “tolheu”, mas igualmente angustiados pela insegurança e revolta provocada pelo abandono que experimentaram da parte de quem os acolheu.

A percepção que têm dos seus pares - muitos ainda hoje se tratam por “irmãos” - é francamente positiva e as interações estabelecidas no tempo de acolhimento são vistas como aspetos positivos e fortes incrementos para o sucesso fora da instituição, de resto como estudos anteriores apontam: Gomes, M (Coord.) (2005), Quintãs (2009) ou Santos (2010).

Não só pelo apoio esporádico que possam dar, mas igualmente pela segurança que transmite saber que mais alguém vivenciou os seus sentimentos e estará eventualmente disponível para o ajudar em caso de necessidade.

De acordo com a teoria defendida por Brofenbrennen, a direção, equipa técnica e pedagógica e restantes cuidadores, embora tendo mais jurisdição que os acolhidos, devem gradualmente ir modificando a distribuição do poder, premiando o amadurecimento dos menores e valorizando o aumento das suas competências, até como forma de os responsabilizar perante os mais novos e nesse sentido desenvolver valores de solidariedade, naturalmente necessários numa ótica de reciprocidade que a vida lhes reserva.

Se nos centrarmos nos funcionários das instituições, não será de estranhar a importância que os intervenientes neste estudo atribuem a alguns dos cuidadores diretos, pois na vida das crianças e jovens acolhidos, esses adultos protegem, acarinham e orientam, chegando, em muitos casos, a ser modelos identificatórios. Zegers, Schuengel, Ijzendoorn e Janssens (2006) descrevem os efeitos das representações de vinculação dos adolescentes e dos seus cuidadores na instituição, confirmando que quanto maior o grau de confiança, mais forte a vinculação.

As figuras de referência podem não ser funcionários da instituição, alguns indicam padrões, colegas de trabalho, docentes, vizinhos, dirigentes desportivos, etc. Algumas dessas pessoas chegam a assumir um papel central na vida destes adultos.

Os jovens adultos entrevistados entendem que alguns cuidadores, através dos fortes vínculos estabelecidos, ajudaram a moderar comportamentos e a ultrapassar situações traumáticas de “desconfiança”, o que se coaduna com o que Hawkins-Rodgers (2007) conclui. Esta autora entende que a construção da resiliência e o desenvolvimento de competências sociais são incrementados por relações próximas e securizantes com os cuidadores. Entende mesmo que além de aprenderem estratégias de *coping*, a garantia de

conexões duradouras com os adultos de referência proporciona aos menores acolhidos a possibilidade de acreditarem em relações de longa duração, tornando-os igualmente receptivos para novos comportamentos de vinculação.

Já a crítica feita pelos participantes neste trabalho, aos técnicos dos lares - pelo pouco investimento na proximidade com os menores -, pode ser vista como a antítese do que acima é referido, notando-se alguma mágoa por essa lacuna na sua passagem pela instituição. Foi indicada uma “aprendizagem pela negativa”, sendo entendidos alguns comportamentos como não repetíveis por eles próprios, embora em contextos e tempos diferentes.

A organização e o funcionamento das instituições de acolhimento podem ser determinantes para o cumprimento cabal da sua função, mas para isso há algumas premissas que devem ser cumpridas. A sua dimensão é uma delas, pois nos últimos anos tem-se notado uma preocupação na redução do número de menores acolhidos em cada casa, o que contribui para um ambiente mais próximo do familiar convencional.

Também o modelo de controlo, com recurso ao uso de campanhas para as refeições ou outros acontecimentos diários, são entendidos como aspetos negativos, que tolhem a liberdade pessoal e alimentam as rotinas instituídas, provocando em alguns acolhidos uma sensação de hostilidade socializada.

Já a forma como os institucionalizados mais velhos se responsabilizam ou norteiam os mais novos, colheu ambivalência nas respostas, pois à orientação e influência positiva que em algumas situações ajudaram a securizar e estimular resiliência, contrapõe-se a violência - por vezes brutal e gratuita -, além da influência negativa que acusam ter propiciado o início de hábitos de consumo e pré-delinquência.

Mas os horários concorrem para a organização da instituição de acolhimento, desde logo ao estabelecerem rotinas, importantes também para o equilíbrio e segurança dos menores. Ainda assim, a flexibilidade deve permitir, dentro do limite da sensatez, que cada

acolhido possa fazer as suas escolhas pessoais, de modo a não impor uma rigidez que colida com aquilo que é o ritmo biológico e gostos pessoais de cada um.

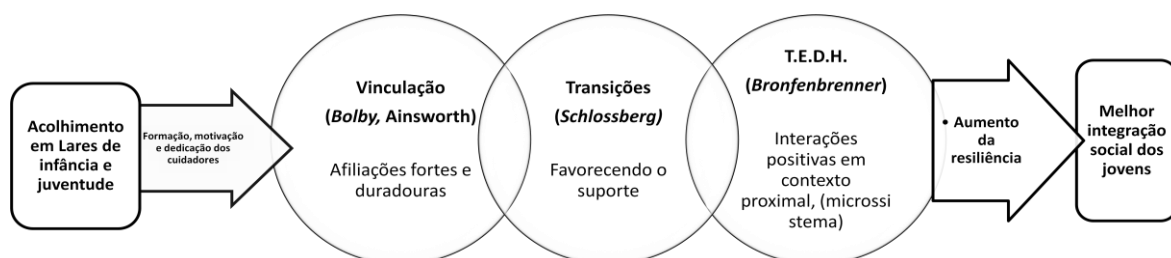
A construção de um portefólio individual onde constem as memórias de cada menor - como fotos, objetos, textos ou outros pertences -, é uma forma de perpetuar sentimentos de apego e permitir que no futuro, a falta de memória de alguns períodos da vida seja minimizada. É importante que as crianças e jovens possam ter um espaço onde guardem os seus haveres mais próximos, aqueles que os ligam à vida antes da institucionalização, para que quando pensarem no passado, presente e futuro, a continuidade faça sentido. Trata-se de uma forma de minorar a sensação de vazio angustiante, em parte por terem sido privados de vivências sócio-psicológicas normalmente associadas aos vínculos afetivos desenvolvidos quando em ambiente familiar.

As atividades desenvolvidas durante o acolhimento, principalmente as pontuais - festas de Natal, acampamentos ou viagens -, são muito valorizadas nas referências que fazem dos momentos felizes no período de acolhimento, e são pormenorizadamente gravadas na memória ao longo do tempo, o que leva a propor uma insistência nestes acontecimentos, de forma a constituírem marcos coletivos capazes de promoverem interações entre pares e a envolverem adultos de referência.

Esta pesquisa dedicou um capítulo à opinião de diversos *players* envolvidos na problemática do acolhimento institucional, e estes confirmaram que o corte abrupto com o meio familiar e social de origem ao longo da infância e/ou adolescência, associado ao “*desaparecimento*” da instituição que os acolheu e na qual não encontraram ou estabeleceram relações afetivas significativas ao longo do tempo em que nela viveram, constitui um enorme obstáculo no seu desenvolvimento que importa saber ultrapassar. Vários autores chegaram a conclusões semelhantes, Lima (2010) chega mesmo a considerar que os acolhidos não se sentem preparados para a autonomização e chegam a rezear a transição para o meio exterior.

Nos técnicos consultados, registou-se uma opinião predominante sobre a necessidade das políticas para a infância e juventude serem convergentes e abrangentes entre diferentes ministérios (educação, saúde, segurança social, emprego, justiça e administração interna). Entendem que são necessários profissionais como psicólogos, professores, técnicos de serviço social, polícias, médicos de família ou especialistas - nomeadamente em pedopsiquiatria -, mas todos eles com formação específica para intervir com crianças e jovens em risco e com as suas famílias em diferentes contextos, levando a cabo um acompanhamento dos menores e sua envolvente, de forma articulada e organizada. Foi ainda salientada a importância dos decisores políticos e dirigentes das entidades “parceiras” serem sensíveis às questões da infância e juventude, e mostrarem permeabilidade à mudança.

De forma geral, esta investigação desenvolveu-se de acordo com as teorias já existentes, mostrando que é importante criar mecanismos que aumentem a vinculação, fomentando interações proximais positivas (microsistema), favorecendo o suporte nas transições ocorridas ao longo da vida, potenciando maior resiliência e consequente integração social nos jovens que viveram vários anos acolhidos em lares de infância e juventude. O esquema seguinte traduz em grande parte a perceção recolhida dos jovens adultos inquiridos neste estudo, articulando-a com o suporte teórico que lhe serviu de base.



Esquema síntese das conclusões

Formulações conclusivas e prospetivas

As questões discutidas e os dados analisados atingem uma pluralidade e heterogeneidade que dificulta a formulação de uma conclusão que abranja os diferentes estudos que constituem este trabalho. Ainda assim, assumem-se algumas formulações que podem ser vistas como orientações no sentido de melhorar o acolhimento institucional de longa duração em Portugal, tendo em consideração a sua importância para uma transição favorável no contexto da autonomização:

- A saída da família natural para o acolhimento institucional é, muitas vezes, vista pelos próprios, como uma punição. Em diversas ocasiões nunca chegam a perceber o motivo que originou tal penalização. Daí a suprema importância de conexões de confiança com adultos de referência que consigam “desconstruir” estas perceções.

- A separação de fratrias ainda acontece com relativa frequência, mas só será admissível em casos extremos, pois os vínculos familiares são já reduzidos, e o facto dos irmãos se manterem unidos ajuda-os a dividir o “fardo” da separação familiar, além de serem um amparo no médio e longo prazo.

- Ninguém pode substituir a casa dos pais, imperfeita, mas genuína. No entanto, as instituições de acolhimento de menores devem assumir uma função supletiva face ao exercício do papel parental, que não aspiram substituir, mas coadjuvar.

- Todos os seres humanos precisam de atenção, e os menores institucionalizados, fruto de vivências anteriores, necessitam, em algumas ocasiões, de se sentirem únicos e especiais, cabendo aos cuidadores proporcionar-lhes essa sensação, a espaços, e conseguir anular o estigma que carregam, elucidando que todos somos únicos entre iguais.

- Os cuidadores devem ter a capacidade de absorver a revolta exteriorizada, proporcionando relações afetuosas, securizantes e sólidas. Estes profissionais são fulcrais na transição para o acolhimento, funcionando como “porto de abrigo” a crianças “arrancadas” às famílias e colocadas num espaço estranho, com desconhecidos. Mas são-no igualmente na preparação para a saída, pois os menores podem encontrar na estabilidade das relações com os adultos de referência, um fator de proteção acrescido, potenciando o processo resiliente (Matos, 2003), tão fundamental no contexto de autonomização.

- Analisando a preocupação evidenciada por não terem “aprendido” a ser pais - a família biológica não podia ser uma referência e a instituição de acolhimento não desempenhou cabalmente esse papel - salienta-se a enorme vontade de ser bons progenitores. Será por isso importante desenvolver um trabalho de promoção parental com os jovens acolhidos, para suprir esta lacuna e tentar minimizar alguma predisposição para situações de continuidade na negligência.

- As instituições de acolhimento são vistas pelos jovens adultos como tendo uma atribuição fulcral no seu desenvolvimento, e foram capazes de satisfazer as necessidades básicas que as famílias biológicas não asseguravam de forma cabal (alimentação, habitação, higiene e educação), embora nem todos vejam a institucionalização como um ponto de paragem num percurso de delinquência. Para alguns não foram suficientemente “afastados os perigos”. Quase todos entendem que o acolhimento proporcionou um percurso académico e profissional melhor do que aquele que teriam no ambiente de origem.

- Com um bom entendimento entre as instituições de uma mesma área geográfica, seria interessante a criação comum de uma casa de acolhimento inicial e outra de preparação para a autonomização, onde na primeira estariam as crianças na fase inicial da institucionalização, com cuidados e “carinhos redobrados”, enquanto a segunda serviria como um “estágio de autonomização”, preparando intensivamente para uma vida independente.

- Há uma multiplicidade de entidades, tuteladas por diversos ministérios e envolvendo áreas disciplinares abrangentes, que conseguiriam desenvolver um trabalho mais profícuo e acima de tudo mais proveitoso para os principais visados da sua intervenção, caso fossem criados mais momentos de partilha e reflexão. O encadeamento com as causas a montante e os efeitos a jusante traz vantagens, desde logo por proporcionar uma visão integradora e permitir aos diversos *players* entender a causa para as suas limitações de atuação, bem como articular soluções que só podem acontecer com o contributo e conhecimento do real funcionamento de outras entidades/instituições envolvidas.

- Sendo o acolhimento institucional a resposta social de referência para as crianças e jovens em risco, as casas que os acolhem por longos períodos de tempo devem ser equipadas e qualificadas, ao nível das direções, dos técnicos e dos cuidadores em geral. Trata-se da dimensão indicada como fundamental pelos intervenientes nesta pesquisa - bem como em estudos nacionais e internacionais anteriores -, e capaz de melhorar significativamente as suas funções principais: acolher, educar e preparar para a vida adulta.

- Generalizar na abordagem à temática do acolhimento institucional torna-se difícil, pois embora se tente descortinar um “padrão” nas crianças e jovens acolhidos, há sempre que contar com as vicissitudes individuais que, enquanto seres humanos, nos torna únicos. Da mesma forma, cada instituição é diferente. Tem o seu projeto educativo, a sua genética e proporciona apoios diferenciados. A perceção dos jovens adultos intervenientes neste estudo, corroborada pelo investigador - enquanto colaborador em quatro realidades distintas -, confirma-o, pois há demasiados fatores que as podem diferenciar, como se cada uma assumisse o seu destino, com vontade própria, baseada em dinâmicas externas e em determinações coletivas internas. Apesar de haver muitos pontos em comum, cada interveniente neste estudo tem uma perceção diferente do significado da sua passagem pelo

acolhimento institucional, naturalmente influenciada pelo suporte familiar, relações com os cuidadores, características pessoais, etc.

Fica a esperança fundada na vontade demonstrada pelos ex-acolhidos intervenientes, na luta constante por não se resignarem e procurarem ser melhores do que as representações negativas que têm de algumas figuras do seu passado - familiares, técnicos ou até pares que se deixaram cair na delinquência, na vida errante ou mesmo na marginalidade. Muitos afirmam sentir-se mais fortes por terem conseguido ultrapassar as dificuldades que a vida lhes criou, notando-se mesmo um certo orgulho pelo amadurecimento pessoal que obtiveram na construção de uma identidade da qual se vangloriam.

Referências

- Adams, J., Hayes, J. & Hopson, B. (1976). *Transition: Understanding and Managing Personal Change*, London: Martin Robinson.
- Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Vol. 1. Attachment*. 2. ed. New York: Basic Books.
- Bowlby, J. (1998). *Apego e perda: Perda: Tristeza e depressão* (V. Dutra, Trad., 2a ed., Vol. 3). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1973).
- Bronfenbrenner, U. (1996). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bronfenbrenner, U. (2004). *Making human beings human: biocological perspectives on human development*. Londres: Sage.
- Bronfenbrenner, U. & Evans, G. (2000). Developmental science in the 21st century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9 (1), (pp. 115-125).
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. (1998). The ecology of developmental processes. In: Damon, William. (Ed.). *Handbook of child psychology*, vol.I. New York: John Wiley & Sons.
- Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (2012). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das Comissões de Proteção de Menores em 2011*. [Disponível em <http://www.portugal.gov.pt>, consultado em 02/06/2012].
- Eurochild (2010) *Children in alternative care - National Surveys-2nd Edition*. [Disponível em http://www.eurochild.org/fileadmin/user_upload/Publications/Eurochild_Reports/Eurochild%20Publication%20%20Children%20in%20Alternative%20Care%20-%202nd%20Edition%20January2010.pdf, consultado em 12/01/2012].

Gomes, M (Coord). (2005). Percursos de vida dos jovens após a saída de Lares de Infância e Juventude. Lisboa. Centro de Estudos Territoriais, Ed. ISCTE.

Hawkins-Rodgers, Y. (2007). Adolescents adjusting to a group home environment: a residential care model of reorganizing attachment behavior and building resiliency. *Children and Youth Services Review*, 29, (pp. 1131-1141).

Koller, S. H. (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, L. F. N. (2010). *Estórias e projetos de vida de adolescentes institucionalizados*. Tese de Doutoramento. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Matos, P. M. (2003). O conflito à luz da teoria da vinculação. In M. E. Costa (Coord.), *Gestão de conflitos na escola* (pp. 144-191). Lisboa: Universidade Aberta.

Ministério do Trabalho e Solidariedade Social (2009). Carta Social. Rede de Serviços e equipamentos.

Quintãs, C. (2009). *Era uma vez a instituição onde cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Braga.

Raymond, M. (1998). Resposta aos Comportamentos Violentos em Instituição. *Infância e Juventude*, 3, (pp. 9-75).

Schlossberg, N. & Entine, A. (Eds.). (1997). *Counseling Adults*. California: Brooks/Cole Publishing Company.

Santos, M. (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco - a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra. Coimbra.

Schlossberg, N.; Waters, E. & Goodman, J. (1995) *Counseling adults in transition*. New York: Springer.

Steinberg, L. (2001). We know some things: Parent-adolescent relationships in retrospect and prospect. *Journal of Research on Adolescence*, 11, (pp. 1-19).

Yunes, M.; Miranda, A.; Cuello, S. (2004). Um olhar ecológico para os riscos e as oportunidades de desenvolvimento de crianças e adolescentes institucionalizados. In: Koller, S. H. (Ed.), *Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenções no Brasil*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Zegers, M., Schuengel, C., Van Ijzendoorn, M., & Janssens, J. (2006). Attachment representations of institutionalized adolescents and their professional caregivers: Predicting the development of therapeutic relationships. *American Journal of Orthopsychiatry*, 76, (pp.325-334).

Documentos legislativos/normativos

Lei n.º 147/99. Diário da República, 1ª Série-A, nº 204 (01/09/1999) (pp. 6115-6132).

Lei n.º 166/99. Diário da República, 1ª Série-A, nº 215 (14/09/1999) (pp. 6320-6351).

Lei de Proteção à Infância, (27/05/1911) (pp.1316-1331).

Menino do Bairro Negro

Olha o sol que vai nascendo

Anda ver o mar

Os meninos vão correndo

Ver o sol chegar

Menino sem condição

Irmão de todos os nus

Tira os olhos do chão

Vem ver a luz

Menino do mal trajar

Um novo dia lá vem

Só quem souber cantar

Vira também

Negro bairro negro

Bairro negro

Onde não há pão

Não há sossego

Menino pobre o teu lar

Queira ou não queira o papão

há de um dia cantar

Esta canção

Se até da gosto cantar

Se toda a terra sorri

Quem te não há de amar

Menino a ti

Se não é fúria a razão

Se toda a gente quiser

Um dia hás de aprender

Haja o que houver

Menino pobre o teu lar

Queira ou não queira o papão

há de um dia cantar

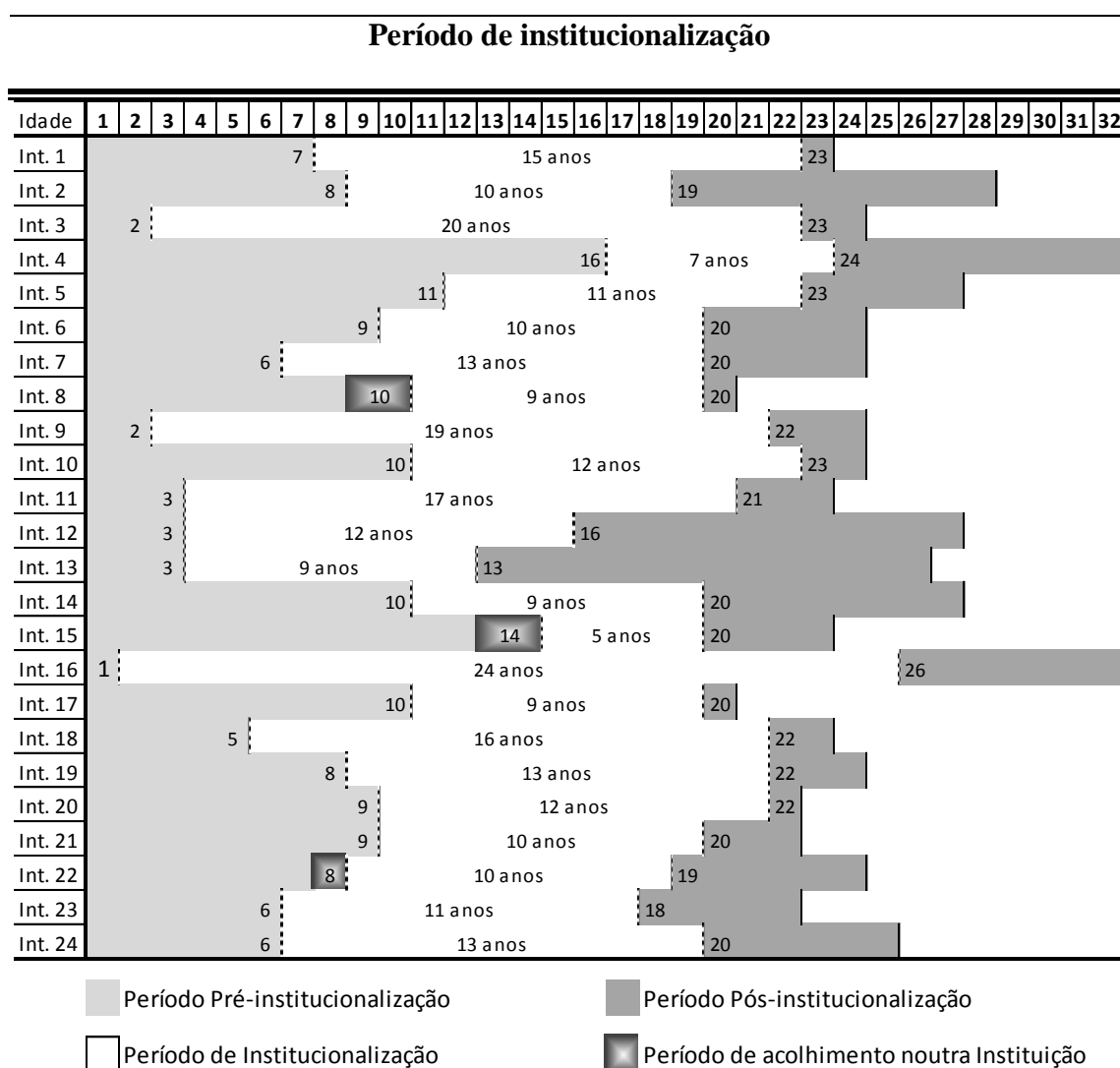
Esta canção

José Afonso (Zeca Afonso) - 1963, Poema inspirado na miséria do Bairro do Barredo (Porto) e que integrou o disco *Baladas de Coimbra*, proibido pela Censura

ANEXOS

Caracterização dos jovens adultos intervenientes

Os períodos de institucionalização oscilaram entre os 5 e os 24 anos, tendo a amostra uma média superior aos 12 anos.



São raros os intervenientes que entram para acolhimento após os 10 anos, assim como apenas dois os que saem antes dos 18 anos.

Causas da institucionalização e agregado familiar

As dificuldades económicas são claramente as causas mais apontadas, em oposição aos maus tratos.

Causas da institucionalização e agregado familiar antes e depois do acolhimento

	Motivo da institucionalização							Com quem vivia				Com quem vive					
	Divórcio dos pais	Re-casamentos mal sucedidos	Maus tratos (violência)	Guerra	Negligência	Dificuldades económicas	Morte de um progenitor	Alcoolismo e/ou toxicod dependência	Avós	Irmãos	Mãe	Pai	Irmãos	Sozinho	Companheiro	Amigos	Mãe
Int.1				✓		✓				✓	✓		✓	✓			
Int.2							✓	✓		✓	✓	✓	✓				
Int.3					✓	✓		✓		✓	✓	✓				✓	
Int.4						✓	✓	✓		✓			✓				
Int.5					✓			✓		✓	✓		✓				
Int.6					✓	✓	✓	✓	✓	✓			✓				
Int.7	✓	✓				✓				✓	✓			✓			
Int.8		✓				✓				✓	✓		✓		✓		
Int.9					✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓			✓		
Int.10				✓		✓				✓	✓		✓				
Int.11							✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓				
Int.12	✓	✓			✓	✓				✓	✓	✓	✓				
Int.13			✓					✓							✓		
Int.14	✓	✓				✓				✓	✓				✓		
Int.15	✓	✓				✓				✓	✓		✓				
Int.16					✓	✓				✓	✓	✓			✓		
Int.17	✓	✓			✓				✓					✓			
Int.18						✓					✓			✓			
Int.19	✓					✓				✓	✓	✓		✓			
Int.20				✓		✓				✓	✓		✓	✓			
Int.21				✓		✓				✓	✓		✓				✓
Int.22		✓				✓					✓		✓				
Int.23								✓		✓	✓						✓
Int.24	✓		✓			✓				✓	✓						✓

Após o acolhimento, nenhum interveniente vive com o pai, avós ou outros familiares (que não mãe e irmãos), sendo igualmente de realçar que apenas um interveniente neste estudo tem filhos (dois).

Guião da entrevista semiestruturada

O guião da entrevista foi elaborado seguindo seis eixos fundamentais:

I - Caracterização geral do entrevistado

Data de nascimento, género, estado civil atual, número de filhos, escolaridade, ocupação profissional

II - Caracterização da situação anterior ao acolhimento no lar

As recordações que tem da fase anterior ao acolhimento institucional

III - Avaliação do percurso na instituição

Reminiscências sobre o acolhimento inicial, o quotidiano institucional, o percurso escolar, a proximidade e afastamento relativamente às figuras mais significativas.

IV – Momento da saída da instituição

Motivos para a saída, apoios que teve, sentimentos que a saída da instituição lhe proporcionou.

V - Presente - processo de autonomização

Caracterizar a integração social e familiar, ocupação atual, habitação e agregado familiar, pessoas de referência, a perceção sobre o que lhe faz falta do lar.

VI – Questões de carácter geral

Caracterizar-se enquanto pessoa, pontos forte e fracos, lema de vida, principais marcas das vivências institucionais e sugestões para melhorar os processos de autonomização no lar.

Nota: Algumas questões serviram apenas para “desbloquear memórias”, com o intuito de aferir dificuldades e potencialidades sentidas no processo de autonomização, caracterizando o percurso de vida autónomo até à situação presente ao nível das várias dimensões: pessoal, escolar, familiar e social.

HORÁRIOS E ROTINAS

Consegue descrever o dia a dia? Quais eram as rotinas da semana e do fim de semana?

RELACIONAMENTOS

PARES

Como era a relação entre si e as crianças/jovens na instituição?

FUNCIONÁRIOS

Como era a relação dos funcionários com os utentes?

Há algum que se lembre de que não gostasse? Porquê?

Tinha algum favorito? Porquê?

TÉCNICOS (incluindo monitores e professores)

Como era a relação dos técnicos com os utentes?

Há algum que se lembre de que não gostasse? Porquê?

Tinha algum favorito? Porquê?

RELAÇÕES COM A FAMÍLIA DE ORIGEM

Qual a relação que tem com a sua família atualmente? Que imagem tem deles?

PERCURSO ESCOLAR E PROFISSIONAL

O que achava da escola?

Como era o seu comportamento/desempenho académico?

Frequentou algum curso de formação profissional? Qual? O que achava do curso?

4. SAÍDA DA INSTITUIÇÃO

Porque saiu da instituição?

O que sentiu nessa altura?

Teve alguém que o tivesse apoiado nessa fase? Em que aspetos?

Após este momento o que aconteceu?

5. SITUAÇÃO ATUAL

Gosta da sua ocupação atual?

Se pudesse teria uma outra ocupação? Qual?

Como descreve a sua casa atual? E a sua família (ou com quem vive atualmente)?

O que gosta de fazer no seu tempo livre?

Quais são as pessoas mais importantes da sua vida?

Quais as pessoas em que sabe que pode contar/sabe que pode recorrer?

Ainda mantém contacto com alguém da instituição? Com quem?

De que é que sente mais falta do Lar?

6. QUESTÕES GERAIS

Consegue identificar um lema que integre toda a sua vida? Qual?

Há alguma decisão que tenha tomado e que se arrependa por esta ter modificado negativamente a sua vida?

Se tivesse que se apresentar, quais seriam os principais aspetos positivos que realçaria na sua pessoa?

Se tivesse que se apresentar, quais seriam os principais aspetos negativos que realçaria na sua pessoa?

O que aprendeu na instituição onde viveu?

Qual acha que foi o impacto da vivência na instituição? De que maneira isso influenciou a sua vida?

Se tivesse uma sugestão para melhorar o funcionamento da instituição, a quem a dizia?

Qual o melhor e o pior momento que recorda da instituição onde esteve?

Consegue enumerar 3 coisas boas e 3 coisas más da instituição onde esteve?

O que é que a palavra “Instituição” o faz sentir?

Consegue enumerar aspetos que deviam ser melhorados no processo de autonomização?

Como se descreve enquanto pessoa?

CONSENTIMENTO PARA A INVESTIGAÇÃO

No âmbito da elaboração de uma tese de Doutoramento em Psicologia da Educação, da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, encontro-me a desenvolver um projeto de investigação intitulado de *“Os desafios da autonomização: estudo compreensivo dos processos de transição para diferentes contextos de vida, na perspetiva de Adultos e Jovens Adultos ex-institucionalizados”*.

Neste sentido, venho pedir a sua colaboração e a sua autorização para conceder uma entrevista que pretendo registar por escrito e/ou gravar em áudio.

O objetivo principal desta entrevista é caracterizar o percurso de vida antes, durante e após a saída do lar de acolhimento, aferindo a relação entre o apoio e a formação proporcionada enquanto institucionalizados e a sua posterior integração na sociedade.

A entrevista será rigorosamente confidencial e anónima, ou seja, a identificação dos participantes nunca será apresentada.

Muito agradecido pela sua colaboração.

Data: _____

Assinatura: _____